

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CAMPUS PROF. ALBERTO CARVALHO  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS PROFISSIONAL EM REDE  
(PROFLETRAS)  
UNIDADE DE ITABAIANA - SE**

**JOSEFA ALMEIDA DA SILVEIRA**

**ARGUMENTAÇÃO E DISCURSO POLÍTICO:  
UMA PROPOSTA PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NAS SÉRIES  
FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**Itabaiana – SE**

**2016**

**JOSEFA ALMEIDA DA SILVEIRA**

**ARGUMENTAÇÃO E DISCURSO POLÍTICO:  
UMA PROPOSTA PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NAS SÉRIES  
FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Dissertação do Trabalho de Conclusão Final (TCF) apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras Profissional em Rede (PROFLETRAS) – Unidade de Itabaiana - da Universidade Federal de Sergipe, Campus Itabaiana/SE, como requisito necessário para a obtenção de título de Mestre em Letras

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Márcia Regina Curado  
Pereira Mariano

**Itabaiana – SE  
2016**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA PROFESSOR ALBERTO CARVALHO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S587a Silveira, Josefa Almeida da.

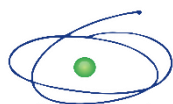
Argumentação e discurso político: uma proposta para o ensino de língua portuguesa nas séries finais do ensino fundamental / Josefa Almeida da Silveira ; orientadora Márcia Regina Curado Pereira Mariano. – Itabaiana, 2016.

119 f. ; il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, 2016.

1. Argumentação. 2. Discurso Político. 3. Ensino da Língua.  
4. Escrita. 5. Oralidade. I. Mariano, Márcia Regina Curado Pereira.  
II. Título.

CDU 808.5



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CAMPUS PROF. ALBERTO CARVALHO  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS PROFISSIONAL EM REDE  
(PROFLETRAS)  
UNIDADE DE ITABAIANA - SE**

**JOSEFA ALMEIDA DA SILVEIRA**

Esta dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre no Mestrado Profissional de Letras da Universidade Federal de Sergipe, Campus Prof. Alberto Carvalho.

Banca Examinadora

---

Profa. Dra. Márcia Regina Curado Pereira Mariano (Presidente) Universidade Federal de Sergipe

---

Prof. Dr. Eduardo Lopes Piris (Avaliador externo) Universidade Estadual de Santa Cruz

---

Profa. Dra. Isabel Cristina Michelin de Azevedo (Avaliador interno) Universidade Federal de Sergipe

APROVADA EM: 14/10/2016

**Itabaiana – SE  
2016**

*Dedico este trabalho a minha família, de modo especial a Taciana, por ser fonte de inspiração e estímulo para prosseguir, pelo apoio e incentivo, sempre!*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e pela força espiritual que me concede a cada amanhecer.

À minha família, principalmente aos meus pais, Gercílio (*in memoriam*) e Nanete, exemplos de vida; a Taciana, filha amada e dedicada; aos irmãos Cida, Moisés, Zé Almeida e demais parentes, pelo amor, incentivo, compreensão das ausências e apoio incondicional.

À professora doutora Márcia Regina Curado Pereira Mariano, pela orientação, apoio, incentivo, sugestões, paciente trabalho de revisão, disponibilidade (sempre!) e confiança na elaboração desta atividade.

Aos demais professores doutores do curso PROFLETRAS, Carlos Magno Gomes (nosso Coordenador, obrigada por tudo!), Christina Ramalho, Beto Vianna, Jeane de Cássia, Ricardo Carvalho, Marileia Silva e Derli Machado, pelo convívio, apoio, pela compreensão e pelos ensinamentos.

Aos professores doutores Isabel Cristina Michelin de Azevedo – UFS Campus São Cristóvão, Derli Machado – UFS Campus Itabaiana e Prof. Dr. Eduardo Lopes Piris - Universidade Estadual de Santa Cruz – Ilhéus/BA, pelas contribuições oferecidas por ocasião do Exame de Qualificação e Banca Examinadora.

A Mônica Santos, Helena Joenilza e Andréa Reis, secretárias do PROFLETRAS/UFS/Campus Itabaiana, pela prontidão.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pelo apoio financeiro.

Aos amigos PROFLETRAS, companheiros de estudos, pesquisas, desânimos, angústias, alegrias, vitórias. Vencemos, com nossa solidariedade, respeito e partilha de dúvidas e saberes.

A todos que fazem o Colégio Estadual Guilherme Campos, colegas de trabalho, especialmente aos que participaram, direta ou indiretamente, desta tarefa, seja contribuindo em responder à entrevista realizada pelos alunos, ouvindo minhas reclamações sobre falta de tempo, ou dando suporte nas aulas de História.

Aos alunos do 9º ano A do CEGC que, com muita vontade e seriedade, abraçaram as ideias sugeridas e participaram de forma brilhante, fazendo acontecer a argumentação na sala de aula. (Vocês foram muito importantes para a aplicação desta pesquisa, meus sinceros agradecimentos! Sem vocês nada disso seria possível!)

A Edriana pela paciência em ouvir minhas inquietações e a Gilvan, pela incansável ajuda, com disponibilidade para ouvir e dar sugestões. Aos demais amigos pelo incentivo e apoio.

Aos britenses que participaram das entrevistas e possibilitaram a aplicação do projeto.

Aos representantes do poder público (Legisladores e Executivo) da cidade de Campo do Brito, pela receptividade na Câmara Legislativa.

Muito obrigada a todos!

## RESUMO

Este trabalho, intitulado *Argumentação e discurso político: uma proposta para o ensino de Língua Portuguesa nas séries finais do Ensino Fundamental*, apresenta uma sugestão para a aplicação da língua materna a partir do oral/escrito argumentativo. Parte dos conceitos de oralidade, produção textual, argumentação e discurso político sob a ótica de diversos estudiosos, como Aristóteles (2013), Bakhtin (1997, 1981), Fiorin (2015), Fulaneti e Bueno (2013), Grácio (2010, 2013), Koch (2011, 2012, 2015), Marcuschi (2008), Osakabe (2002), Perelman e Tyteca (2005), entre outros; os preceitos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, 1998) e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013). Objetiva propor o desenvolvimento da capacidade do senso crítico, da leitura reflexiva, da organização das ideias, habilitando alunos do Ensino Fundamental (9º ano) de um colégio da rede estadual, situado em Campo do Brito/SE, para a competência da comunicação argumentativa, com atividades textuais orais e escritas, a partir do entendimento de língua enquanto forma de interação, visando à otimização da capacidade de análise e à construção da argumentação no discurso político. Os discursos serão observados, comparados e analisados do ponto de vista da argumentação e confrontados com problemas vivenciados pela população em geral, a partir de registros coletados na comunidade, pelos discentes, via fotos e entrevistas. E, na etapa final, após discussões e reflexão acerca do papel do político e sobre quais principais quesitos precisam de uma maior atenção por parte dos dirigentes públicos, propomos a produção textual escrita de uma carta aberta, de forma coerente, que contemple os problemas encontrados e a sugestão de propostas, pautadas em argumentos. A proposta é sair de um ensino puramente normativo para um ensino mais reflexivo, com espaços de leitura, debates, numa produção oral e escrita, de forma significativa, considerando que leitura, interpretação, escrita e argumentação são essenciais no aprendizado da língua, entendendo o ensino como uma atividade interativa de expressão em que o aluno crítico, autônomo, pensa no que vai escrever, para quem vai escrever, e no objeto da produção. Propõe uma prática de ensino com ênfase para as (nas) estratégias argumentativas, a fim de formar um aluno leitor/produtor de textos, permitindo o exercício da cidadania.

**PALAVRAS – CHAVE:** Argumentação. Discurso político. Ensino da língua. Escrita. Oralidade.



## **ABSTRACT**

This work, entitled *Argumentation and political discourse: a proposal for the Portuguese Language teaching in the final grades of Elementary School*, presents a suggestion for the application of the mother tongue from oral / written argumentative. It is based on concepts of orality, text production, argumentation and political discourse in the view of many scholars, as Aristóteles (2013), Bakhtin (1997, 1981), Fiorin (2015), Fulaneti and Bueno (2013), Grácio (2010, 2013), Koch (2011, 2012, 2015), Marcuschi (2008), Osakabe (2002), Perelman e Tyteca (2005), and others; the norms of the National Curriculum Parameters (1997, 1998) and the National Curriculum Guidelines for Basic Education (2013). It aims to propose the development of the capacity of critical thinking, reflective reading, organization of ideas, enabling elementary school students (9th grade) of a state college, located in Campo do Brito / SE, for the competence of argumentative communication, with oral and written textual activities, from language understanding as a form of interaction in order to optimize the capacity of analysis and the construction of arguments in political discourse. The speeches will be observed, compared and analyzed on viewpoint of argumentation and confronted with problems experienced by the general population, using records, photos and interviews, collected by students in the community. And, in the final stage, after discussion and reflection on the political role and about which main questions need further attention of public authority, we propose a written textual production of a letter to the people, consistent, covering the problems found and the suggestion of proposals, guided in arguments. The proposal is replace a purely legal education to a more reflective teaching with opportunities for reading, debates, with oral and written production, significantly, considering that reading, interpretation, writing and argumentation are essential in language learning, understanding teaching as an interactive activity of expression for critical student, autonomous, thinks about what he will write, who will write for, and the object of production. It proposes a teaching practice with emphasis on argumentative strategies in order to form a student reader / producer of texts, allowing the exercise of citizenship.

**KEY-WORDS:** Argumentation. Political discourse. Language teaching. Writing. Orality.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: rua sem saneamento básico .....	53
Figura 2: pneus abandonados em terreno baldio .....	54
Figura 3: lixo jogado em terreno baldio .....	54
Figura 4: alunos reunidos para análise de discursos políticos .....	61
Figura 5: alunos reunidos para análise de discursos políticos .....	61
Figura 6: alunos reunidos para análise de discursos políticos .....	62

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Pergunta 01.....	49
Gráfico 02: Pergunta 04.....	51
Gráfico 03: Etapas do Projeto.....	85

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: ORALIDADE E ESCRITA.....	17
2 ARGUMENTAÇÃO E ENSINO .....	23
3 O DISCURSO POLÍTICO .....	30
4 A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO COM ARGUMENTAÇÃO E DISCURSO POLÍTICO NO ENSINO .....	36
4.1 ATIVIDADES INTERATIVAS: RECURSOS PARA O TRABALHO COM A ARGUMENTAÇÃO E O DISCURSO POLÍTICO .....	40
5 METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS .....	43
5.1 QUADRO RESUMO DAS ETAPAS E ATIVIDADES .....	44
5.2 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES, REFLEXÕES E ANÁLISES .....	46
5.2.1 1ª ETAPA.....	46
5.2.2 2ª ETAPA.....	48
5.2.3 3ª ETAPA.....	56
5.2.4 4ª ETAPA.....	69
5.2.5 5ª ETAPA.....	72
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	89
REFERÊNCIAS .....	93
APÊNDICES .....	96
APÊNDICE A - Entrevista .....	96
APÊNDICE B – Avaliação.....	97
ANEXOS .....	98
ANEXO A - Discurso de posse do prefeito eleito de Campo do Brito, Léo Rocha .....	98
ANEXO B - Discurso de posse do governador em Sergipe Jackson Barreto.....	101
ANEXO C - Discurso de posse do 2º mandato de Dilma.....	104
ANEXO D - Discurso do Presidente da República José Sarney. ....	109
ANEXO E - Discurso: Direito de resposta constitucional de Leonel Brizola. ....	112
ANEXO F - Discurso de cerimônia de sorteio do país sede da Copa de 2014 por Lula ....	114
ANEXO G - Termo de confidencialidade .....	116
ANEXO H - Termo de compromisso para coleta de dados em arquivos .....	117
ANEXO I - Termo de consentimento livre esclarecido.....	118

## INTRODUÇÃO

A retórica nasceu no século v a.C., em Siracusa, na Magna Grécia. O primeiro tratado de retórica foi escrito em 465 a.C., por Córax e seu discípulo Tísias. Diacronicamente a retórica possui sete momentos: i. origens na Sicília; ii. a retórica de Górgias e dos sofistas; iii. os estudos de Platão; iv. os estudos aristotélicos, helenísticos e romanos; v. a retórica dos clássicos; vi. a retórica medieval do trivium; vii. a segunda sofística ou neo-retórica. Este trabalho destaca contribuições da retórica antiga com Aristóteles e da neo-retórica com Perelman e Olbrechts-Tyteca.

Sobre o uso da retórica, Aristóteles (2013, p. 39) afirma que “de fato, em uma certa medida, todos procuram discutir e sustentar teses, realizar a própria defesa e a acusação dos outros”. Dentre os aspectos estudados pela retórica antiga está a argumentação. Sobre ela, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 16) declaram que “toda argumentação visa à adesão dos espíritos e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual”. Isso é argumentar, influenciar por meio do discurso. Argumentação e sociedade caminham juntas. As pessoas, em geral, questionam e sustentam argumentos, defendem-se ou acusam, para isso fazem uso da retórica e da argumentação.

É importante ressaltar que argumentação difere de argumentatividade. Segundo Grácio (2013, p. 36) esta é “inerente aos discursos”, e pode ser destacada em três graus: a. força projetiva inerente ao uso da língua (mecanismos de orientação enunciativa); b. força configurativa inerente ao discurso (mecanismos de influência discursiva que preparam a recepção do discurso em termos de interpretação); c. força conclusiva ou ilativa (mecanismos de inferência).

Já a argumentação não pode ser reduzida à argumentatividade ou à força argumentativa, nem a argumentos percebidos enquanto mecanismos de orientação, influência ou inferência. A argumentação é antes uma “interação, que tem na sua base uma situação argumentativa” (ibidem, p. 36), que se caracteriza pela: a. oposição entre discursos; b. alternância de turnos de palavra concentrados num tema em questão; c. progressão discursiva, com uma interdependência nas falas.

Logo, segundo o autor, quando numa interação comunicativa se tornam relevantes discursos em conflitos numa determinada questão tem-se a argumentação. E a disposição dos argumentos no discurso, a elocução e a eloquência irão manter uma relação direta com os efeitos persuasivos frente ao seu público. É a retórica em ação. É o fato de poder usar o

discurso para persuadir, “essencial do ponto de vista relacional e sociológico” (GRÁCIO, 2010, p. 13).

E a retórica “funciona frequentemente como uma *cunha* para abrir o ouvido do outro, um chamamento para que este preste atenção ao que está a ser dito, uma forma de evocar e fazer emergir a consciência” (ibidem, p. 41). Um meio de levar o outro a, além de reagir, evidenciar um posicionamento reflexivo.

Já Ferreira afirma que todos “somos seres retóricos, por termos crenças, valores e opiniões e, cada personagem, em função de sua posição nessa história, apresentará um discurso diferente” (FERREIRA, 2010, p. 12). O ponto de vista que cada um tem também é visto, numa concepção crítica, como um instrumento de dominação que age por meio de convencimento, a persuasão.

Logo, “todos defenderão com ardor as ‘suas’ opiniões e irão valer-se da língua como um lugar de confronto das subjetividades” (ibidem, p. 12). Sempre a humanidade precisou lutar para conseguir seus direitos, e a palavra é uma das formas de alcançar o que se deseja, sem o uso da violência física.

Assim, o ato de argumentar está associado à própria língua, uma vez que as pessoas, frequentemente, avaliam, julgam, criticam, opinam. Até mesmo a fala que não tem a intenção de ter aceitação por parte do público exerce alguma influência, guiando formas de ver e de pensar, provocando alterações comportamentais. Alguns discursos são, nitidamente, argumentativos, a título de exemplo, o discurso político, a propaganda; enquanto outros não, como a carta pessoal, o artigo informativo, o texto ficcional.

Os alunos<sup>1</sup>, cada um, também possuem seu discurso, suas crenças, valores e opiniões. Todavia, tais elementos precisam ser organizados, trabalhados e inseridos no fazer textual, a partir de atividades que desenvolvam essa competência; além do mais também querem ter suas posições aceitas. A escola, então, precisa dar o suporte necessário para que todos aprimorem o senso crítico, a reflexão, a tomada de posições.

Antunes (2003, p. 24) assevera que em relação às práticas em torno da oralidade, em particular, percebe-se que há um vácuo da fala enquanto “objeto de exploração no trabalho escolar”, perdendo-se a oportunidade de realizar um trabalho com os gêneros orais da comunicação pública, e alimentando a errônea ideia de que a oralidade, e consequentemente

---

<sup>1</sup> Este trabalho usa os termos: aluno, estudante e discente. São utilizados com o objetivo de progressão temática, sem fazer alusão aos conceitos e correntes a que cada um pertence. Não desconhecendo a importância dos estudos que abordam tais conceitos, nossa escolha pauta-se mais no uso corrente e sincrônico desses termos, que os toma, na maioria das vezes, como sinônimos. A diferenciação entre eles, no entanto, não está descartada de nossos trabalhos futuros, embora não consista em ponto central de nossas pesquisas.

os gêneros orais, estão tão presentes em nosso dia a dia que não se faz necessário que sejam trabalhados em sala.

E, sobre a escrita, que a realização dessa atividade precisa deixar de lado a prática de uma “escrita mecânica e periférica, centrada nas habilidades motoras de produzir sinais gráficos e memorização de regras ortográficas” (ANTUNES, 2003, p. 25). Deixar de lado a prática de uma escrita “artificial, sem valor interacional, sem autoria e sem recepção” (*idem*). Portanto, entender o ensino de língua portuguesa é entender a língua como forma de interação.

A língua só ocorre por meio do discurso, o qual se concretiza por meio das diferentes manifestações discursivas que circulam na sociedade. Por isso, a premissa básica para o ensino de língua portuguesa nos diferentes níveis de escolarização é o trabalho com o texto nas suas diversas possibilidades. No texto, não só se deve entender o que o outro diz, mas se deve fazer entender também. Deve-se saber fazer as escolhas - como produtores de textos - dentro das perspectivas da língua, que permitam dizer aquilo que se quer dizer.

As situações de escrita devem ser contextualizadas, para que tenham sentido, ou seja, a fim de que o estudante entenda os motivos para a escrita da atividade didática, daquela produção de texto, e possa, efetivamente, entender para quem fala, por que fala. Significa focalizar, em sala de aula, o texto em sua ação e em seu ambiente de leitura e produção, destacando os sentidos causados mais do que as características formais que dão estrutura a funcionamentos cognitivos.

A formação continuada de docentes em nível de mestrado profissional, por meio do PROFLETRAS, segundo a CAPES, tem como alguns dos seus principais objetivos o aumento da qualidade do ensino dos alunos do nível fundamental, com vistas a efetivar a desejada curva ascendente quanto à proficiência desses estudantes no que se refere às habilidades de leitura e de escrita. Considerando a dificuldade que os discentes apresentam em ler e escrever, a proposta deste trabalho é fazer com que tal situação seja modificada. Segundo Furst,

vivemos uma época de rápidas e constantes mudanças. O momento requer de nós competência em diferentes aspectos. É necessário que estejamos bem informados, sejamos questionadores e capazes de compreender, analisar e interpretar textos de nosso dia-a-dia. Torna-se necessário, portanto, que o professor seja o mediador das relações entre os alunos e os múltiplos materiais de leitura (FURST, 2010, p. 01).

*Argumentação e discurso político:* uma proposta para o ensino de Língua Portuguesa nas séries finais do Ensino Fundamental é um trabalho para o PROFLETRAS, na área de

concentração “Linguagens e Letramentos”, e linha de pesquisa da Leitura e Produção Textual: diversidade social e práticas docentes. Parte do registro dos principais problemas da comunidade, colhidos pelos estudantes, em fotos e entrevistas, em diferentes espaços, com variadas pessoas, para que se tenha uma visão acerca da realidade e se faça uma comparação com as propostas que há nos discursos políticos.

Os discursos de presidentes, governadores e prefeitos, candidatos ou já eleitos, foram entregues aos alunos para análise do ponto de vista da argumentação de base aristotélica. Após as análises, foram realizados debates sobre a realidade local, sobre os argumentos usados nos discursos analisados e os pontos focalizados. Depois das discussões, foi feita a proposta de uma produção textual escrita de uma carta aberta, a qual foi entregue à Câmara Legislativa local. A carta contempla os problemas encontrados e a sugestão de propostas, pautadas em argumentos.

Durante o processo de aplicação do projeto, os discentes tiveram aula expositiva sobre os poderes públicos, com foco para o Executivo e o Legislativo, bem como dos conteúdos da área da Retórica e da Argumentação, como tipos de argumentos e partes do discurso retórico, além de outros conceitos necessários à compreensão da temática e à análise dos discursos.

O trabalho tem como objetivo geral o desenvolvimento da capacidade de análise e de construção de argumentação com a proposta de uma prática de ensino a partir da análise de discursos políticos, com ênfase para as (nas) estratégias argumentativas, a fim de contribuir para a formação do aluno com perfil reflexivo, crítico, autônomo e produtor de textos orais e escritos significativos.

Para atingir esse objetivo, propõe, de forma específica: A. desenvolver a capacidade do senso crítico, da leitura reflexiva, da organização das ideias e da coerência textual a partir dos debates e textos propostos em todas as etapas do trabalho; B. favorecer o desenvolvimento da competência da comunicação a partir da análise e uso dos mecanismos de argumentação dos discursos políticos; e, C. realizar um projeto de intervenção na perspectiva de construção da argumentação, como instrumento de apoio a professores de Língua Portuguesa.

Uma proposta de elaboração do saber crítico com alunos do Ensino Fundamental (9º ano) de um colégio da rede estadual, em Campo do Brito/SE, com a finalidade de oferecer embasamento teórico argumentativo ao estudante e despertar/desenvolver sua consciência sócio-política. Pretende-se, assim, auxiliar o discente na produção textual significativa,



entendendo a oralidade/escrita como um ato de linguagem, uma atividade interativa de expressão e um exercício de cidadania.

Um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural, com a função e a responsabilidade de contribuir para garantir aos alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o ingresso na esfera do ser cidadão, que junto a outros saberes lhes proporcionarão essa ação. Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais,

o domínio da linguagem, como atividade discursiva e cognitiva, e o domínio da língua, como sistema simbólico utilizado por uma comunidade linguística, são condições de possibilidade de plena participação social. Pela linguagem os homens e as mulheres se comunicam, têm acesso à informação, expressam e defendem pontos de vista, partilham ou constroem visões de mundo, produzem cultura (BRASIL, 1998, p. 19).

A intenção é levar o discente a perceber que questões que afetam a comunidade são problemas de todos, que soluções adequadas precisam ser pensadas e colocadas em ação. Isso significa oferecer práticas significativas de leitura e de escrita, bem como torná-los ativos em relação a determinados tópicos/situações da sociedade da qual fazem parte. Para que isso ocorra, a prática do professor no que se refere ao trabalho com o ensino da língua precisa estar pautada em atividades funcionais.

Segundo Koch e Elias (2012, p. 34), “escrever é uma atividade que exige do escritor conhecimento linguístico, conhecimento enciclopédico, conhecimento de textos e conhecimentos interacionais”. O papel do aluno diante do texto é, pois, predominantemente ativo, atuando de forma efetiva na produção de significados. Pretende-se, pois, com este trabalho, promover o desenvolvimento da competência da comunicação argumentativa, uma vez que escrever é uma das aprendizagens essenciais para o discente.

No trabalho será feita uma abordagem do ensino da língua, no tocante à oralidade e à escrita, baseando-se nos estudos da linguística textual com Antunes (2003), Cavalcante (2014), Koch (2011, 2012, 2015), Marcuschi (2008); e nos estudos enunciativos com Bakhtin (1997, 1981). Também servirão de base os *Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa* (1997, 1998) e as *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica* (2013). No que se refere à argumentação, a revisão da literatura será feita em Ferreira (2010) e Fiorin (2015); à retórica antiga em Aristóteles (2013); e à nova retórica em Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005). O enfoque à análise do discurso político será com Fulaneti e Bueno (2013), Osakabe (2002), Tavares (2001).

A estrutura do trabalho está composta por cinco capítulos. O primeiro apresenta uma abordagem do ensino de língua portuguesa, nas modalidades oral e escrita; o segundo trata de questões referentes à argumentação e ao ensino; o discurso político e suas principais características compõem o terceiro capítulo; a importância do trabalho com argumentação e discurso político no ensino integra o quarto capítulo, com a descrição de atividades interativas enquanto recursos para o trabalho; e por último, uma apresentação das etapas e atividades (quadro-resumo), seguida da metodologia e da análise dos dados, apresentadas concomitantemente, a fim de dar uma clareza maior do envolvimento dos alunos no desenvolvimento das ações dentro e fora da sala de aula, bem como dos resultados alcançados.

Algumas questões formam a base norteadora: A. Como tornar atividades da língua em práticas interativas, dialógicas e dinâmicas? B. Como trabalhar a argumentação em sala de aula? Esses questionamentos servirão de orientação para uma busca de soluções e uma possível alteração de hábitos nas aulas de Língua Portuguesa em relação à oralidade e à escrita; bem como incentivar mudanças, por parte dos estudantes, de compreensão da realidade, com base nos principais problemas que afetam a comunidade; a partir de uma tomada de consciência sócio-política. O trabalho pode funcionar como um material de sugestão e/ou apoio ao trabalho dos professores de Língua Portuguesa das séries finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA (Educação de Jovens e Adultos).

## 1 ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: ORALIDADE E ESCRITA

O ensino de língua aqui adotado situa a linguagem enquanto espaço de constituição de relações sociais, linguagem enquanto forma de interação. Segundo Geraldi, “um lugar de interação humana” (GERALDI, 2014, p. 41). Isso significa tornar os falantes sujeitos. Estudar a língua, então, para o autor “é tentar detectar os compromissos que se criam por meio da fala e as condições que devem ser preenchidas por um falante em determinada situação concreta de interação” (ibidem, p. 42).

A fim de que essa situação concreta de interação aconteça, atividades que estudem as relações que se constituem entre os sujeitos no momento em que falam precisam fazer parte das aulas, seja na sala de aula ou de forma extraclasse. Para isso o estudo a partir do texto faz-se peça importante no ensino da língua.

Segundo esse mesmo ponto de vista, é que Marcuschi pergunta: “Quando se ensina língua, o que se ensina?” (MARCUSCHI, 2008, p. 50). Essa indagação deveria ser feita a todo profissional da área, a fim de que a reflexão levasse a uma mudança de postura frente a dificuldades que o aluno sente a cada proposta de produção textual. O autor responde, na página seguinte, que “o ensino de língua deve dar-se através de textos”.

Essa resposta também é comum aos PCN e a muitos outros linguistas, teóricos e aplicados, especialmente aos relacionados às novas tendências que surgiram a partir dos anos 1950-60 com a Linguística de Texto, a qual sugere que o ensino de Língua Portuguesa deva ter como objeto central o texto. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais,

se o objetivo é que o aluno aprenda a produzir e interpretar textos, não é possível tomar como unidade básica de ensino nem a letra, nem a sílaba, nem a palavra, nem a frase que, descontextualizadas, pouco têm a ver com a competência discursiva, que é a questão central. Dentro desse marco, a unidade básica de ensino só pode ser o texto (BRASIL, 1997, p. 29).

Então, o que precisa ser pensado é o modo como o texto é usado. Baseando-se na prática docente da pesquisadora deste trabalho, e na de colegas, um dos problemas do ensino é o tratamento ineficaz, em alguns casos, que o texto recebe, usado apenas como pretexto para identificação de determinados tópicos gramaticais.

Alguns livros didáticos, como por exemplo, as coleções *Vontade de Saber* – Português, Editora FTD, 2012, de Rosemeire Alves e Tatiane Brugnerotto; e *Português* – uma língua brasileira, Editora Leya, 2012, de Lígia Menna *et al.*, ambos com pouca articulação entre os conhecimentos linguísticos e os demais eixos da língua, com pouco estímulo à

reflexão, além de um elevado número de atividades dedicadas à aquisição de metalinguagem, iniciam cada capítulo com um texto, propõem alguns questionamentos e logo em seguida passa-se ao conteúdo da língua.

Para mudar esse quadro, é importante que o docente passe a considerar o texto não como uma formação acabada, mas como um componente de atividades mais completas de comunicação. Passe a encarar, assim, o texto não como um produto, mas em seu desenvolvimento de planejamento, como um processo em formação. Cabe à escola permitir ao estudante a utilização da língua de maneira variada, com diferentes efeitos de sentido e adequação do texto a diferentes situações de comunicação, seja de forma oral ou escrita.

Para os PCN, “toda educação comprometida com o exercício da cidadania precisa criar condições para que o aluno possa desenvolver sua competência discursiva” (BRASIL, 1998, p. 23). Competência discursiva entendida enquanto capacidade de produção e compreensão de textos orais/escritos, contextualizados.

No tocante à linguagem oral, o ensino deve se pautar no planejamento e realização de apresentações, como entrevistas, seminários, debates, dramatizações, entre outros, dentro ou fora da escola. “Trata-se de propor situações didáticas que façam sentido de fato” (BRASIL, 1998, p. 25). Não ensinar apenas o nível mais formal da fala sem uma aplicabilidade, apenas de forma metalinguística, e tomado como mais apropriado para toda e qualquer situação.

E, na parte de produção textual, que faça parte da elaboração de um plano, sem improvisos, e com direito à revisão. Em muitos livros didáticos é comum que a proposta de produção escrita seja no formato do gênero da leitura que abre o capítulo, como por exemplo *Tecendo Linguagens*, IBEP, 2012, de Tania Amaral Oliveira *et al.*; e *Para Viver Juntos – Português*, Edições SM, 2012, de Cibele Lopresti Costa *et al.* Mas é necessário que seja explícito sobre o que vai ser escrito, para quem e por quê. Elementos do/a contexto/ situação, como destinatário/leitor precisam ser levados em consideração.

Tudo precisa ser definido de forma detalhada para o discente, porque o ato de escrita não é solitário, pressupõe o leitor, serve como comunicação entre pessoas. Segundo Antunes (2003, p. 48), a escrita contém etapas diversas e integradas de realização: “planejamento, operação e revisão, as quais implicam da parte de quem escreve uma série de decisões”. Realizada dessa forma, a produção textual é aplicada enquanto atividade verbal consciente e interacional.

Os estudiosos Dolz e Schneuwly, que colocam a questão da comunicabilidade no centro da transmissão de conhecimentos da língua, atestam que a interlocução, seja de forma

oral ou escrita, “pode e deve ser ensinado sistematicamente” (DOLZ; SCHNEUWLY, 2011, p. 43). As duas formas servem à interação verbal, em usos de diferentes gêneros textuais, e diferentes usos dialetais e de registro. A língua entendida enquanto prática discursiva, introduzida numa determinada atividade social, com dois ou mais falantes, com sentido e intenção particular.

Para as linguistas Bortone e Bortoni-Ricardo (2007), torna-se fundamental compreender as relações que existem entre oralidade e escrita. Elas ressaltam que se os alunos já são falantes, já possuem capacidade em sua língua materna. Esse conhecimento precisa ser levado em consideração. Ao passo que os discentes forem aprendendo a ler e escrever, usarão os conhecimentos que já possuem para a produção dos textos. Por conseguinte,

torna-se crucial entender as relações que se estabelecem entre os modos de falar e de escrever, bem como contextualizá-los no ambiente de sala de aula, mostrando os processos interacionais que ocorrem nesse ambiente, em eventos que aí se estruturam (BORTONE; BORTONI-RICARDO, 2007, p. 06).

Deve-se, portanto, reitera Schneuwly, proporcionar o acesso, a partir da oralidade, a uma “gama de atividades de linguagem e, dessa forma, desenvolver capacidades de linguagens diversas” (DOLZ; SCHNEUWLY, 2011, p. 117). Oferecer, então, múltiplas práticas de linguagem no trabalho com o oral. Antunes (2003, p. 42) também assegura que admitir o caráter interacional dessa forma e sua realização em diferentes gêneros e registros textuais é assumir a língua enquanto prática interacionista, funcional e discursiva, da qual deriva o princípio geral de que “a língua só se atualiza a serviço da comunicação intersubjetiva, em situações de atuação social e através de práticas discursivas, materializadas em textos orais e escritos”.

O professor precisa adotar uma prática de atividades que contemple o uso da língua enquanto modalidade comunicativa, como lembra Bakhtin (1981, p. 113), em seus estudos enunciativos, “a palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor”.

Quanto às atividades de escrita que a escola apresenta ao aluno, no ponto de vista da linguista Nascimento (2013, p. 266), elas “são artificiais, em que não se leva em conta o que dizer e a quem dizer, não pensa em um interlocutor e como se fazer entendido a partir de seus conhecimentos”. Nesses casos, possivelmente o foco da escrita esteja na língua, ou no

escritor, mas não na interação. E escrever pressupõe uma relação de cooperação. Quem escreve tem um leitor, ou leitores.

E é pensando nesse elemento de recepção que se dá a interação, porque “escrever supõe o outro, com quem dividimos o momento da escrita”, enfatiza Antunes (2003, p. 46). Todas as atividades textuais são acontecimentos regidos por diversos fatores: “fatores linguísticos, pragmáticos, sociais, históricos, cognitivos e interacionais”, destacam as autoras Koch e Elias (2012, p. 31).

Em geral, o aluno sente a dificuldade na hora de produzir seu texto e nem sempre a escola oferece subsídios para sanar tal dificuldade. O dia a dia escolar precisa ser distinto de uma rotina de tarefas e para isso alguns requisitos são necessários. É importante que exercícios de interpretação e produção textual, atividades comunicativas façam parte do cotidiano escolar, tornem-se uma prática comum, a fim de que as competências linguísticas desse estudante sejam potencializadas.

Abreu (2014) afirma que a escola tem uma função primordial no desenvolvimento das competências do aluno. Aluno enquanto falante, leitor e produtor de textos. O autor chama a atenção para o fato de que para que esse desenvolvimento ocorra, para que o discente se torne um leitor/escritor proficiente, algumas condições são necessárias, como:

considerando que a língua só existe na interação entre os interlocutores, deve-se estudar nas aulas de língua portuguesa a linguagem, o discurso – atividade comunicativa capaz de gerar sentido entre interlocutores. Portanto, a prática de sala de aula deve estar centrada no texto (ABREU, 2014, p.67).

A escola precisa colocar o aluno em contato com textos, os mais variados possíveis, a fim de que esse estudante se posicione criticamente sobre fatos ou acontecimentos sociais que o atinjam. E que essa posição crítica assumida pelo estudante seja organizada num texto, seja oral ou escrito, e que a coerência aconteça e essa produção faça sentido, para quem escreveu e para o leitor.

Desse modo, segundo Cavalcante (2014, p. 17), o texto ganha o sentido de “unidade de linguagem dotada de sentido e cumpre um propósito comunicativo direcionado a um certo público”. Essa unidade dá-se numa situação determinada de uso, dentro de uma época específica, em uma certa cultura em que estão situados os componentes da enunciação.

Esse conceito de texto tem origem em várias concepções, todas oriundas da linguística textual. Na concepção de Beaugrande (*apud* Cavalcante, 2014, p. 18), que compreende o texto como “um evento comunicativo em que convergem ações linguísticas, culturais, sociais e

cognitivas”; de Marcuschi (2008, p.88), para quem o texto é a “unidade máxima de funcionamento da língua”; e de Koch (2015, p. 44) “o texto passa a ser considerado o próprio lugar da interação e os interlocutores, sujeitos ativos que - dialogicamente - nele se constroem e por ele são construídos”.

Logo, texto é “um evento comunicativo e de interação entre locutor e interlocutor, os quais se encontram em um diálogo constante”, reforça Cavalcante (2014, p. 20). O processo interativo que permeia a escrita implica no resultado dessa produção textual. O produtor do texto precisa pensar no que vai escrever, para quem vai escrever, e no objeto da produção. E é a partir desses fatores, da interação entre eles que se forma o texto.

Dessa forma, a construção de linguagem consiste numa operação interativa, numa operação de cooperação. Reportando-se aos estudos da enunciação, Bakhtin (1997, p. 293) declara que “a fala só existe, na realidade, na forma concreta dos enunciados de um indivíduo: do sujeito de um discurso-fala. O discurso se molda sempre à forma do enunciado que pertence a um sujeito falante e não pode existir fora dessa forma”.

Enunciado entendido como unidade real da comunicação verbal, demarcado pelo revezamento dos sujeitos falantes, configurando uma ligação no ato de comunicação. Consequentemente, os textos usados em sala precisam dialogar com a realidade dos alunos, fazer parte de seu cotidiano, permitir a interação, mobilizar conhecimentos. Isso significa valorizar a reflexão, o saber crítico, sair de um ensino puramente normativo para um ensino mais reflexivo.

Para a linguística textual, de acordo com Marcuschi (2008, p. 54), “um dos objetivos gerais do ensino de Português é desenvolver a competência da comunicação”, ou seja, orientar o aluno para um melhor uso da língua no domínio das estruturas, na correção gramatical e, principalmente, no ato verbal das diversificadas situações de comunicação. Por isso, é importante a escola promover espaços de leitura e de produção, de forma significativa, porque se aprende ler, lendo; a escrever, escrevendo. É com a escrita que o estudante terá acesso à vida social cidadã.

Sendo assim, ter a habilidade de leitura e escrita proficientes possibilita o exercício de cidadania, o acesso aos bens culturais e a inclusão social. Trata-se, dessa forma, de a escola permitir ao aluno o exercício da cidadania. E há diversos caminhos que podem e precisam ser percorridos para que se possa construir um sentido mais abrangente do que vem a ser a leitura e escrita proficientes.

Conforme os PCN, ter o domínio da linguagem enquanto ação discursiva e cognitiva, e entender a língua enquanto estrutura simbólica são possibilidades de efetiva participação social. “Pela linguagem os homens e as mulheres se comunicam, têm acesso à informação, expressam e defendem pontos de vista, partilham ou constroem visões de mundo, produzem cultura”. (BRASIL, 1998, p. 19).

A promoção do desenvolvimento da competência comunicativa precisa acontecer, e “cabe, pois, à escola, diante dessa sua natureza, assumir diferentes papéis, no exercício da sua missão essencial, que é a de construir uma cultura de direitos humanos para preparar cidadãos plenos” (BRASIL, 2013, p. 25).

Desenvolver a competência comunicativa significa capacitar o discente para a prática de interação em diversas e diferentes situações discursivas, portanto, torná-lo capaz de produzir e ler/entender textos. Para isso o trabalho deve se basear no contexto da compreensão, produção e análise textual, enfatizando a real função da língua na vida cotidiana e nas suas maneiras de ação e interação. É o que preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.

É também o que todos os envolvidos no processo de ensino precisam levar em consideração e pôr em prática e tornar os alunos leitores/produtores proficientes e participativos frente aos problemas da sociedade. Faz-se necessário, assim, que os fatores que fazem parte da atividade comunicativa sejam trabalhados: os conhecimentos linguísticos; os conhecimentos textuais-pragmáticos; e os conhecimentos referenciais.

Marcuschi (2008, p. 55) confirma que a escola “não ensina língua, mas usos da língua e formas não corriqueiras de comunicação escrita e oral”. Dessa maneira, a essência do trabalho com a língua deve estar entre a compreensão e a produção textual.

O aluno, também, tem de ter desenvolvido seu lado oral, argumentativo, persuasivo. Então, cabe à escola aprimorar esse uso, mas é preciso saber usar essa língua a serviço da argumentação discursiva, que tem em vista a persuasão. Para os neo-retóricos, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 149-150), a linguagem não é apenas meio de comunicação, é também “instrumento de ação sobre as mentes, meio de persuasão”. E a argumentação é a principal ferramenta para alcançar a persuasão.



## 2 ARGUMENTAÇÃO E ENSINO

Conforme Grácio (2013), para que haja a argumentação, faz-se necessário haver discursos que se confrontam, isso significa que o ponto de partida da argumentação é a oposição entre discursos, e não apenas a apresentação de argumentos.

Seja na forma oral ou escrita, argumentar, persuadir alguém sobre algo não é uma das tarefas mais fáceis, uma vez que exige do produtor a competência da comunicação, a organização do discurso, o uso da retórica. Retórica definida enquanto forma de comunicação, com princípios, técnicas e fins persuasivos. A retórica aristotélica conceitua-a como uma “forma de comunicação, uma ciência que se ocupa dos princípios e das técnicas de comunicação” (ARISTÓTELES, 2013, p. 24).

Segundo o mesmo autor, a retórica permite observar, em cada caso, o que lhe é particular, para se criar a persuasão; e afirma que nenhuma arte possui esta função, a de persuadir sobre qualquer assunto, pois, em geral, cada arte ocupa-se de um assunto em particular. Portanto, “vemo-la como o poder, diante de quase qualquer questão que nos é apresentada, de observar e de descobrir o que é adequado para persuadir” (ibidem, p. 44-45).

E Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 04), consideram-na como expediente, ou seja, um modo de operar para obter um certo resultado. Portanto, fica evidente que, quando se refere a atos retóricos, tanto na retórica antiga quanto na nova, não se trata de qualquer comunicação, apenas aquela com o objetivo de persuadir.

O expediente de argumentar e de deliberar é uma marca que serve de referência para o ser humano, que, em seu cotidiano, avalia, julga, critica, ou seja, constrói juízos de valor. Aristóteles certifica que, “de fato, em uma certa medida, todos procuram discutir e sustentar teses, realizar a própria defesa e a acusação dos outros” (ARISTÓTELES, 2013, p. 39). Em vista disso, a argumentação precisa ser exercitada em suas variadas formas.

Consequentemente, cabe à escola desenvolver tal competência, aprimorar o que já é próprio dos falantes. O desenvolvimento da competência comunicativa precisa, então, ser o núcleo do trabalho com a língua. Sobre essa competência, Plantin reconhece que “não é uma competência semântica da língua. Mas uma técnica especializada do planejamento lógico-discursivo, uma competência da fala, de múltiplas dimensões” (PLANTIN, 2008, p. 35).

Isso significa que não é suficiente saber falar para saber argumentar, é preciso oferecer atividades que favoreçam a organização e o desenvolvimento dessas competências. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, “compreender e realizar a

educação, entendida como um direito individual humano e coletivo, implica considerar o seu poder de habilitar para o exercício de outros direitos”, isto é, para desenvolver o ser humano enquanto cidadão.

Para isso, a escola precisa priorizar processos capazes de gerar “sujeitos inventivos, participativos, cooperativos, preparados para diversificadas inserções sociais, políticas, culturais, laborais” (BRASIL, 2013, p. 16). É preciso ainda que sejam capacitados para realizar intervenções diante de problemas vividos no dia a dia, na sociedade em que estão inseridos.

Desse modo, a educação se concretiza nas relações sociais que ocorrem dentro e fora da escola. Educação no sentido de processo de socialização, o qual abre espaço para construção, manutenção e transformação de saberes, conhecimentos e valores. Em sociedade, todos, para defenderem seus pontos de vista, para se defenderem, e até mesmo como meio de sobrevivência, fazem uso da argumentação.

Portanto, o objetivo de ensino e de aprendizagem, conforme os PCN, é o “conhecimento linguístico e discursivo com o qual o sujeito opera ao participar das práticas sociais mediadas pela linguagem” (BRASIL, 1998, p. 22). Assim, na escola, o trabalho com as técnicas de persuasão, em situações reais, deve acontecer.

Aludindo aos estudos retóricos, sob o prisma de Aristóteles, a persuasão dá-se de três formas, pelo caráter do orador, pela disposição dos ouvintes, ou pelo discurso. Pelo caráter, quando a maneira como o discurso é proferido “deixa a impressão de o orador ser digno de fé”. Pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a “sentir emoção por meio do discurso”. E, pelo discurso, quando o orador mostra a verdade ou o que parece verdade, a partir do que é “persuasivo em cada caso particular” (ARISTÓTELES, 2013, p. 45).

Dessa maneira, são esses os meios persuasivos: os derivados do caráter, da emoção e dos argumentos verdadeiros ou prováveis. Na perspectiva da retórica e dos estudos argumentativos de base aristotélica, Ferreira admite que não importa se uma afirmação é verdade ou mentira, para o bom orador, o que de fato interessa é que “imprimam em seu auditório a sensação de verdade, o verossímil, o persuasivo” (FERREIRA, 2010, p. 33).

Perelman e Olbrechts-Tyteca asseveram que o objetivo de toda argumentação é “provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento” (2005, p. 04). Isso quer dizer produzir uma disposição para a atividade. Para isso acontecer, quem faz uso da argumentação se utiliza de técnicas com a linguagem a fim de persuadir e convencer o ouvinte, faz escolhas que motivam a aceitação de determinadas teses.

Para esses autores, a argumentação é uma ação que “tende sempre a modificar um estado de coisas preexistentes” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 61). Os neo-retóricos ressaltam que o uso da linguagem não é somente um meio que possibilita a comunicação, mas também “instrumento de ação sobre as mentes, meio de persuasão” (ibidem, p. 150). E acrescentam que

uma argumentação eficaz é aquela que consegue incrementar a intensidade de adesão, de modo a desencadear entre os ouvintes a ação pretendida (ação positiva ou abstenção) ou, pelo menos, crie neles uma disposição para a ação, que se manifestará no momento oportuno (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 50).

Na ótica dos estudos da argumentação, Citelli reforça o ponto de vista da nova retórica, quando declara que a persuasão é, sobretudo, buscar a aceitação a uma “tese, perspectiva, entendimento, conceito, etc. evidenciando a partir de um ponto de vista que deseja convencer alguém ou um auditório sobre a validade do que se enuncia” (CITELLI, 2006, p. 14).

Cabe ao auditório, assim, avaliar, confiar, acreditar ou não nas palavras do orador, que se vale das artimanhas da linguagem para fascinar, influenciar, “fazer assomar o verossímil, o razoável, a opinião sedimentada no bom argumento” (FERREIRA, 2010, p. 36).

Quando as pessoas falam, o que elas pretendem é, de fato, serem ouvidas; às vezes a intenção é que sejam respeitadas e; em outras circunstâncias, pretendem exercer uma influência naquele ambiente. Para Citelli, “quem persuade leva o outro a aceitar determinada ideia, valor, preceito” (CITELLI, 2006, p. 14). É o poder que a palavra tem e exerce sobre quem a detém e quem a escuta. O autor ainda destaca que

as palavras, no contexto, perdem sua neutralidade e passam a indicar aquilo a que chamamos propriamente de ideologias. O signo forma a consciência que por seu turno se expressa ideologicamente. Palavras contextualizadas passam a expressar valores e ideias, transitando ideologias, cumprindo um amplo espectro de funções persuasivas e de convencimento (CITELLI, 2006, p. 30).

A retórica antiga, com Aristóteles (2013, p. 53), atesta que dos três elementos que compõem o discurso: A. o orador (*éthos*); B. o discurso (*lógos*); C. a pessoa a que se dirige o discurso (*páthos*), “é este último elemento, ou seja, o ouvinte, aquele que determina a finalidade e o objeto do discurso. O ouvinte é necessariamente um observador ou um juiz”. Aristóteles ao falar sobre os gêneros da retórica, declara que o ouvinte será um juiz no gênero

judiciário, e um observador no deliberativo e no epidítico, mas cumprindo o papel de assembleia no deliberativo e de espectador no epidítico.

Sobre os gêneros retóricos, Lineide Mosca (2001), em alusão aos estudos aristotélicos, elaborou um quadro resumo com a finalidade de cada tipo de discurso, o tempo afetado, a categoria envolvida, o tipo de auditório, os critérios de avaliação e o argumento-tipo. Segue o quadro:

	Finalidade	Tempo	Categoria	Auditório	Avaliação	Argum. tipo
Judiciário	Acusar/ defender	Passado	Ética	juiz/jurados	justo/ injusto/	entimema (dedutivo)
Deliberativo	Aconselhar/ Desaconselhar	Futuro	Epistêmica	assembleia	útil/ prejudicial	exemplo (indutivo)
Epidítico	Elogiar/ Censurar	Presente	Estética	espectador	belo/feio	amplificação

FONTE: MOSCA (2001, p. 32)

Sobre o auditório, para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 27), é ele o responsável pela argumentação, já que é a partir de sua imagem que o orador faz suas escolhas e constrói sua argumentação, “é, de fato, ao auditório que cabe o papel principal para determinar a qualidade da argumentação dos oradores”. Uma vez que é para o auditório que o discurso é dirigido, é ao auditório que se quer persuadir.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) definem auditório como “conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação” (ibidem, p. 22). Os autores ainda substanciam que é em função de um auditório “que qualquer argumentação se desenvolve” (ibidem, p. 06). Por conseguinte, conhecer o auditório torna-se uma circunstância preliminar; é, na verdade, a condição para a eficiência de qualquer argumentação.

Os neo-retóricos ainda chamam a atenção para outra questão, quando o auditório não é homogêneo, uma vez que é comum que isso aconteça, um auditório com pessoas diferentes. Essas diferenças podem dar-se no campo do caráter, das funções que cada um exerce ou dos vínculos a que estão ligados. Nesse caso, o orador “deverá utilizar argumentos múltiplos para conquistar os diversos elementos de seu auditório. É a arte de levar em conta, na argumentação, esse auditório heterogêneo que caracteriza o grande orador” (ibidem, p. 24).

E complementam: “a escolha dos auditórios e dos interlocutores, assim como a ordem na qual se apresentam as argumentações, exercem grande influência na vida pública. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 117). A clareza de um texto é condicionada pelas alternativas de interpretação que ele apresenta.

Fiorin (2015, p. 70), remetendo-se aos estudos aristotélicos, confirma que “o enunciador para construir seu discurso precisa conhecer seu auditório”. Ou seja, conhecer o *páthos* (o estado de espírito do auditório). Assim, o *páthos* constrói a imagem do enunciatário (auditório), e o *éthos* constrói a imagem do enunciador (orador). Em vista disso, “o *éthos* explicita-se na enunciação enunciada, ou seja, nas marcas da enunciação deixadas no enunciado”.

Sobre os fatores da argumentação, Fiorin (ibidem, p. 69) garante que, assim como outro discurso, um argumento é um enunciado, que coloca em jogo três elementos: “o enunciador, o enunciatário e o discurso. Esses três fatores convergem para o ato persuasório”. O ato persuasório nada mais é que o procedimento de tentar persuadir, convencer, induzir. O texto, assim, é construído pelos três grandes pilares da enunciação: 1. enunciador, orador; 2. enunciatário, auditório; 3. discurso e argumentação. E todos são igualmente importantes para a efetivação da comunicação.

A partir de uma visão bakhtiniana, enunciação “é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados” (BAKHTIN, 1981, p. 98). Ainda citando os estudos enunciativos, Brandão atesta que essa interação que há entre o escritor e o leitor “se faz presente desde a origem do texto. (...) é o movimento da leitura, o trabalho de elaboração de sentidos feito pelo leitor que dá concretude ao texto” (BRANDÃO, 2001, p. 286-287).

No texto, a atenção com o enunciatário é inerente, “um texto traz em seu bojo, desde o momento inicial de sua concepção/produção, uma preocupação com seu destinatário” (BRANDÃO, 2001, p. 268). Ao se ensinar a lidar com textos, ensina-se mais do que usos linguísticos. E na ótica da linguística textual, com Marcuschi, ensinam-se “operações

discursivas de produção de sentidos dentro de uma dada cultura com determinados gêneros como formas de ação linguística” (MARCUSCHI, 2008, p. 90).

O linguista ainda certifica que o texto precisa ser concebido como uma possibilidade de inserção na sociedade, em condições reais. Nesse ponto de vista, ser entendido enquanto “um complexo processo de produção de sentido mediante atividades inferenciais” (MARCUSCHI, 2008, p. 99). Entender, também, que a produção e a compreensão de textos não são simples atos de codificação/decodificação de signos linguísticos, nem apenas uma unidade linguística, mas uma unidade de sentido, em que aspectos linguísticos, sociais e cognitivos são articulados.

Isso quer dizer que autor e leitor de um mesmo texto não estão isolados, nem no ato de produção, nem na recepção. E os interlocutores, bem como o contexto é que dão forma e sentido a elas. Marcuschi reitera, “o texto acha-se construído na perspectiva da enunciação” (2008, p. 77). Nesse prisma, os interlocutores e as situações têm que estar bem definidos para quem escreve, porque o texto se dá como um “ato de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas interativas e colaborativas” (MARCUSCHI, 2008, p. 79).

A relação escritor/leitor se organiza enquanto agentes do discurso. E é o que vai dar significado à produção, por isso tanto escritor quanto leitor são peças fundamentais no processo comunicativo. Uma vez que, em geral, os alunos apresentam dificuldade para interpretar textos e, ao falar e/ou escrever, em expor sua opinião de forma lógica e argumentativa, isso significa que o processo de ensino neste aspecto está falho, que algumas competências não estão sendo desenvolvidas.

Sendo assim, se se pretende construir nos estudantes o poder de argumentar, de pensar de forma crítica, e ainda, de organizar as ideias num texto, a metodologia a ser praticada precisa ser modificada. Faz-se necessário, então, que os textos, orais e escritos, estejam presentes constantemente na sala de aula e, a partir deles, se façam reflexões, comentários, questões sejam levantadas e discutidas para que se chegue a uma opinião, e dessa opinião formada possa se construir uma produção textual, baseada em argumentos.

É importante que a prática docente seja baseada no texto: leitura-interpretação-produção; que se leve em consideração o conhecimento de mundo do estudante e sejam oferecidos variados tipos e gêneros textuais; e que, principalmente, se promova a reflexão, a criticidade, a organização das ideias, a oralidade e a produção escrita.

Segundo Koch (2011, p. 19), “se a frase é uma unidade sintático-semântica, o discurso constitui uma unidade pragmática, atividade capaz de produzir efeitos, reações.” Discurso

enquanto atividade realizada entre interlocutores (falante/escritor ouvinte/leitor), e comunicativa, baseada na participação, diversidade, pluralidade, discordância, diálogo, e, principalmente, persuasão, geradora de sentidos que se dá na interação.

Alguns discursos fazem uso da linguagem com a intenção de conseguir a aceitação de seus ouvintes. Essa intenção pode vir explícita ou não. Alguns textos são exemplos claros dessa intencionalidade. O discurso político é um exemplo desse aspecto, em que o leitor/ouvinte é estabelecido no texto enquanto orientador da fala.

### 3 O DISCURSO POLÍTICO

O discurso político constitui-se em um texto argumentativo, com alta carga de persuasão, enunciado em nome do bem comum, sustentado por pontos de vista dos interlocutores que os representam e por informações compartilhadas que traduzem valores sociais, políticos, religiosos, etc. O caráter persuasivo que há nesse tipo de discurso é um meio bastante sedutor para o aluno estudar recursos argumentativos. É por meio das palavras que o político chega até as pessoas.

Aristóteles teoriza a respeito do gênero deliberativo, o qual trata da política, como gênero mais nobre e mais útil ao Estado. E afirma que a maneira mais significativa e real para obter sucesso em persuadir o eleitorado e dissertar sobre o que é público é entender em alto grau as formas de governo, “e saber distinguir seus respectivos costumes, instituições e interesses” (ARISTÓTELES, 2013, p. 78), uma vez que objetiva persuadir o outro.

Para isso, o orador precisa da argumentação, que compreende raciocínio e pressupõe um espaço de visibilidade para o cidadão, que se vale da força persuasiva da palavra, estabelecendo um processo de sedução, por meio de recursos do plano da expressão, como o timbre da voz, a modulação e a cadência. Quando esses elementos são atingidos na competição política, a prática oratória apresenta maior importância do que o próprio tema.

É nesse momento que o orador do discurso político representa, torna-se ator, faz do ato político uma encenação, uma teatralização. E uma “boa performance é aquela em que o dito se articula, de uma forma compacta, com a teatralidade do dizer” (GRÁCIO, 2013, p. 54). Para isso é fundamental que a estrutura do discurso apresente clareza e os argumentos estejam centrados em bases persuasivas.

O orador pode ou não impressionar um auditório. Isso dependerá de sua habilidade quanto à utilização e adequação dos argumentos. Demonstrar experiência sobre o tema e opiniões bem fundamentadas são importantes nesse processo, ou seja, manifestar-se com segurança a fim de garantir o espaço da confiança. Assim como nos estudos aristotélicos, Tavares (2001, p. 191) afirma que “para induzir o destinatário a aceitar uma mensagem, o locutor precisa preocupar-se não apenas com o que vai falar, mas também em como falar”.

Aos recursos estéticos da língua juntam-se o jogo com os mecanismos da inteligência, as paixões, as influências exteriores, as reflexões implícitas e explícitas e a “capacidade de se descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir” (ARISTÓTELES, 2013, p.



46). O discurso constitui-se num discurso de poder, uma vez que visa à imposição de verdade.

No discurso político esse objetivo é ainda mais intenso, em que a luta pelo poder é explícita. O discurso serve, assim, como busca, conservação, reconhecimento, reforço, tudo em nome do poder. Todas as ações são voltadas para o ser/ter autoridade. O orador possui um tom de especialista do público, conhecedor das necessidades do povo, além de ter o domínio da verdade, em quem se pode confiar.

Na obra organizada por Fulaneti e Bueno, dedicada ao discurso político, na perspectiva da semiótica de Greimas, Fiorin (2013, p. 25), que faz parte dessa coletânea, destaca que “o discurso político tem na sua base uma disputa pelo poder”; e sobre a verdade do discurso político “deriva de sua adequação à realidade”. A característica fundamental do discurso político é a necessidade de impor a sua verdade, para que sobreviva. Mas, ao mesmo tempo, essa verdade está sempre ameaçada num jogo de significações.

Vive constantemente num processo de re/des/construção, porque não é algo absoluto, pronto, trabalha com os parâmetros da parcialidade, tem como princípio central a polêmica, e sobrevive da desconstrução do outro, para então se construir. Portanto, possui caráter frágil, dinâmico, provisório. Por sua particularidade polêmica, ao defender posições, situa-se contrariamente a outros discursos. E, pela sua propriedade argumentativa, dispõe-se a defender ideias com o objetivo de persuadir o interlocutor.

Fiorin (2015), em alusão aos estudos aristotélicos, define o *éthos* como aquele que constrói a imagem do enunciador. O *éthos* que se revela na enunciação proferida, isto é, nos sinais da enunciação produzidos no enunciado, seus costumes, suas atitudes, sua moralidade. *Éthos* enquanto imagem do enunciador. Isso quer dizer que a comunicação que é feita não é pelo enunciador enquanto sujeito empírico, de carne e osso, mas com a imagem que esse orador produz.

Segundo Ferreira (2010, p. 140), a construção do *éthos* dá-se pela construção da imagem pública, a partir do discurso com a criação de “condições para que o auditório julgue o orador como digno de fé”; e cita Aristóteles, quando o estagirita diz que “é sobretudo às pessoas honestas que se presta atenção, e enumera três qualidades que inspiram confiança: prudência, virtude e benevolência”.

O homem, contemplado com o dom da palavra, é feito para a sociedade política. Para isso faz uso da palavra argumentativa, faz uso do gênero deliberativo, aquele que conduz a fazer ou a não fazer alguma coisa. A finalidade desse gênero é “determinar o útil ou o danoso

de um procedimento aconselhado, propõe-se a obter uma decisão de ação” (ARISTÓTELES, 2013, p. 54). O orador desse tipo de gênero faz uso do tempo futuro; discursa sobre coisas a serem realizadas a partir do que ele aconselha ou desaconselha.

Ainda sobre o orador (político), os estudos aristotélicos confirmam que o seu discurso não tem a pretensão de definir os fins, mas os meios ligados aos fins, que se baseia na utilidade das coisas. Para o orador, o fim é o conveniente ou o prejudicial: para o que aconselha, recomenda-o como o melhor; e o que desaconselha, desestimula-o como pior (ibidem, p. 51). O que de fato se busca é o bem, o útil, isto é, o melhor.

Importante destacar que bem e útil são valores, e como tais são relativos, dependem do contexto e das pessoas que estejam envolvidas no processo, assim podem mudar de valoração conforme a situação. Na elaboração da carta aberta, os alunos colocaram sugestões visando o bem, o útil para a população britense, porque acredita-se que “o verdadeiro e o justo têm naturalmente mais valor do que seus opostos” (ibidem, 42).

Essa é a proposta do discurso deliberativo, portanto deve ser a do orador desse discurso, propor o que será benéfico, justo, honroso, e não o que será prejudicial, injusto ou desonroso. Aristóteles também ressalta que “os seres humanos são, por natureza, suficientemente inclinados para o verdadeiro” (*idem*). Ainda segundo o estagirita é possível conceituar o bem como o que

deve ser escolhido por si mesmo, ou como aquilo em função do que escolhemos alguma coisa mais, ou como aquilo que é buscado por todos, ao menos por todos os seres dotados de sensação ou razão, ou aquilo que será buscado por quaisquer seres que venham a ser dotados de razão (ARISTÓTELES, 2013, p. 65).

A partir de uma visão greimasiana, em que os discursos políticos são vistos como discursos de busca do poder, Fiorin reconhece que o discurso político se julga verdadeiro, “mas sua verdade não tem alcance universal” (FIORIN, 2013, p. 24-25). É parcial, portanto. Válido para um tempo limitado, um espaço determinado. Apresenta-se como um discurso da “ordem do saber”. Ou seja, o político, ao se dirigir aos eleitores, mostra-se como um conhecedor dos problemas daquela comunidade que pretende governar e como alguém que resolverá tudo que é preciso para promover o “bem do povo”.

Propõe-se enquanto “poder fazer” e “poder ser”. A relação é sempre a de quem tem direito à palavra, naquele momento, se acha também no direito de conduzir por ela o próprio ouvinte. É o sujeito do poder que designa o discurso político, que fala desse lugar e se constrói enquanto sujeito do saber.

Osakabe ressalta que a imagem fundamental que o locutor, enquanto agenciador do discurso político, faz do ouvinte é a de “dominado, isso pela própria situação de (aparente) inércia que tem o ouvinte naquele momento” (OSAKABE, 2002, p. 71). Vale ressaltar que a situação de inércia é apenas aparente.

E Tavares (2001, p. 208) admite que “apesar de todos os mecanismos argumentativos utilizados na construção de seu discurso, o locutor não possui total controle sobre as interpretações do interlocutor”. A esse respeito, Osakabe ainda complementa afirmando que, inicialmente, o discurso caracteriza-se por meio de relações entre “um eu” e “um tu”.

Essa maior ou menor participação das relações entre um eu e um tu significa não apenas a existência de um processo de contato entre locutor e ouvinte, mas também a existência de um mecanismo que se supõe evidenciável estruturalmente pelo qual não só se torne patente aquilo que já o é, mas sobretudo a importância que tem o ouvinte no próprio agenciamento do discurso (OSAKABE, 2002, p. 59).

O autor ainda enfatiza que essa concepção de poderio público, que o locutor insiste em assumir, não pode ser definida como sendo verdadeiramente o que “ele pensa que pode abarcar tudo aquilo que o ouvinte pensa dele, mas como sendo uma forma pela qual ele pensa que pode abarcar tudo aquilo que o ouvinte possa dele pensar” (OSAKABE, 2002, p. 83).

Muitas vezes, ocorre o não cumprimento daquilo que foi enunciado/prometido. No entanto, para Caetano, que também faz parte da coletânea de base greimasiana, como a procura pela aceitação do discurso político ancora-se mais em elementos do campo do afetivo, do que em elementos da área do inteligível, a depender da confiança que se concede ao outro, a realização da promessa não é o mais importante, mas sim a própria atitude de aceitação pela qual os “sujeitos, identificando-se com os simulacros que lhe são propostos, passam a confiar nos mesmos que, sob a roupagem de ‘promessas’, na realidade moldam o ‘desejo’ deles” (CAETANO, 2013, p. 134).

Assim como foi visto nos estudos de Aristóteles, sobre as características do discurso deliberativo, também no artigo de Caetano, o discurso político projeta ações para o futuro, tempo próprio do gênero deliberativo. Os verbos que são usados nesse tipo de discurso sempre estão nesse tempo porque não se faz política sobre o passado. A promessa se estende para o futuro e na realização própria do ser humano, de esperar os possíveis da vida.

Isso revela a verdadeira ilusão enunciativa, e nada mais é importante. Disso decorre a ilusão de emoções que podem ser estimuladas pelo possível, como forma natural do homem.

Do ponto de vista da semiótica de Greimas, segundo a autora, a promessa se organiza sobre “um querer” e “um poder” (ser/fazer).

A promessa política é concebida como um ato que pretende estabelecer um vínculo intersubjetivo baseado na credibilidade, a qual não se resume aos “limites do espaço da confiança e da crença, mas, por seu intermédio, é alçada ao estatuto de um fazer persuasivo em segundo grau destinado a obter formas de adesão” (CAETANO, 2013, p. 131). Uma adesão aos valores e programas públicos do sujeito. Nesse sentido, a promessa política diz respeito à comprovação de propostas, que, ao se realizarem, concedem poderes a quem prometeu, com a pressuposição de bem comum.

Então, o suporte para existir a confiança, a qual é alvo e condição da promessa, instala-se na ‘sintaxe actancial da enunciação’. Caetano ressalta que na situação da “estética do possível, inscreve-se a paixão da esperança, ou daquilo que resta ainda a esperar do homem a despeito de todos os possíveis de sua fala e de suas ações (ibidem, p. 137). A estética do possível corresponde a uma experiência sensível e cognitiva de poder sim e de poder não. Assim, o discurso, e com ele as promessas, equivale a um juramento e materializa uma doação.

Para Tavares (2001, p. 196), “o sujeito, ao produzir um discurso, se posiciona social e historicamente e, dessa forma, ele assume uma formação ideológica e fala de dentro desta”. É assim que se dá a adesão dos interlocutores. Aos interlocutores cabe perceber o lugar de onde o discurso está sendo enunciado, já que “a eficácia de um argumento depende também do lugar que o locutor ocupa dentro de um determinado contexto” (TAVARES, 2001, p. 200).

O discurso político mostra-se, dessa forma, como uma realidade familiar que se aproxima da vida cotidiana, acessível ao eleitor, a quem são oferecidas grandes possibilidades de identificação. É dessa proximidade/familiaridade que resulta o sentimento de verdade. Referindo-se aos estudos argumentativos, “o *páthos* não é a disposição real do auditório, mas uma imagem que o enunciador tem dela” (FIORIN, 2015, p. 74). Se o *éthos* constrói a imagem do enunciador, o *páthos* constrói a do enunciatário.

De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 58) o discurso deliberativo utiliza “disposições já existentes no auditório e os valores são meios que permitem determinar uma ação”. Os ouvintes desse gênero, em geral, são vistos como pessoas dominadas pelo prazer de escutar, como num espetáculo, que têm a incumbência de deliberar sobre a sua cidade, estado, país.

O discurso político tem locais de enunciação específicos. Então, para alguns, só é legítimo quando surge de partidos políticos, dos governantes, de assembleias legislativas. No entanto, deve-se levar em consideração que com a democracia cada vez mais existem outros espaços de produção desse tipo de discurso. Isso significa que além do discurso político enunciados nos locais de política, há também o discurso político feito na imprensa e o que é realizado na/pela sociedade.

Quanto mais democrático for um país, mais democratização de lugares haverá para enunciação de discursos políticos. E quantos mais discursos políticos forem enunciados, por variadas pessoas, menos discursos dominantes acontecerão. Logo, se nossos alunos tiverem acesso a esse material e fizerem dele um objeto de estudo, estaremos permitindo que cada um exerça, de fato, a democracia e, garantam, assim, a participação em sua comunidade.

Para que isso ocorra a escola precisa oferecer espaços para a concretude de propostas que privilegiem a formação ética, a autonomia intelectual e o pensamento crítico. Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica estes são, a um só tempo, “princípios e valores adquiridos durante a formação da personalidade do indivíduo. É, entretanto, por meio da convivência familiar, social e escolar que tais valores são internalizados” (BRASIL, 2013, p. 39).

#### 4 A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO COM ARGUMENTAÇÃO E DISCURSO POLÍTICO NO ENSINO

Toda e qualquer comunicação acontece por meio de textos. E todo e qualquer texto argumentativo objetiva a persuasão do ouvinte/leitor. É baseado em uma tese, ou seja, um ponto de vista principal, o qual se deseja difundir e a respeito do qual se pretende convencer esse interlocutor. Fiorin (2015, p. 31) assevera que o texto enuncia mais do que aquilo que está expresso. Apresenta “pressuposições, subentendidos, consequências não ditas, etc.”. Logo, para fazer progredir o discurso no processo argumentativo, inferências devem ser utilizadas.

Esses elementos serão analisados pelos alunos, para que não se tenha uma simples identificação dos tipos de argumentos sem uma discussão sobre o real sentido dos textos e sem uma relação com seus outros conhecimentos, não necessariamente provenientes do ensino escolar. Levar para a sala de aula textos argumentativos do tipo discursos políticos representa permitir ao estudante atividades significativas, orais e escritas, que possibilitem a prática de inferências, junto a exercícios de compreensão/interpretação de textos.

Significa também oportunizar o conhecimento de elementos enunciativos constitutivos desses textos e o efeito de sentido resultante; bem como facilitar o acesso às estratégias de construção da argumentação, o contato com a ‘arte do bem falar’; além de proporcionar uma melhor compreensão da política em suas diversas formas de manifestação. “Desde a democracia grega a ‘arte do bem falar’ encontra-se intrinsecamente associada à política” (FULANETI; BUENO, 2013, p. 07).

É com essa assertiva que os escritores organizadores apresentam a obra *Linguagem e política*: princípios teórico-discursivos, como um projeto de estudo do discurso político, numa perspectiva linguística da teoria semiótica de Paris. São discursos proferidos por figuras políticas ou líderes sindicais; ou discursos que articulam valores e relações entre distintos grupos sociais. São textos que buscam o poder, que se valem de estratégias próprias para atingir o seu fim.

Fiorin (2013, p. 23) refere-se à política como “à obtenção, ao exercício e à conservação do poder governamental”. Assim também pensava Aristóteles a esse respeito. A política, dessa forma, refere-se ao poder e a todas as relações de poder do dia a dia das pessoas, inclusive de aluno, independentemente da idade.

O grande objetivo de um ensino voltado para a argumentação, para o discurso político é a conscientização e efetivação da democracia, cujo maior princípio é a participação, carregada de diversidades, discordâncias, acordos, diálogos; além das contribuições linguístico-discursivas.

Crescer aprendendo que o ato político faz parte do cotidiano é tornar o discente consciente de seu papel enquanto cidadão e permitir a desmitificação de alguns elementos bastante presentes e recorrentes nessa área, como a dessacralização de que o político é uma divindade, com valores supremos, dotado de soberania absoluta e único verdadeiro.

Nesse aspecto, o discurso político pode ser comparado ao discurso da propaganda, uma vez que os dois tipos de texto possuem uma finalidade em comum, a de convencer o público a realizar o que lhe é proposto. Os dois discursos estabelecem relações de semelhança, porque ambos consistem em convencer o receptor a concordar com a verdade proposta pelo orador do texto.

Com a propaganda, pretende-se que o receptor adquira o produto anunciado; com o discurso político, que o eleitor compre as ideias defendidas e aprove as ações que o político enunciou. É o caráter publicitário que cada político tem ou procura ter, a fim de atrair a simpatia de seu público. Passar a ideia de que tem conhecimento do que está acontecendo naquele meio e de que possui a solução é uma das estratégias de que se valem os políticos; além de que somente o seu discurso é verdadeiro.

Para isso, o político precisa obter credibilidade frente ao seu público. E, nesse caso, é importante ressaltar, que crer no discurso, necessariamente não significa crer na pessoa, mas no *éthos*, na imagem que foi construída dessa pessoa, não a pessoa real, mas a construção de uma imagem de um autor de discurso que busca a adesão. Portanto, a preocupação do locutor não é apenas com o que será enunciado, mas também em como será enunciado.

Tavares (2001, p. 192), afirma que “o locutor não determina, antes de começar a enunciar, qual o melhor ‘tom’ a ser empregado em seu texto”. O que acontece é que o texto assume um determinado ‘tom’ de acordo com a posição que o locutor ocupa no momento em que ele enuncia. Isto é, o locutor, ao enunciar, está cercado por fatores que restringem a sua área de referências e norteiam o seu texto. E, “a partir daí, assume o ‘tom’ necessário para que o interlocutor crie a imagem pretendida pelo locutor”.

As estratégias de que o político faz uso para atrair o público também dependem de fatores como a identidade social do locutor, do modo como ele concebe a opinião pública, do caminho que ele percorre para despertar a simpatia do público, da posição de seus

adversários. A sua percepção em relação à opinião pública pode aparecer como sendo-lhe favorável, desfavorável ou incerta para o *éthos* criado. Então os discursos devem moldar-se a esses tipos de público a fim de conseguir o maior número possível de aliados a suas ideias.

Referindo-se à adesão ao discurso político, Lara e Mendes (2013, p. 157) afirmam que tal adesão “opera-se mais pelas qualidades pessoais e a sensibilidade do ator político do que por suas posições e convicções”. Por isso, pode-se dizer que esse tipo de discurso se apoia mais em elementos no âmbito do sensível do que na esfera do inteligível.

E, em decorrência disso, aproxima-se ainda mais do cotidiano, tornando-se ainda mais acessível ao eleitor. Logo, permitir ao aluno o acesso a discursos políticos representa oferecer o conhecimento dessas estratégias e, a partir daí, além do aprendizado referente à produção textual argumentativa, despertar o interesse por questões sócio-políticas, ainda na fase do ensino fundamental.

No caso da questão relativa ao ato de argumentar, Osakabe declara que tal prática constitui uma “espécie de operação que visa fazer com que o ouvinte não apenas se inteire da imagem que o locutor faz do referente, mas principalmente que o ouvinte aceite essa imagem” (OSAKABE, 2002, p. 93). O autor afirma ainda que o que de fato importa é o ‘engajamento’ do ouvinte em relação à imagem do locutor e não a transmissão da mensagem.

Isso significa que a mensagem transmitida a partir de um ato argumentativo está sujeita a ser modificada pelo próprio interesse que abrange esse mesmo ato, e daí decorre a importância do fator tempo na argumentação. A temporalidade na argumentação deve-se ao fato de que o objeto de interesse do locutor delimita-se numa esfera de interesse “temporalmente definível, por exemplo, a validade de determinada posição política” (OSAKABE, 2002, p. 94).

A temporalidade também atua no desenvolvimento do discurso, uma vez que o locutor adéqua seu raciocínio, sua fala à reação de seus ouvintes; e, no caso da escrita, quando o locutor imagina a reação e altera ou não o sentido, a direção de seu discurso. Outro papel relevante da temporalidade, segundo o mesmo autor, está relacionado à “força dos argumentos que é dada pela própria situação em que é pronunciado o discurso” (ibidem, p. 95).

A caracterização do momento funciona como argumento, justificativa, exemplificação, tornando o discurso difícil de ser contestado. O discurso, assim, configura-se na sua própria realização um ato concreto. Essas considerações sobre temporalidade da mesma forma são vistas na Neo Retórica.



Baseada nos estudos da Nova Retórica, a linguista Koch, em *Argumentação e linguagem*, esclarece a distinção entre o ato de convencer e o ato de persuadir. O primeiro refere-se unicamente à razão, por meio de um raciocínio lógico e provas objetivas, com caráter demonstrativo e atemporal; enquanto o segundo “procura atingir a vontade, o sentimento do(s) interlocutor(es), por meio de argumentos plausíveis ou verossímeis e tem caráter ideológico, subjetivo, temporal” (KOCH, 2011, p. 18).

Convencer conduz a certezas; já persuadir sugere inferências que podem levar o auditório à adesão dos argumentos apresentados. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 33), persuasiva é a argumentação que pretende valer só para um auditório particular; e, convincente, àquela que deveria obter a adesão de todo ser racional.

Conquistar o apoio, a aprovação, a adesão do público é o principal objetivo de quem profere um discurso político. Para ocorrer tal adesão, as palavras ditas precisam ser pensadas, estudadas e ensaiadas, e não pronunciadas sem planejamento, ditas a esmo. O discurso político possui informações que traduzem valores sociais, políticos, religiosos, ideológicos e outros.

É uma construção linguística presa ao contexto social ao qual o texto é desenvolvido, isto é, as ideologias presentes em um discurso são diretamente determinadas pelo contexto político-social em que se vive e o auditório representa, de fato, um grupo de pessoas que o locutor pretende influenciar com seu discurso a partir dos argumentos utilizados.

Portanto, não basta contar algumas experiências, citar alguns fatos, relatar algumas verdades, para despertar o interesse do público. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 20-21), é uma atitude ilusória dos que acreditam que os fatos falam por si sós. Para que haja o desenvolvimento de uma argumentação é necessário que “aqueles a quem ela se destina lhe prestem atenção”.

E os neo-retóricos acrescentam “Como a argumentação visa obter a adesão daqueles a que se dirige, ela é, por inteiro, relativa ao auditório que procura influenciar”. A maior preocupação consiste em segurar a atenção, o interesse do auditório. Essa é a condição básica para o desenvolvimento de qualquer argumentação.

Atividades com o discurso político, um gênero argumentativo e fortemente persuasivo, são relevantes no processo de compreensão de textos, além do entendimento de como é construída uma argumentação. A partir de exercícios com esse tipo textual, pretende-se criar condições a fim de que o aluno seja capaz de construir uma interpretação.

É importante ressaltar que uma interpretação desses textos pode se justificar no interior do próprio texto e/ou nas suas condições de produção, por isso as variadas estratégias que podem ser utilizadas pelos políticos precisam ser discutidas e trabalhadas em sala com um trabalho prévio sobre argumentos e recursos. A argumentação de um discurso será compreendida a partir do processo de significação em que ela se insere.

Trabalhar a argumentação aplicada no discurso político em sala de aula pode ser uma experiência bastante gratificante e atrativa, devido ao caráter persuasivo e peculiaridade instigante que há nesse tipo de texto. Explicar os mecanismos que são utilizados pelos oradores desse discurso pode transformar-se numa forma de acesso à democracia e aumentar as chances de uma educação conscientizadora, sem falar no aprendizado do principal ato linguístico que é o ato de argumentar.

Significa, também, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de reflexão, de forma crítica, sobre os usos da língua como mecanismo de interação no meio social. Ademais, o trabalho didático com esse gênero pode contribuir para o amadurecimento cognitivo-intelectual, uma vez que a competência de alguns alunos, para a oralidade e, principalmente, para a escrita é, muitas vezes, inferior ao que se espera após anos de cadeira escolar.

Isso se torna preocupante porque se sabe, a partir da experiência da professora-pesquisadora e por meio de relatos de colegas, que não se trata de casos isolados, mas de uma formação deficitária com sérios problemas na produção textual, desproporcionais ao nível de escolaridade já alcançado. Faz-se necessário, então, que exercícios de compreensão, análise, interpretação e produção desses textos, orais e escritos, façam parte do cotidiano escolar.

#### 4.1 ATIVIDADES INTERATIVAS: RECURSOS PARA O TRABALHO COM A ARGUMENTAÇÃO E O DISCURSO POLÍTICO

O trabalho com a argumentação e o discurso político terá uma abordagem qualitativa, buscando uma atualização didático-pedagógica, a partir do uso de alguns recursos e gêneros. Sugere uma prática de ensino de produção textual multimodal, que torne os alunos suficientemente competentes, entendendo tal prática como uma atividade interativa de expressão a partir de múltiplos e diversificados recursos de construção de sentido, nas múltiplas formas da linguagem. Uma prática comunicativa materializada por intermédio das modalidades da linguagem: verbal (escrita e oral: entrevistas, debates e carta aberta) e não-verbal (visual – fotografias).

A fotografia será utilizada na primeira etapa do projeto como um recurso para o registro dos locais públicos que necessitam de reparos, maiores cuidados por parte dos que administram os bens públicos. Os estudantes tentarão capturar a realidade e levar para a sala com o objetivo de motivar uma reflexão.

Fotografia é a arte de comunicar por meio da imagem, uma representação da realidade, uma extensão da capacidade de olhar e observar, um meio de registro. Como toda forma de comunicação, a fotografia também possui a sua linguagem própria, pode ilustrar, atrair a atenção, impressionar, propagar ideias e, no caso deste trabalho, servir para comprovar e informar os principais problemas vivenciados pela população britense.

A entrevista, técnica de comunicação e coleta de dados, será outro recurso utilizado. Para a pesquisa qualitativa, o gênero entrevista funciona como um auxílio. É uma das formas mais comuns de se conseguir dados e se caracteriza por seu formato textual ser informativo e/ou opinativo; haver a presença do entrevistador e do entrevistado; possuir linguagem dialógica e oral, com marcas do discurso direto e da subjetividade e mescla da linguagem formal e informal. Há vários tipos de entrevistas, será usada a de opinião, e o assunto pesquisado serão as principais demandas dos populares.

Em geral, o que é planejado com antecedência tem mais chances de obter um bom resultado, por isso as perguntas serão elaboradas em sala, pelos alunos entrevistadores e sob orientação da professora-pesquisadora, de maneira clara e objetiva, procurando sempre facilitar o entendimento. De acordo com Martins e Bicudo, a entrevista é

um encontro social, possuidor de características peculiares, que são: a empatia, a intuição e a imaginação. (...) é a única possibilidade que se tem de obter dados relevantes sobre o mundo-vida do respondente. Ao entrevistar-se uma pessoa, o objetivo é conseguir descrições tão detalhadas quanto possível das preocupações do entrevistado (MARTINS; BICUDO, 1994, p. 53-54).

O debate, que tem um papel importante para todos na vida em sociedade, torna-se importante e necessário na escola, principalmente quando se trata de um trabalho com argumentação e discurso político, em que se objetiva capacitar os estudantes para uma defesa de ponto de vista. Esse gênero inclui, segundo Dolz *et al* (2011, p. 214) “gestão de palavra entre os participantes, escuta do outro, retomada de seu discurso em suas próprias intervenções etc.”. Trabalha com o linguístico, com as técnicas de refutação e retomada; o cognitivo, com a criticidade; o social, com a escuta e respeito pela fala do outro; o individual, com a tomada de posição e construção de identidade.

Ainda segundo os mesmos autores, o debate é “um lugar de comunicação interativa – de opiniões, de conhecimentos, de ações, de si – um motor do desenvolvimento coletivo e democrático (DOLZ *et al*, 2011, p. 216). Em alguns momentos do trabalho deste projeto o gênero debate se fará presente, incitando a reflexão e a tomada de postura dos discentes frente aos problemas vivenciados/registrados por eles mesmos.

Outro recurso a ser utilizado no trabalho com a argumentação e o discurso político será a carta aberta, que compõe os gêneros textuais de cunho argumentativo. Sua principal característica é possibilitar que se apresente em público as opiniões ou reivindicações a respeito de um determinado assunto. É diferente da carta pessoal porque faz referência a assuntos cujo interesse é coletivo, geralmente um problema de consenso geral, podendo ser usada como forma de protesto contra esse problema, como alerta e também um meio de conscientização da população.

Esse tipo de texto possui traços persuasivos, pois a intenção é a de convencer o interlocutor acerca de suas ideias, neste caso os vereadores que integram a Câmara Legislativa da cidade de Campo do Brito, situando-os dos problemas locais que precisam ser resolvidos, com argumentos e uma solicitação de resolução.

As fotografias, as entrevistas e os debates servirão como meio para a análise da argumentação no discurso político e a produção de uma carta aberta que deverá ser entregue à Câmara Legislativa local. Segundo Bazerman (2011, p. 22) “cada texto se encontra encaixado em atividades sociais estruturadas e depende de textos anteriores que influenciam a atividade e a organização social”, porque são os gêneros textuais que organizam as práticas sociais.

Para a elaboração de um texto de cunho argumentativo (carta aberta) que focaliza os problemas reais de uma determinada comunidade, há a necessidade do uso de outros gêneros (entrevistas e debates), havendo uma relação de progressão, de continuidade e complementaridade entre eles, formando um sistema organizacional articulado, com atos e fatos criados pelos textos, porque “os gêneros tipificam muitas coisas além da forma textual. São parte do modo como os seres humanos dão forma às atividades sociais” (ibidem, p. 32).

## 5 METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS

Os problemas mencionados no Capítulo I, em relação à oralidade e à produção textual, são percebidos também em alunos que estudam em um colégio estadual situado na cidade de Campo do Brito, município brasileiro localizado na região central do Estado de Sergipe, que foi elevado à categoria municipal, desmembrado de Itabaiana, em 29 de outubro de 1912 e possui 17.594<sup>2</sup> (dezessete mil, quinhentos e noventa e quatro) habitantes.

O colégio onde foi desenvolvido o projeto atende a uma média de quinhentos estudantes, distribuídos nos turnos matutino, vespertino e noturno. Oferece as modalidades de Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), Ensino Médio (1ª à 3ª série) e EJAEM (Ensino de Jovens e Adultos – Ensino Médio) a discentes oriundos do centro da cidade, de vias periféricas e de povoados.

Essa instituição oferta escolaridade aos britenses desde 1953 (a mais antiga da cidade). No início era apenas um grupo escolar, depois passando ao nível de escola e há nove anos na modalidade de colégio. Conta com o trabalho de trinta e dois professores; dezenove profissionais de serviços administrativos e gerais; um secretário; uma coordenadora; uma diretora. Possui Conselho Escolar, Projeto Político Pedagógico e nos anos de 2014 e 2015 houve a atuação de um Grêmio Estudantil.

Sua estrutura física é composta de dez salas de aula; uma sala de recursos; uma biblioteca; uma sala de vídeo; um laboratório de informática em desuso; uma secretaria; uma diretoria; uma sala de professores; uma sala de coordenação; um arquivo; um almoxarifado; uma cantina; um refeitório; banheiros para funcionários; banheiros para aluno; uma quadra poliesportiva coberta; além de dois pátios, um coberto, que serve para reuniões e pequenos eventos, e outro descoberto, com quiosque.

Os discentes que fazem parte desta pesquisa são alunos da pesquisadora do estudo em questão e fazem o 9º ano do Ensino Fundamental, Turma A (turno matutino). São vinte e oito estudantes, onze do sexo masculino e dezessete do sexo feminino. Dezessete são residentes da cidade e dezoito moradores de zona rural ou localidades adjacentes à cidade (periferias). A faixa etária varia entre doze e dezenove anos, a maior parte com idade entre quatorze e quinze anos.

A pretensão desta proposta é fazer com que esses estudantes explorem a produção de textos significativos e experimentem a competência da comunicação argumentativa. Sabe-se,

---

<sup>2</sup> [«Estimativa Populacional 2013»](#). Estimativa Populacional 2013. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 4 de outubro de 2013. Consultado em 3 de agosto de 2016.

portanto, que dificuldades terão de ser enfrentadas, visto que, os estudantes nem sempre gostam desse tipo de atividade: produção textual. A escolha pela pesquisa-ação deu-se tendo em vista a finalidade principal deste trabalho que é a resolução do problema: a dificuldade de argumentar, baseando-se na experiência da pesquisadora enquanto docente há vinte e cinco anos.

A pesquisa por ser ação, a forma de procurar informações sobre a realidade, traz a participação dos discentes como sujeitos ativos no conhecimento de sua própria vivência e tornará possível aos mesmos conseguir conhecimentos essenciais para a produção textual. Para Thiollent, a pesquisa-ação

é um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo (THIOLLENT, 1985, p. 14).

O trabalho visa desenvolver no aluno o senso crítico e a capacidade de comunicação por meio de entrevistas e debates, a análise de discursos políticos e a produção de um texto argumentativo, do tipo carta aberta. Um trabalho de intervenção, que serve tanto para a ação didático-pedagógica (aprendizagem), como para a formação de conhecimento, entendimento dos fatos entre os envolvidos no processo da investigação.

É um tipo de trabalho que aciona mudança da realidade social e, para isso, exige preparação, trabalho em equipe e interdisciplinaridade. Foi desenvolvido através da própria experiência, tendo como campo de atuação a sala de aula da pesquisadora, constituído de cinco etapas, que foram trabalhadas durante cinco semanas, distribuídas em cinco aulas/semana, cada aula com duração de 50 minutos, perfazendo um total de vinte e cinco aulas, conforme descrito no quadro:

### 5.1 QUADRO RESUMO DAS ETAPAS E ATIVIDADES

	ATIVIDADES
	1ª SEMANA
<b>1ª ETAPA</b>	1ª aula: Exposição/explicação do trabalho em sala: objetivos e etapas. Formação das equipes e divisão de locais.

	<p>2ª e 3ª aulas: Troca de ideias (principais problemas da comunidade). Elaboração de perguntas (entrevistas). Orientações (fotografias e entrevista /simulação).</p> <p>4ª e 5ª aulas: Visitas e registros dos principais problemas locais (comunidade escolar).</p> <p><u>Atividade extraclasse:</u> Visitas e registros dos principais problemas locais (comunidade local).</p>
<b>2ª ETAPA</b>	<p>2ª SEMANA</p> <p>1ª e 2ª aulas: Seleção e escolha do material registrado (fotos e entrevistas).</p> <p>3ª aula: Apresentação oral dos registros (entrevistas) e <i>slides</i> (fotografias).</p> <p>4ª e 5ª aulas: Reflexão e troca de ideias (políticas públicas; problemas locais registrados).</p>
<b>3ª ETAPA</b>	<p>3ª SEMANA</p> <p>1ª, 2ª e 3ª aulas: Aula expositiva: Tipos de argumentos. Partes do discurso persuasivo. <i>Éthos</i>. Auditório.</p> <p>4ª e 5ª aulas: Análise dos discursos - argumentos: domínios da possibilidade, probabilidade e plausibilidade (Perelman e Tyteca).</p> <p><u>Obs.:</u> Durante esta etapa, uma das aulas da disciplina História será reservada para o estudo dos poderes públicos e suas atribuições.</p> <p><u>Atividade extraclasse:</u> visitação a sessões na Câmara Legislativa local</p>
<b>4ª ETAPA</b>	<p>4ª SEMANA</p> <p>1ª e 2ª aulas: Apresentação oral das análises.</p> <p>3ª, 4ª e 5ª aulas: Reflexão e debates (problemas da comunidade X sugestões e argumentos utilizados nos discursos; discursos políticos X registros locais: pontos contemplados, quesitos focalizados).</p>

<b>5ª ETAPA</b>	<p style="text-align: center;"><b>5ª SEMANA</b></p> <p>1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª aulas: Produção de texto (escrito): carta aberta.</p> <p><u>Atividade extraclasse:</u> Entrega da carta aberta à Câmara Legislativa local.</p>
-----------------	---

## 5.2 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES, REFLEXÕES E ANÁLISES

### 5.2.1 1ª ETAPA

A primeira fase do trabalho aconteceu na primeira semana de aula do ano letivo/2016, no dia 28 de março do corrente ano. O primeiro contato dos alunos com o projeto deu-se com a explicação detalhada das atividades, dos objetivos da pesquisa, de qual a participação deles enquanto partes integrantes e contribuintes da proposta, da importância para eles, enquanto estudantes, e para a população em geral. Após a explanação, a turma foi separada em seis equipes, sendo quatro formadas por cinco alunos e duas constituídas por quatro discentes, perfazendo um total de vinte e oito participantes.

Todos os alunos se dispuseram a cooperar com as atividades, e a maioria mostrou-se bastante animada, com depoimentos de felicidade por poder contribuir com uma ação que, usando as palavras deles, resume-se a “um ato de grande importância para todo britense”. Foi sugerido que, ao chegar em casa, passassem as informações aos pais e/ou responsáveis sobre as tarefas que tinham sido propostas, uma vez que o trabalho exigiria deles, em alguns momentos, a saída de casa em horário extraescolar.

Em seguida, foi pedida a sugestão de que locais deveriam ser visitados a fim de que as pessoas dali fossem entrevistadas, preferencialmente, um público heterogêneo, quanto à idade, gênero, classe social, instrução escolar, profissão, etc. Eles colocaram em evidência a importância de também fazer visitas em algumas residências, e não apenas entrevistar em locais públicos, a fim de atingir um público maior e com maior diversidade de idades, pensando, de maneira particular, nos idosos, que, dificilmente, seriam encontrados fora de suas casas.

Os locais definidos foram as praças, a clínica da saúde, a feira da cidade, o sindicato, alguns pontos estratégicos da cidade, como determinados quiosques em que, em geral,



aglomeram-se várias pessoas; além dos seus próprios lares e de outras pessoas. Como tarefa de casa, foi pedido que cada discente, de forma individual, pensasse sobre os problemas locais da cidade, conversasse com seus familiares a respeito e elaborasse uma pergunta, a qual seria exposta em sala e, junto com a dos colegas, serviria para ser usada na entrevista.

Na aula seguinte, a maioria dos alunos tinha realizado a atividade combinada. Ao passo que eles iam lendo, as perguntas iam sendo colocadas no quadro. Dos oito discentes que não elaboraram em casa a pergunta, três fizeram na aula, após terem visto e ouvido as de alguns colegas. Algumas questões possuíam o mesmo conteúdo. Uma aluna copiou-as em uma folha e a pesquisadora elaborou a entrevista (Apêndice A) a partir dos questionamentos levados para sala. Fez cópias e entregou aos grupos.

Em seguida, foi esclarecido que outras perguntas poderiam ser acrescentadas, apesar de já estarem com as perguntas elaboradas. Foram orientados a fazer outras perguntas a depender de cada situação, dos entrevistados e das respostas obtidas em cada entrevista. A pesquisadora dividiu os locais por grupos e delimitou um mínimo de dez pessoas a serem entrevistadas por cada equipe.

Ainda na sala foram esclarecidas algumas dúvidas a respeito dessa etapa do trabalho, bem como foram dadas orientações sobre entonação; seriedade e postura do entrevistador; demonstração de familiarização com o projeto, direcionamento da entrevista de acordo com seus objetivos; clareza o suficiente para ser entendido; gentileza com as pessoas, mesmo que alguém se negasse a responder; disponibilidade e paciência para ouvir com atenção o que for dito; uso da fala apenas para o necessário; preservação da identidade dos entrevistados; e, por fim, necessidade de agradecer aos entrevistados, pelo tempo dispendido, pela solicitude em responder.

Após todas as orientações, houve na sala uma simulação de entrevista, para orientar os alunos nesse gênero. Os discentes, na aula, se revezaram entre entrevistados e entrevistadores. O objetivo dessa atividade foi permitir ao estudante a percepção e o entendimento do papel desempenhado pelo entrevistador, como aquele que “abre e fecha a entrevista, faz perguntas, suscita a palavra do outro, incita a transmissão de informações, introduz novos assuntos, orienta e reorienta a interação” (DOLZ; SCHNEUWLY, 2011, p. 73). Características condizentes com o trabalho de um repórter.

Antes de saírem às ruas, as entrevistas foram realizadas na própria escola. Cada equipe de alunos ficou responsável por um determinado grupo de pessoas: 1. Equipe diretiva, 2. Professores, 3. Pessoal dos serviços básicos e 4. Aluno. Sugeriu-se que cada grupo

entrevistasse cinco pessoas no ambiente escolar, somando um total de quinze pessoas entrevistadas por grupo. Aos estudantes moradores fora da cidade, foi proposto que eles também realizassem a entrevista em seus respectivos povoados.

A ideia de começar as entrevistas pela escola explica-se pelo fato de, nas ruas, os discentes estarem sós, sem a companhia de um adulto, e, na escola, estarem acompanhados pela pesquisadora, a fim de que a mesma pudesse verificar, avaliar, dar dicas sobre a atuação deles em campo e dar prosseguimento à atividade.

O objetivo é o registro dos problemas locais mais relevantes, por meio de fotos e entrevistas. O material de apoio para o registro das fotos foram os celulares e câmeras dos alunos. Orientou-se aos discentes que registrassem em fotos os locais públicos que, segundo a opinião deles, precisavam de reparos, consertos, manutenção. As fotos serviriam para comprovar a realidade pesquisada, junto às entrevistas, que foram registradas de forma escrita. Cada grupo definiu os horários e dias de saída para realização das entrevistas extraescolares.

### 5.2.2 2ª ETAPA

Na segunda semana, deu-se início o segundo momento de aplicação do projeto. Cada equipe levou para a sala a transcrição das respostas colhidas e, em grupo, apresentaram, de forma oral, algumas respostas que melhor representavam o material registrado. Todas as respostas foram entregues à pesquisadora a qual compilou todos os dados. Os discentes superaram o quantitativo estimado referente às entrevistas. Foi sugerido um mínimo de quinze por grupo, o que daria um total de 90 (noventa) pessoas entrevistadas. Foram realizadas 134 (cento e trinta e quatro entrevistas). Enquanto dois grupos fizeram o mínimo estabelecido, os demais atingiram de vinte a quarenta entrevistados.

Nesta etapa de apresentação das entrevistas feitas pelos grupos, os alunos colocaram em sala o gosto pela atividade, disseram que se sentiram importantes no papel de entrevistadores, e que mesmo recebendo algumas negativas, não desanimaram, porque desde o início já sabiam que podiam encontrar indivíduos que não quisessem responder, e isso ocorreu, principalmente, quando se tratava de um cidadão que não queria se comprometer, por ser muito próximo (parente, amigo) do prefeito e vereadores da cidade ou por ser funcionário municipal, mesmo este sabendo que não haveria divulgação de nomes.

Os estudantes terem realizado essa tarefa de forma tão satisfatória serviu como estímulo aos mesmos para a continuidade do trabalho, como também serviu de incentivo para a pesquisadora dar prosseguimento ao trabalho. Os dados foram computados, digitados e xerocados, com o objetivo de que cada aluno envolvido na pesquisa recebesse uma cópia. Na aula seguinte, levou para a sala os resultados que seguem abaixo e também mostrou as fotos retiradas por uma das equipes.

A pergunta 01 *Promessas foram feitas durante a campanha eleitoral e no ato de posse pelo atual prefeito. Essas promessas estão sendo cumpridas?* obteve resposta, em sua maioria, 63%, negativa ao Poder Público, representado diretamente pelo Prefeito da cidade de Campo do Brito e, indiretamente, pelos vereadores do município. Apenas 12% das pessoas responderam “sim”, que o prefeito já cumpriu suas promessas. Dos que responderam “regular”, enfatizaram que a maioria ainda precisa ser cumprida. Uma parcela muito pequena, 1%, não soube ou não quis responder (Gráfico 01).

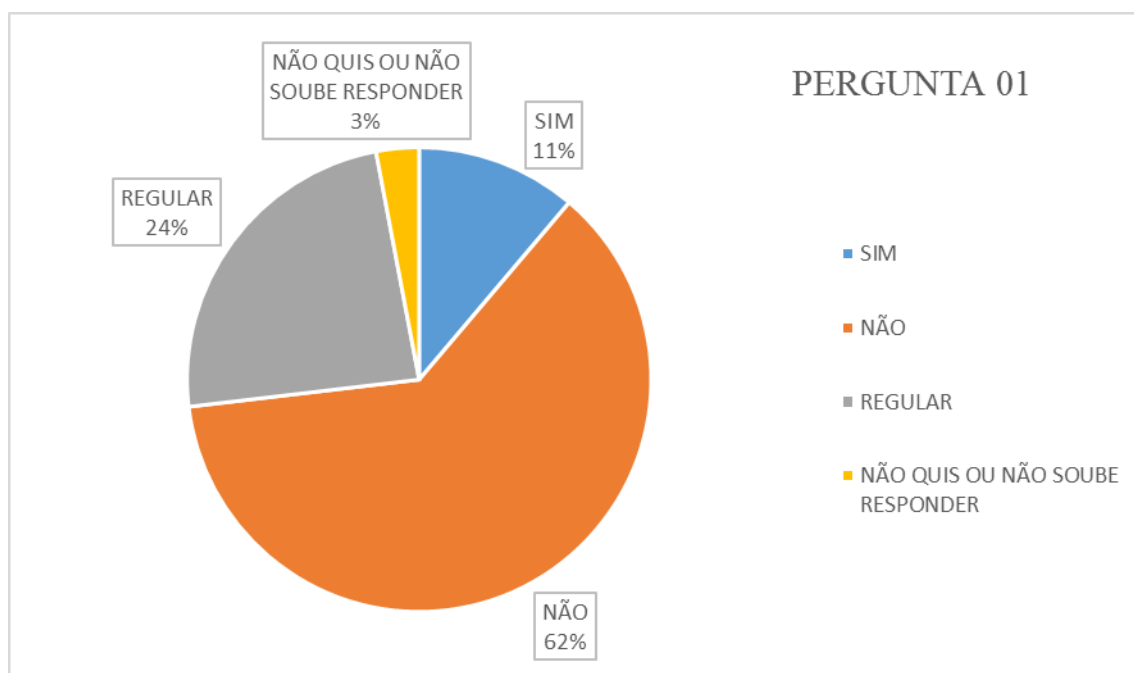


GRÁFICO 01 – Pergunta 01

Os alunos ainda, no momento da explanação desses resultados, fizeram comentários de que não poderia ser um resultado diferente, que eles também compactuavam da mesma resposta. Essa negação explica-se devido às muitas e variadas expectativas criadas por tal executivo, podendo tal afirmativa ser comprovada em seu discurso de posse (Anexo A).

A pergunta 02 *O que precisa melhorar em nossa cidade? Do que você sente falta em sua comunidade?* recebeu respostas variadas, que vão desde serviços de primeira ordem a itens considerados secundários, mas que para os jovens, principalmente, fariam diferença no seu dia a dia. Seguem os itens respondidos:

01. Segurança (item registrado em quase todas as respostas);
02. Saúde;
03. Educação;
04. Saneamento básico;
05. Oferta de emprego;
06. Pagamento de salários em dia;
07. Esporte;
08. Lazer, entretenimento, diversão.

A pergunta 03 *Quais os benefícios que poderia haver em nossa cidade, por parte das políticas públicas, em prol das crianças, jovens, adultos e idosos?* atingiu as respostas maiores, em quantitativo de conteúdo, e todos os entrevistados, com exceção de oito pessoas, não souberam ou não quiseram responder. As pessoas sugeriram que:

01. A segurança da cidade passe por mudanças: o policiamento precisa ser ostensivo e haver atendimento policial 24h. São muitos assaltos e a população está amedrontada.
02. Oferta de empregos, porque há muitos jovens ociosos na cidade e até mesmo adultos precisando de trabalho.
03. A clínica de saúde precisa ter mais médicos atendendo à população, todos os dias, e funcionar também à noite. Além disso a distribuição de medicamentos (para colesterol, diabetes, hipertensão, etc.) precisa existir, sem interrupções.
04. Eventos culturais/sociais na cidade, principalmente os direcionados às tradições locais.
05. Reparos e manutenção das estradas que dão acesso aos povoados, muitas delas muito difíceis de trafegar.
06. Mais creches na cidade, incluindo centro da cidade, zonas periféricas e povoados.
07. Construção de casa de repouso para idosos sem familiares presentes.
08. Oferta de cursos técnicos.
09. Saneamento básico em toda a cidade, sem distinção de ruas/moradores.

10. Áreas de lazer, centros recreativos
11. Áreas de esporte, escolinhas de desporto e dança para crianças e jovens. Complexo desportivo atuante.
12. Limpeza das ruas (deve ocorrer em todas as ruas e mais vezes por semana).
13. Projetos de coleta seletiva e de reciclagem do lixo.
14. Projetos educativos/sociais para crianças e jovens carentes.
15. Pagamento em dia aos servidores municipais.

A pergunta 04 é um tema mais abrangente, refere-se ao regime de governo democracia. Foi questionado sobre o aspecto “atendimento do líder político” (prefeito) às pessoas em geral. *O nosso regime político é a democracia. Mas observando como de fato acontece em Campo do Brito, entendendo que nessa forma de governo, o líder político deve ser tão acessível e receptivo às pessoas quanto possível, isso de fato ocorre?*

As respostas, mais uma vez, mostraram-se negativas, com um percentual de 57% de não em relação ao atendimento, contra 12% que se sentem satisfeitas em relação a esse ponto. Algumas pessoas (18%) não quiseram ou não souberam responder. E 13% sentem-se ofendidas, porque ele atende a uns e a outros não, fazendo distinção entre os munícipes (Gráfico 02).

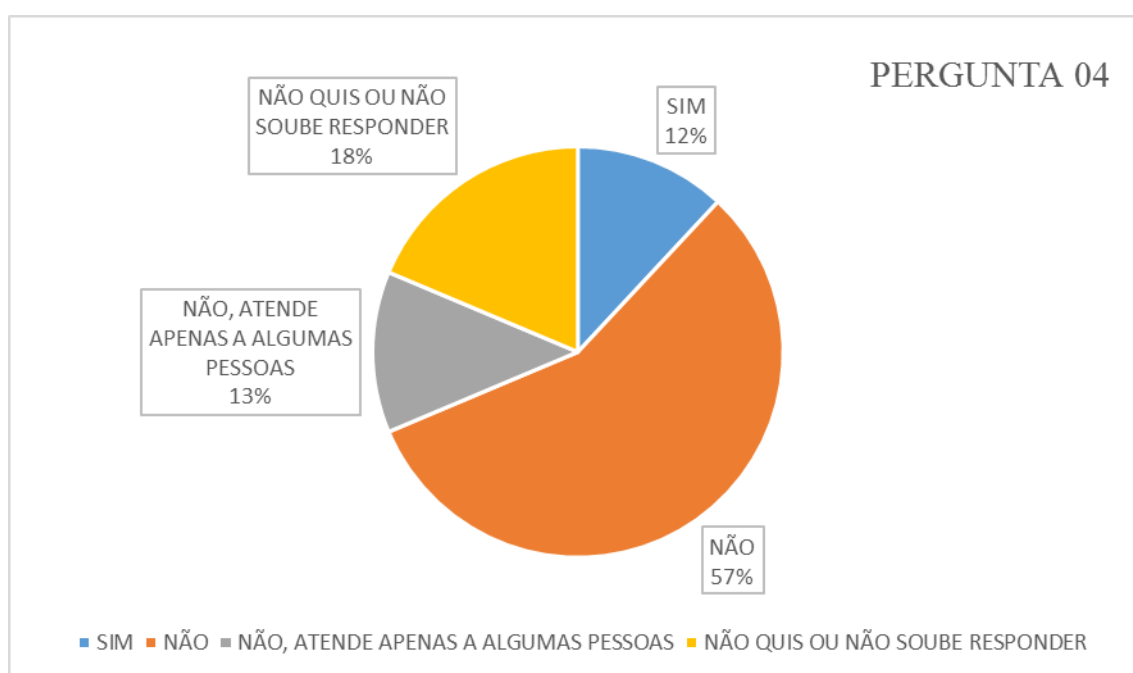


GRÁFICO 02 – Pergunta 04

Determinadas pessoas ainda justificaram suas respostas com afirmativas do tipo “O prefeito nem sempre está na cidade”, “Ele tem moradia fixa é na capital”, “Atende apenas em tempos de eleição”; “Só aparece na cidade no dia de quinta-feira”.

E como última pergunta, por conta dos últimos acontecimentos ocorridos na política nacional, e em sala os alunos sempre tocarem no assunto, achou-se pertinente colocar uma questão sobre “corrupção”, constituindo a quinta questão da entrevista *Sobre corrupção, qual a sua opinião? Como modificar essa situação?*. As respostas podem ser resumidas da seguinte forma:

I. O que é corrupção?
01. Falta de respeito;
02. Falta de ética;
03. Falta de responsabilidade.

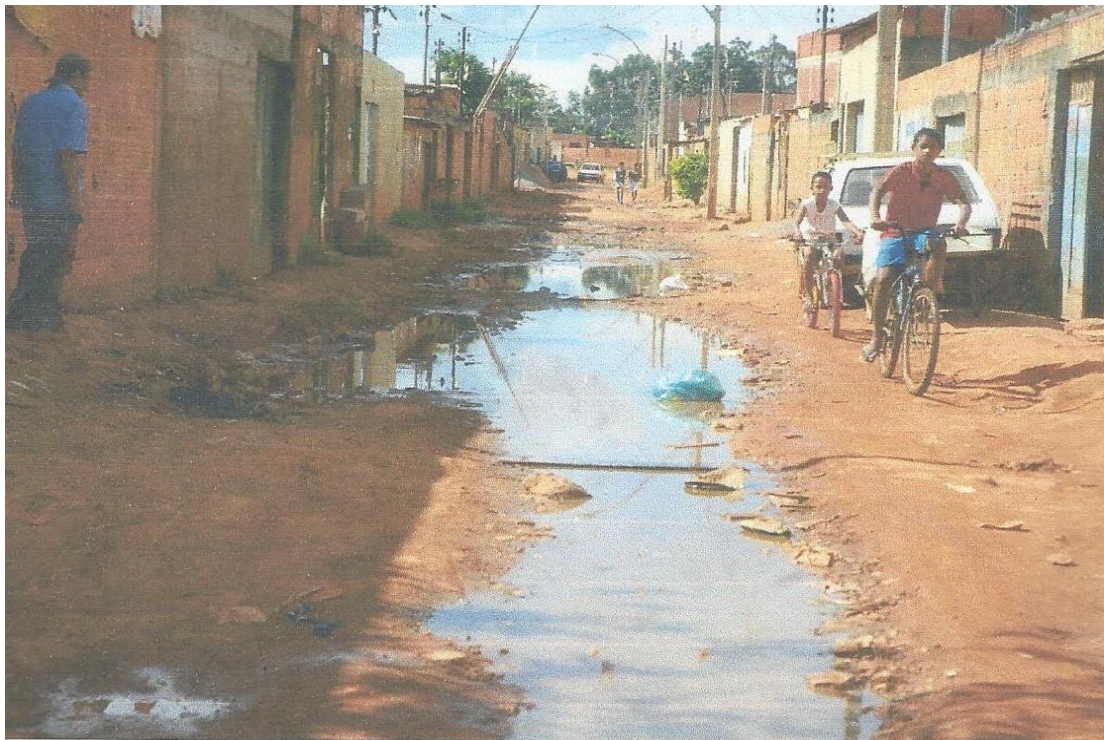
II. Como modificar essa situação?
01. Esse problema não tem jeito, já faz parte da cultura dos políticos (resposta da maioria dos entrevistados);
02. Afastamento do cargo;
03. Não ter direito à reeleição;
04. Prisão aos corruptos.
05. Reformulação da constituição, com leis mais rigorosas para esse tipo de crime.

Algumas pessoas, após responderem às questões, deram sugestões de mudança para os eleitores, já que mudar essa “cultura dos políticos” seja, talvez, mais difícil. Por exemplo, para que haja modificação, de fato, no cenário político, cada pessoa deve:

01. Aprender a votar;
02. Não vender o voto;
03. Votar apenas em candidatos “Ficha Limpa”;
04. Possuir educação/conscientização política, começando nas escolas e se estendendo às ruas, praças, manifestações;
05. Haver reeducação moral (deixar de lado o “jeitinho brasileiro”);
06. Ser honesto (“uma sociedade honesta não sustenta políticos corruptos” – frase de um dos

entrevistados);
07. Mudar a postura enquanto cidadão/modos de agir: direitos e deveres iguais.

As imagens colhidas durante as entrevistas por uma das equipes representam o descaso do poder público com determinadas ruas, que demonstram falta de saneamento básico, como se percebe na figura 01, acarretando acúmulo de água parada, contribuindo para a criação, infestação e proliferação do mosquito *Aedes Aegypti*, tão nocivo à população. Seguem as ilustrações:



*Figura 1: rua sem saneamento básico*

Problema semelhante pode-se perceber nas figuras 02 e 03. Descuido com o lixo, como pneus, vasos expostos e outros materiais em terrenos baldios.





*Figura 2: pneus abandonados em terreno baldio*



*Figura 3: lixo jogado em terreno baldio*



As fotografias evidenciam o descaso do poder público em relação ao bem-estar da população. Elas comunicam através da imagem, representam a realidade, captam a extensão da capacidade do olhar através de um registro. As imagens colhidas pelos alunos comprovam de problemas enfrentados pelo povo britense em determinadas ruas.

Os discentes no momento da amostra das imagens, reconheceram que também cabe à comunidade em geral ter determinados cuidados, visto que são os próprios moradores que jogam objetos e dejetos em vias públicas, excluindo-se da responsabilidade de cuidar, dar um destino certo ao que é seu, que não mais lhe serve, e transferindo, conseqüentemente, essa tarefa apenas à gestão municipal. Após a apresentação de todos os registros (entrevistas e fotografias), deu-se início a uma conversa, na sala, sobre a atual situação da cidade.

Em seguida, os alunos foram incentivados a fazer uma pesquisa sobre “políticas públicas”, a fim de servir como embasamento teórico para a troca de ideias em sala. Dos vinte e oito estudantes, apenas oito não realizaram essa atividade, e dos vinte que fizeram, alguns tiveram dificuldade em entender o conteúdo. Foi solicitado ao professor de História que explanasse a respeito do assunto, em uma de suas aulas, naquela mesma semana. O pedido foi atendido solicitamente.

Também nessa aula de História foi colocada a diferença entre os três poderes públicos: Legislativo, Executivo e Judiciário e suas respectivas atribuições, especificamente os dois primeiros, a fim de que todos entendessem mais sobre os assuntos abordados e trabalhados no projeto e, no momento de análise das ações dos representantes dos órgãos, soubessem distinguir as funções desses poderes públicos, suas formações e competências. Destacou-se que o Poder Executivo, formado pelo presidente, governadores e prefeitos, governam o povo, administram os interesses públicos e deveriam levar em consideração o que é estabelecido pela Constituição.

Já o Poder Legislativo, constituído por parlamentos, congressos, câmaras e assembleias, representado pelas Câmaras de Deputados e pelo Senado Federal, e nos municípios e Estados, Câmara de Vereadores e da Câmara de Deputados Estaduais, tem como função elaborar normas de Direito e legislar as mais variadas esferas políticas e constitucionais do país, aprovando, rejeitando e fiscalizando as propostas feitas pelo poder executivo. O projeto visa à análise de alguns discursos, buscando contemplar as instâncias: presidente do Brasil, governador de Sergipe e prefeito de Campo do Brito.

Nas duas últimas aulas da segunda semana referente ao projeto, uma troca de ideias foi proposta, e cada aluno deveria colocar sua opinião e reflexão acerca do que tinha ouvido e

visto com os resultados obtidos e relacionar a políticas públicas, gestão do dinheiro público e problemas locais observados. Cada grupo elegeu um representante, mas no decorrer da conversa, outros discentes fizeram interferências, o que contribuiu bastante para o êxito de mais uma atividade proposta. As discussões foram sobre o que esperar de um político e quais problemas sociais locais precisam de uma atenção maior por parte dos dirigentes públicos.

Neste momento de diálogo percebeu-se a evolução dos estudantes quanto ao desenvolvimento das competências comunicativa e argumentativa. Mesmo que de forma tênue em alguns, mas noutros já se pôde observar um progresso na autonomia e segurança com que defendia determinada opinião.

Isso foi possível com a oferta de atividades que promovem reflexão, criticidade, organização das ideias, discussões orais, dever de ouvir, direito de falar, e, conseqüentemente, favorecem a organização, a capacitação dessas competências e a vontade dos discentes em participar de tais práticas.

Essa é uma das formas de se alcançar esse desenvolvimento. Mas não é a única. Existem diversas formas de se trabalhar com a argumentação em sala. O que importa ressaltar é que a exposição e discussão de ideias precisa ser valorizada em sala, a fim de permitir ao aluno participação.

Como já foi visto, segundo Ferreira (2010, p. 12) “somos seres retóricos”. É por meio do uso da palavra que se busca interação e construção de sentidos. Quando os estudantes descreveram a experiência da 1ª etapa, explicaram as situações, justificaram as posições tomadas, por eles e por alguns dos entrevistados, constituíram um discurso, carregado de proposições para uma nova visão da realidade. Para isso, valeram-se da argumentação.

### 5.2.3 3ª ETAPA

Na terceira semana, seguindo o planejamento, as três primeiras aulas foram reservadas para explanação dos tipos de argumentos, das partes do discurso persuasivo, do conceito de *Éthos* e de auditório (o conteúdo foi adaptado para a turma - 9º ano – Ensino Fundamental). Os alunos receberam o material em apostila e a pesquisadora explicou, um a um, cada conceito, para em seguida, analisarem discursos políticos, do ponto de vista da argumentação, de base aristotélica, baseados em argumentos elencados por Perelman e Olbrechts-Tyteca, nos domínios da possibilidade, probabilidade, plausibilidade, que são as esferas que a política ocupa.

Apenas alguns tipos de argumentos foram trabalhados, por conta da falta de tempo, por serem em grande quantidade e devido à complexidade da teoria. Logo, as análises resumiram-se aos argumentos explicitados em sala, comprometendo uma análise mais ampla e completa dos discursos políticos. Seguem os argumentos que foram explorados em sala:

### TIPOS DE ARGUMENTOS

I. Os **argumentos quase lógicos** lembram a estrutura de um raciocínio lógico, mas a conclusão não é logicamente necessária. Nesse âmbito, os argumentos fundados no princípio da não contradição:

1. Argumento de autofagia e retorsão, que implica colocar em evidência a incompatibilidade (autofagia) de uma proposição, fazendo com que o argumento se volte contra quem o proferiu.

2. Argumento de *reductio ad absurdum* (redução ao absurdo ou redução ao impossível), que consiste em tomar uma proposição como verdade com a finalidade de tirar conclusões absurdas, demonstrando assim a falsidade da tese.

3. Argumento probabilístico, que considera a proposição sustentada pela maioria como verdade, como o que é mais adequado em confronto com a defesa da minoria.

4. Argumento do terceiro excluído, que admite apenas a verdade ou a falsidade de uma proposição, que apresenta duas proposições como as únicas possibilidades existentes.

II. Na área dos **argumentos fundamentados na estrutura da realidade**, que são baseados em relações que o sistema de significação considera existentes no mundo objetivo, como os argumentos de coexistência, os quais relacionam um atributo com a essência ou de um ato com a pessoa:

1. *Argumentum ad hominem* (argumento dirigido à pessoa) que implica na desqualificação do adversário, caracterizando-o como incompetente, não confiável ou inconsequente, um confronto da pessoa aos seus discursos ou atos; e pode se expressar em forma de ataque pessoal direto/indireto ou apresentam-se contradições entre posições do oponente ou entre as palavras e ações (argumento muito presente no debate político).

2. *Argumentum tu quoque* (argumento de desqualificação do argumento do outro), que consiste em rebater uma crítica com um ataque ao oponente, desqualificando o argumento

dele (variação do *argumentum ad hominem*). Esse argumento é um eficaz recurso para nocautear o oponente e baixar o nível do debate, principalmente no campo político.

3. Argumento de autoridade ou *Argumentum ad verecundiam*, que se baseia em introduzir a si mesmo como prova no exame da questão, podendo ser da ordem do saber ou do domínio do poder.

III. No campo dos **argumentos que fundamentam a estrutura do real**, em que os argumentos não são vistos como conformes à maneira como se estrutura a realidade, mas que são considerados modos de organização da realidade, como o argumento indutivo, o Modelo e o Antimodelo, que qualificam ou desqualificam alguém, caracterizando-o como modelo (alguém com quem se procura uma identificação, digno de ser imitado) ou antimodelo (alguém que deve ser evitado). Esse argumento também é bastante utilizado no meio político.

1. Modelo: podem servir de modelo pessoas ou grupos cujo prestígio valoriza os atos. O modelo indica a conduta a seguir; serve também de caução a uma postura adotada.

2. Antimodelo: se a referência a um modelo possibilita promover certas condutas, a referência a um contraste, a um *antimodelo* permite afastar-se delas.

Todos esses argumentos estão condensados em Fiorin (2015, p. 139-189). Para esse autor (ibidem, p. 116), argumentos constituem “razões contra determinada tese ou a favor dela, com vistas a persuadir o outro”.

Também foram observadas as partes do discurso persuasivo, que, conforme Ferreira (2010, p. 49-144) constituem os primeiros passos para a análise retórica.

## PARTES DO DISCURSO

### **Contexto retórico:**

Inicia-se com questões que variam entre simples e amplas, como: ‘quem fala?’, ‘a quem fala?’, ‘quando fala?’, ‘contra o quê?’, ‘como fala?’.

Ou questões fundamentais, como: ‘do que trata?’, ‘o que afirma?’, ‘contra quem?’, ‘como diz?’.

O contexto retórico compõe-se de “um orador, colocado diante de uma questão mais ampla, que envolve vários fatores e que culmina num discurso passível de ser analisado”. Em retórica, a estrutura do discurso é fundamental. Quando o contexto retórico é conhecido pelo

orador, os argumentos partem de bases muito persuasivas, o que aumentam as chances de aceitação.

Para isso, o discurso deve estar pautado nos grandes pilares que formam as partes do sistema retórico: a invenção; a disposição; a elocução; e a ação.

**I. *Inventio*** (invenção) é a primeira etapa da análise retórica. É o momento em que se buscam as provas que servirão para sustentar o discurso, as quais objetivam persuadir. Os argumentos são representados pelos lugares retóricos (da qualidade, da quantidade, etc.) e pelas provas lógicas. Corresponde a ‘o que dizer e a que considerações deve-se recorrer para elaboração do discurso?’.

**II. *Dispositio*** (disposição) é a segunda etapa, representa a estruturação e ordenação das considerações selecionadas. É o momento em que os argumentos são organizados e distribuídos no texto, de maneira racional e plausível, em busca de uma solução, também com o mesmo objetivo do passo anterior – persuadir.

**III.** A terceira etapa dessa análise é a ***elocutio*** (elocução). Em retórica, uma operação que atua sobre o material da *dispositio*. Para isso, utiliza-se das falácias e das figuras retóricas. É o plano da expressão: tipo de linguagem, recursos linguísticos, estilo. O que tornará o discurso mais eloquente e mais adequado.

**IV.** A quarta e última etapa é a ***actio*** (ação). É a emissão do texto construído pelas atividades anteriores (*inventio*, *dispositivo*, *elocutio*). Tem a finalidade de captar a atenção do auditório e persuadi-lo. Equivale à condução da performance discursiva.

Também foram explanados alguns conceitos importantes para um melhor entendimento do assunto, e na hora da análise dos discursos, levar em conta tais ensinamentos:

#### CONCEITOS IMPORTANTES

Discurso político = discurso argumentativo.

*Éthos* = imagem criada que define o orador (político).

*Páthos* = estado de espírito do auditório, imagem do enunciatário (eleitor).

Auditório = conjunto de pessoas a quem são dirigidos os argumentos do orador.

Para atingir a captação da atenção do público e a persuasão, a construção do *éthos* do orador é o primeiro ponto a ser observado. Confiança é o pilar para essa conquista. “A confiança é adquirida no efeito do discurso sobre o auditório. Demonstrar conhecimento de causa, demonstrar honestidade e segurança movem o auditório para o espaço da confiança” (FERREIRA, 2010, p. 140).

Demonstrar experiência sobre o tema, ter opiniões fundamentadas e dar demonstrações de sabedoria são elementos importantes na construção positiva do *éthos*. A prudência é outro item relevante. Logo, devem-se usar estratégias de polidez (*eunóia*), com a intenção de evitar rupturas e conflitos nas interações, assim como construir efeitos passionais a fim de mover o auditório.

O orador conhecer o auditório também é outro ponto relevante, uma condição para eficiência da argumentação. E em relação às promessas feitas pelo orador, a realização delas não é o mais importante, segundo Caetano (2013, p. 134), mas a atitude de aceitação do auditório (eleitores). A promessa se caracteriza, então, como um vínculo intersubjetivo baseado na credibilidade.

Todos esses conhecimentos, da área da Retórica e da Argumentação, foram explicados para os alunos, por meio de aula expositiva, pela pesquisadora, antes de serem iniciadas as análises dos discursos políticos, a fim dar embasamento teórico para a prática da atividade e possibilitar uma aprendizagem argumentativa que estimulará a reflexão, o senso crítico e o despertar da consciência sócio-política do estudante.

A princípio os discentes consideraram o assunto muito complicado e difícil de entender. Essa tarefa não lhes agradou. Eles fizeram muitas reclamações, que gostariam mesmo era de voltar às ruas e dar continuidade às entrevistas. Ao passo que as explicações eram dadas, aliadas a exemplos, eles iam se acalmando e muitos prestavam atenção, mas sempre havia quatro ou cinco desfocados do conteúdo.

Nas aulas seguintes cada equipe recebeu um discurso político de gênero diverso (ver Anexos). Os discursos contemplam a esfera do Poder Executivo a nível nacional, estadual e municipal. Seguem imagens dos alunos reunidos em grupo para essa etapa do trabalho e suas respectivas análises:



*Figura 4: alunos reunidos para análise de discursos políticos*



*Figura 5: alunos reunidos para análise de discursos políticos*





*Figura 6: alunos reunidos para análise de discursos políticos*

Foram selecionados seis discursos, um para cada grupo. A seleção foi feita de forma criteriosa, com o intuito de atingir as três esferas: municipal, estadual e nacional, de anos diferentes, a fim de se oferecer uma visão histórica da política brasileira, mas com destaque para o cenário político atual (1988 – 1994 – 2013 – 2014 – 2015). E após um sorteio, as equipes receberam seus respectivos textos para análise dos argumentos:

Grupo 01: discurso de posse do 2º mandato de Dilma presidente – 01/01/2015 - (Anexo C);  
 Grupo 02: discurso de cerimônia de sorteio do país sede da Copa de 2014 por Luís Inácio Lula da Silva - (Anexo F);  
 Grupo 03: discurso de direito de resposta constitucional à TV Globo, no Jornal Nacional, de Leonel Brizola – 15/03/1994 - (Anexo E);  
 Grupo 04: discurso de posse do prefeito eleito de Campo do Brito, Alexsandro Menezes da Rocha – 01/01/2013 - (Anexo A);  
 Grupo 05: discurso do Presidente da República José Sarney (tentativa de denúncia de "golpe institucional") – 28/02/1988 - (Anexo D);



Grupo 06: discurso de posse do governador em Sergipe Jackson Barreto de Lima em 10/12/2013, após o falecimento de Marcelo Déda - (Anexo B).

Foram entregues duas ou três cópias de cada discurso para cada equipe. Solicitou-se que lessem o texto, e em seguida, numa releitura, identificassem os tipos de argumentos estudados nas aulas anteriores. A cada descoberta de um exemplo de argumento no discurso em análise era uma comemoração. No final estavam todos, alunos e professora, muito satisfeitos por conseguirem realizar mais uma atividade. Dos seis grupos, dois precisaram de mais tempo para terminar a tarefa, então deu-se a opção de concluírem em casa e levarem a tarefa pronta para a sala na semana seguinte.

Seguem as análises feitas pelos grupos. Como foi observado, algumas identificações feitas por eles podem ser questionadas, como será feito adiante. Mas é importante observar esse trabalho de reflexão e análise feito pelos alunos a partir dos discursos apresentados. Embora a atividade tenha contado com a intervenção da pesquisadora, evitou-se dar a “resposta certa”, exatamente para desenvolver esse olhar crítico e analítico do aluno, que vai ao encontro dos nossos objetivos.

I. Discurso de posse do prefeito eleito de Campo do Brito, Alexsandro Menezes da Rocha (Anexo A) em 01/01/2013 – Grupo 04:

**A. ARGUMENTO PROBABILÍSTICO:**

**“Estarei aberto para ouvir as pessoas. Darei vez e voz ao cidadão de nosso município. Essa forma de governar permite que descubramos erros e falhas e que nos aponte os caminhos para corrigi-los.** Permite-nos ver o todo, nos impõe a humildade de não nos considerarmos donos da verdade, nem mágicos portadores de soluções instantâneas para os problemas” (Parágrafo 11 – Anexo A).

**B. ARGUMENTO DE MODELO:**

**“É preciso acreditar, que o verdadeiro desenvolvimento, é medido pelo grau de satisfação das pessoas e a qualidade da oferta dos serviços. A todo cidadão deve ser dado o mesmo direito**

de sonhar e ser feliz. **Lutaremos para a construção de um governo cujas prioridades sejam as prioridades do povo britense**” (Parágrafo 13 – Anexo A).

II. Discurso de posse do governador em Sergipe Jackson Barreto de Lima em 10/12/2013, após o falecimento de Marcelo Déda (Anexo B) – Grupo 06:

A. ARGUMENTO DE AUTORIDADE:

“Nesta casa em que assumo agora tais compromissos exerci o mandato de deputado estadual, a partir de 1974. Vinha dos embates democráticos que aprendi na praça pública e aperfeiçoei na Câmara de Vereadores da capital, exercendo o mandato de vereador. **Entendi a importância de respeitar o Parlamento como o espaço que dá voz a todas as representações da sociedade. Como Governador de todos espero manter acesa sempre a chama de tal interlocução, governando em colaboração com os Poderes Legislativo e Judiciário e atento sempre às responsabilidades constitucionais que competem a instituições como o Ministério Público e o Tribunal de Contas.** Diálogo que não dispensará, sob nenhuma hipótese, a interlocução com a sociedade civil através de todas as agências que esta organiza” (Parágrafo 7 – Anexo B).

B. ARGUMENTO DE MODELO: “

“É de honra o meu compromisso com a manutenção de Sergipe como Estado republicano e transparente. Tanto o Governador do Estado quanto a sua equipe de auxiliares, secretários de Estado, dirigentes de empresas, autarquias e fundações, assessores e todo e qualquer servidor público de carreira ou ocupante de cargo em comissão tem a responsabilidade de pautar o seu comportamento pessoal e funcional com base em padrões éticos e morais que são exigíveis de todos. Como chefe do Poder Executivo, não transigirei em nenhuma oportunidade. **Do ponto de vista da dignidade e da honradez nos negócios públicos, o Governador não permite que amizades pessoais nem qualquer outro interesse se ponha acima do interesse público. É dever de todos que atuam no serviço público trabalhar considerando os cinco princípios previstos pela Constituição do Brasil: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência. Estes princípios continuarão pautando a ação do Governo do Estado de Sergipe**” (Parágrafo 3 – Anexo B).

## III. Discurso de posse do 2º mandato de Dilma em 01/01/2015 (Anexo C) - Grupo 01:

## A. ARGUMENTO PROBABILÍSTICO:

**“A população quis que ficássemos porque viu o resultado do nosso trabalho, compreendeu as limitações que o tempo nos impôs e concluiu que podemos fazer muito mais.** O recado que o povo brasileiro nos mandou não foi só de reconhecimento e de confiança, foi também um recado de quem quer mais e melhor” (Parágrafo 7 – Anexo C).

## B. ARGUMENTO DE AUTORIDADE:

**“A partir do extraordinário trabalho iniciado pelo governo do presidente Lula, continuado por nós, temos hoje a primeira geração de brasileiros que não vivenciou a tragédia da fome.** Resgatamos 36 milhões da extrema pobreza e 22 milhões apenas em meu primeiro governo” (Parágrafo 4 – Anexo C).

**“Nunca tantos brasileiros ascenderam às classes médias. Nunca tantos brasileiros conquistaram tantos empregos com carteira assinada. Nunca o salário mínimo e os demais salários se valorizaram por tanto tempo e com tanto vigor. Nunca tantos brasileiros se tornaram donos de suas próprias casas. Nunca tantos brasileiros tiveram acesso ao ensino técnico e à universidade. Nunca o Brasil viveu um período tão longo sem crises institucionais. Nunca as instituições foram tão fortalecidas e respeitadas e nunca se apurou e puniu com tanta transparência a corrupção”** (Parágrafo 5 – Anexo C).

## C. ARGUMENTO DE MODELO:

**“Volto a esta Casa com a alma cheia de alegria, de responsabilidade, de esperança. Sinto alegria por ter vencido os desafios e honrado o nome da mulher brasileira. O nome de milhões de mulheres guerreiras, mulheres anônimas que voltam a ocupar, encarnadas na minha figura, o mais alto posto dessa nossa grande nação”** (Parágrafo 2 – Anexo C).

**“Encarno, também, outra alma coletiva que amplia ainda mais a minha responsabilidade e a minha esperança.** O projeto de nação que é detentor do mais profundo e duradouro apoio popular da nossa história democrática. Esse projeto de nação triunfou e

permanece devido aos grandes resultados que conseguiu até agora, e que porque também o povo entendeu que este é um projeto coletivo e de longo prazo. Este projeto pertence ao povo brasileiro e, mais do que nunca, é para o povo brasileiro e com o povo brasileiro que vamos governar” (Parágrafo 3 – Anexo C).

IV. Discurso do Presidente da República José Sarney (tentativa de denúncia de "golpe institucional") em fevereiro de 1988 (Anexo D) – Grupo 05:

A. ARGUMENTO DE AUTORIDADE:

**“Eu tenho o dever de alertar a Nação e não permitir esse retrocesso. Tenho dado mostras e exemplos de tolerância.** Ciente, absolutamente convicto, de que não se pode administrar uma transição com murros na mesa, mas com paciência, numa obra de engenharia política que tenho feito, com sacrifício. E muito sacrifício” (Parágrafo 8 – Anexo D).

**“Tenho compromissos. Eu não procurei a Presidência. O destino me trouxe. Tenho dado contribuição substancial ao processo político brasileiro. Não vou recuar e nem truncá-lo. Mas não admitirei que ninguém o faça. Tenho feito algumas ressalvas à Constituição. É meu dever alertar, como cidadão, e, mais ainda, como presidente, erros para que sejam corrigidos”** (Parágrafo 10 – Anexo D).

B. ARGUMENTO DE MODELO:

**“Essa minoria radical coage o Congresso, o plenário da Casa, insulta o presidente da Constituinte, numa obra deletéria, contrária às instituições. E a democracia não é isso. E, muito menos, o respeitável Congresso Nacional. Essa conduta é a negação da lei, do Estado de Direito. Eles tentam assenhorar-se da Constituinte, fazendo-se passar como se fossem a própria Constituinte e criar uma Constituição que torne o Brasil ingovernável. E, ao mesmo tempo, tornam a Constituinte impopular perante o povo brasileiro”** (Parágrafo 5 – Anexo D).

**“A tribuna parlamentar não foi feita para denegrir, injuriar ou caluniar. Nem conspirar. E sim, para defender o povo.** Os trabalhos da Constituinte são substituídos por

ataques pessoais e políticos, com a única finalidade de imobilizar o governo e levá-lo a situações que, no passado, atingiram outros presidentes” (Parágrafo 7 – Anexo D).

V. Discurso de direito de resposta constitucional à TV Globo, no Jornal Nacional, de Leonel Brizola, em 15/03/1994 (Anexo E)- Grupo 03:

A. ARGUMENTO DE AUTOFAGIA E RETORSÃO:

“Ninguém questiona o direito da Globo mostrar os problemas da cidade, seria antes um dever para qualquer órgão de imprensa, dever que a Globo jamais cumpriu, quando se encontravam no Palácio Guanabara governantes de sua predileção. **Quando ela diz que denuncia os maus administradores, deveria dizer sim, que ataca e tenta desmoralizar os homens públicos que não se vergam diante do seu poder**” (Parágrafo 6 – Anexo E).

B. *ARGUMENTUM AD HOMINEM* (argumento dirigido à pessoa):

**“Todos sabem que critico há muito tempo a TV Globo, seu poder imperial e suas manipulações.** Mas a ira da Globo que se manifestou na quinta-feira, não tem nenhuma relação com posições éticas ou de princípio, é apenas o temor de perder o negócio bilionário que para ela representa a transmissão do carnaval, dinheiro acima de tudo” (Parágrafo 4 – Anexo E).

C. *ARGUMENTUM TU QUOQUE* (argumento de desqualificação do argumento do outro):

**“Não reconheço a Globo autoridade em matéria de liberdade de imprensa, e basta para isso olhar a sua longa e cordial convivência com os regimes autoritários e com a ditadura de 20 anos que dominou nosso país”** (Parágrafo 3 – Anexo E).

“Todos sabem que critico há muito tempo a TV Globo, seu poder imperial e suas manipulações. **Mas a ira da Globo que se manifestou na quinta-feira, não tem nenhuma relação com posições éticas ou de princípio, é apenas o temor de perder o negócio bilionário que para ela representa a transmissão do carnaval, dinheiro acima de tudo**” (Parágrafo 4 – Anexo E).

D. ARGUMENTO DE ANTIMODELO:

**“Em 83, quando construí a passarela, a Globo sabotou, boicotou, não quis transmitir, e tentou inviabilizar de todas as formas o ponto alto do carnaval carioca. Também aí não tem autoridade moral para questionar-me. E mais, reagi contra a Globo em defesa do**

**Estado do Rio de Janeiro, que por duas vezes, contra a vontade da Globo, elegeu-me como seu representante maior, e isto é que não perdoarão nunca. Até mesmo a pesquisa mostrada na quinta-feira revela como tudo na Globo é tendencioso e manipulado”**  
(Parágrafo 5 – Anexo E).

VI. Discurso de cerimônia de sorteio do país sede da Copa de 2014 por Luís Inácio Lula da Silva (Anexo F) - Grupo 02:

#### A. ARGUMENTO DE AUTORIDADE:

“realizar uma copa do mundo... é uma tarefa iMENsa ... é uma tarefa eu diria INcomensurável ... mas se o Brasil já foi capaz de realizar uma em 1950... quando eu tinha apenas 4 anos e 6 meses de idade (risos)... imagina o que o Brasil não pode fazer... quando eu já terei 69 anos de idade... portanto poderemos fazer essa copa do mundo... e eu quero tranquilizar... aos dirigentes da fifa... isso não é uma responsabilidade... do atual presidente que já não serei mais em 2014... não é apenas a responsabilidade do presidente da confederação... não é apenas a responsabilidade dos governadores que estão aqui... no fundo no fundo... nós estamos aqui assuMINdo... enquanto nação... **uma responsabilidade... enquanto esTAdo brasileiro... para provar ao mundo... que nós temos uma economia crescente estável... que nós somos um dos países... que está com sua estabilidade conquistada...**” (Parágrafo 2 – Anexo F).

**“Então eu quero... quero dizer a vocês... estejam certos... que o Brasil saberá... Orgulhosamente... fazer a sua lição de casa... e realizar uma copa do mundo... pra argentino nenhum colocar defeito** (risos e aplausos)... pra argentino nenhum (sorri)... bom... nós não vamos escolher... quem vai ser o finalista com o Brasil... mas certamente... iremos trabalhar né Dunga (interrogação)... pra que o Brasil esteja na final... e se tudo der certo... ganharemos... outra vez... uma copa do mundo (aplausos)... muito obrigado a todos vocês e o Brasil agradece (aplausos)” (Parágrafo 5 – Anexo F).

#### B. ARGUMENTO DE MODELO:

“Somos um país que temos muitos problemas sim... mas somos um país com homens determinados a resolvermos esses problemas... **vocês verão no Brasil... jogadores espetaculares como Dunga e Romário (aponta para eles)... e tantos outros que apareceram na televisão... vocês verão no Brasil... coisas maravilhosas... produzidas pela natureza... vocês verão no Brasil a capacidade que teremos de construir bons estádios...** mas eu tenho certeza... SEte anos antes... de dizer pra vocês... a coisa... que mais irá empolgar ... os jogadores... os dirigentes de futebol do mundo mais os torcedores... não será Ricardo Teixeira... não será o presidente da república... não será os estádios... mas será... o comportamento... EXtraordinário... do povo brasileiro... o tratamento que esse povo dará... estejam certos... que marcará... a história ... das copas do mundo...” (Parágrafo 3 – Anexo F).

#### 5.2.4 4ª ETAPA

Na quarta semana, todas as análises dos discursos foram apresentadas em sala. Essa atividade foi muito importante para que todos conhecessem os resultados das demais equipes. Os trechos retirados dos discursos foram lidos, equipe por equipe, e um representante do grupo comentava sobre o argumento encontrado. Ao passo que os argumentos eram explicados, os demais alunos intervinham sobre o que tinha sido exposto, e relacionavam com a análise que também tinham realizado com o discurso referente a sua equipe, buscando fazer uma comparação das propostas que há nos discursos políticos com as questões que foram registradas pelas equipes na primeira etapa.

Os principais argumentos utilizados nos discursos políticos analisados foram:

#### I. Argumentos quase lógicos:

**1. Argumento de autofagia e retorsão** presente no discurso de Leonel Brizola (Anexo E), quando o mesmo colocou em evidência a incompatibilidade (autofagia) de uma proposição, a despeito das ações da Rede Globo e seu discurso, fazendo com que o argumento se volte contra a própria emissora de televisão.

Relação entre as proposições:

A Globo sempre denuncia maus administradores (proposição I).

A Globo denunciou Brizola (proposição II).

**Logo**, a Globo ataca homens públicos que não se vergam a ela (opinião).

**2. Argumento probabilístico** existente nos discursos de Léo Rocha (Anexo A) e Dilma (Anexo C). No caso do discurso da presidente, ela considerou a proposição sustentada pela maioria, de continuidade de seu trabalho, resultando em sua reeleição, como o mais adequado em confronto com a defesa da minoria.

## II. Os argumentos fundamentados na estrutura da realidade:

**1. Argumentum ad hominem** exibido no discurso de Leonel Brizola (Anexo E). Uma desqualificação da “Rede Globo”, caracterizando-a como incompetente, não confiável ou inconsequente, um confronto entre seus discursos e atos.

**2. Argumentum tu quoque**, também exposto no discurso de Leonel Brizola, quando o mesmo rebateu uma crítica com um ataque ao oponente, referindo-se ao período da Ditadura x liberdade de imprensa, desqualificando o argumento da emissora.

**3. Argumento de autoridade** ou *argumentum ad verecundiam*, encontrado na maioria dos discursos analisados, como por exemplo no de Sarney (Anexo D), quando se baseou em introduzir a si mesmo, na ordem do saber ou domínio do poder, no momento em que buscou alertar a sociedade sobre o golpe institucional.

## III. Os argumentos que fundamentam a estrutura do real:

**1. Modelo**, argumento presente em quase todos os discursos, que qualifica alguém, caracterizando-o como modelo, alguém digno de ser imitado, como por exemplo o de Lula (Anexo F) em que elevou o Brasil à qualidade de modelo, tanto no sentido de jogadores de futebol como beleza natural.

**2. Antimodelo**, argumento presente no texto de Leonel Brizola (Anexo E), quando desqualificou, no caso a TV Globo, como algo que deve ser evitado.

Conforme já foi anunciado, em relação às análises feitas pelos alunos, foram feitas algumas ressalvas, como por exemplo, no discurso do governador Jackson Barreto, em que os alunos avaliaram a presença de um argumento de autoridade, mas na verdade o que há é um argumento de modelo: “Entendi a importância de respeitar o Parlamento como o espaço que dá voz a todas as representações da sociedade. Como Governador de todos espero manter



acesa sempre a chama de tal interlocução, governando em colaboração com os Poderes Legislativo e Judiciário e atento sempre às responsabilidades constitucionais que competem a instituições como o Ministério Público e o Tribunal de Contas” (Parágrafo 7 – Anexo B).

De maneira análoga no discurso de Dilma Rousseff, em que os estudantes marcaram como argumento de autoridade, mas o que há é um argumento pela ilustração: “Nunca tantos brasileiros ascenderam às classes médias. Nunca tantos brasileiros conquistaram tantos empregos com carteira assinada. Nunca o salário mínimo e os demais salários se valorizaram por tanto tempo e com tanto vigor. Nunca tantos brasileiros se tornaram donos de suas próprias casas. Nunca tantos brasileiros tiveram acesso ao ensino técnico e à universidade. Nunca o Brasil viveu um período tão longo sem crises institucionais. Nunca as instituições foram tão fortalecidas e respeitadas e nunca se apurou e puniu com tanta transparência a corrupção” (Parágrafo 5 – Anexo C).

Em outro exemplo retirado do mesmo discurso de Dilma, em que avaliaram como argumento de modelo, e o que há é argumento de autoridade: “Sinto alegria por ter vencido os desafios e honrado o nome da mulher brasileira. O nome de milhões de mulheres guerreiras, mulheres anônimas que voltam a ocupar, encarnadas na minha figura, o mais alto posto dessa nossa grande nação” (Parágrafo 2 – Anexo C).

E, ainda, no discurso de Brizola, em que foi apontado o argumento de antimodelo, e também está presente o argumento por ilustração: “E mais, reagi contra a Globo em defesa do Estado do Rio de Janeiro, que por duas vezes, contra a vontade da Globo, elegeu-me como seu representante maior, e isto é que não perdoarão nunca. Até mesmo a pesquisa mostrada na quinta-feira revela como tudo na Globo é tendencioso e manipulado” (Parágrafo 5 – Anexo E).

Respeitando o aluno como alguém capaz de argumentar e contra-argumentar, a pesquisadora sempre buscava direcionar a reflexão para o eixo dos argumentos utilizados nos discursos em relação aos registros locais, quais pontos foram contemplados e quais quesitos focalizados, sempre em confronto com os problemas da comunidade, se são de fato os mais importantes para atender às demandas sociais. As discussões foram bastante proveitosas, inclusive como embasamento para a tarefa da semana seguinte.

Durante o debate, os alunos posicionavam-se a favor ou contra os discursos, e consequentemente, aos oradores dos discursos, argumentando em relação às análises. O ponto mais destacado foi o relacionado às promessas feitas. É forte a afirmativa de que “as

promessas só são feitas com o intuito de conseguir a adesão do povo, mas dificilmente são cumpridas” e “político é tudo safado, só presta para enganar aos pobres”.

A partir desses dois pontos de vista colocados pelos discentes observa-se o uso de argumentos quase lógicos nas falas deles, no momento em que utilizam argumentos aparentemente lógicos, como “o não cumprimento das promessas feitas pelos políticos” e “todo político é corrupto”, um raciocínio do domínio da probabilidade, da plausibilidade e da possibilidade. Raciocínios do âmbito da retórica, da política.

Muitos acreditam nesses argumentos e por mais que a pesquisadora tentasse conduzir a discussão para outros itens, o descrédito para com a palavra do político é muito grande. Esse foi um ponto em que a aplicação do projeto em nada mudou a prática dos participantes. Os alunos já tinham esse pensamento, já faziam uso desses pontos de vista, ouvem das pessoas em geral, e não modificaram.

Persuadir significa levar alguém a aceitar uma opinião, um ponto de vista. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca, o objetivo de toda argumentação é “provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento” (2005, p. 04). Para os discentes, os políticos são os seres mais retóricos da Terra.

Para isso fazem uso da argumentação e se utilizam de técnicas com a linguagem a fim de persuadir o ouvinte, realizam escolhas que motivam a aceitação de determinadas teses. Eles conseguem, a partir da palavra, comover, seduzir, manipular seu auditório, com o uso da exploração da afetividade, assentada na credibilidade de seu caráter ou da confiança que lhes dispensam, tornando verossímil toda e qualquer ideia proferida.

#### 5.2.5 5ª ETAPA

A última semana foi de produção textual escrita. O gênero escolhido foi a carta aberta, por se tratar de um texto argumentativo, de interesse coletivo, normalmente se referindo a um problema de consenso geral, cuja principal característica é permitir que se exponha em público as opiniões e/ou reivindicações sobre um determinado assunto, com traços persuasivos, uma vez que a intenção de quem a redige é de convencer o interlocutor acerca de suas ideias.

Esse tipo de trabalho permite a recontextualização e socialização de informações, viabiliza a re/construção de saberes e oportuniza reflexões e ações acerca do rumo da comunidade, com uma qualificação de coletividade. Visa desenvolver habilidades nos alunos

nas mais variadas competências, como comunicação oral; reprodução do discurso de terceiros, que envolve entender, relatar, transcrever, apresentar falas dos entrevistados e dos discursos colhidos nos vídeos; escrita; e argumentação.

Segundo Bakhtin (1997, p. 282), “a língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua”. A intenção de usar esse recurso foi como meio de conscientização da população e, principalmente, de alerta e reivindicação para o poder público, na pessoa do prefeito da cidade, bem como dos vereadores, acerca da problemática em questão.

Essa tarefa durou uma semana, os estudantes colocavam, de forma oral, suas sugestões, e a pesquisadora anotava no quadro. Um discente copiou todos os itens, depois as ideias foram organizadas, e a carta estruturada. Seguem as principais discussões feitas pelos alunos/participantes do projeto:

#### A. LAZER:

“Os pais precisam de mais espaços de lazer para levar seus filhos para brincar”.
“Todos precisam de lazer e entretenimento. A cidade precisa oferecer algo para as pessoas se divertirem nos fins de semana e feriados”.
“Precisamos de mais praças como a da igreja matriz, equipada com aparelhos de ginástica e brinquedos para as crianças”.
“Não há eventos públicos sociais, culturais, festivos na cidade. Os jovens para se divertirem precisam se deslocar para outros municípios”.
“A atual gestão fez tantas promessas de festas, seu slogan era “a mudança”. Nada foi cumprido em relação a isso. Continuamos sem eventos, sem diversão”.
“Não há na cidade um balneário, um clube, nada do tipo, onde as pessoas possam se reunir e se divertir”.

#### B. SAÚDE:

“Muitas pessoas sofrem acidente ou passam mal na cidade de Campo do Brito e, a depender do horário, precisam se deslocar para outras cidades, como Itabaiana, Lagarto ou Aracaju, a fim de receberem atendimento, então é necessário que a clínica de saúde tenha seu horário de atendimento ampliado, dia e noite”.
--

“Mais medicamentos precisam ser colocados à disposição da população carente”.
“Presença de mais médicos para atender às pessoas, principalmente as mais necessitadas”.
“Muitos povoados dispõem de postos de saúde, mas falta atendimento médico, medicamentos, instrumentos de trabalho em geral”.
“Mais ações de combate ao mosquito <i>Aedes aegypti</i> ”.

### C. SEGURANÇA:

“É necessário diminuir o número de assaltos na cidade, como também os assassinatos. Muitas pessoas já não saem às ruas, sós, ou em determinados horários, com medo de serem abordadas por marginais que andam livremente pelas ruas e povoados de Campo do Brito”.
“Pessoas presas em suas casas, enquanto ladrões soltos, colocando em perigo a vida de pessoas trabalhadoras, pais e mães de família”.
“Necessidade de rondas policiais, tanto na cidade como nos povoados”.
“É preciso espalhar viaturas pela cidade, para diminuir a violência e deixarmos de ouvir frases, como: ‘passe o celular’, ‘perdeu, perdeu, <i>play boy</i> ’.

### D. PAGAMENTO

“Os funcionários públicos municipais precisa ter seus salários pagos em dia, todos têm seus compromissos e precisam desse dinheiro para seu sustento e o da família”.
“Se os professores recebessem em dia, não precisariam entrar em greve, e assim todos sairiam ganhando, alunos e mestres, e não comprometeria o andamento do ano letivo”.
“Não atrasar o salário dos servidores públicos. Se prefeito e vereadores ficassem sem receber na data certa, qual seria a reação deles? Devem se colocar no lugar dos mais pobres e mudar essa situação que já está se tornando um hábito em Campo do Brito. ”

### E. EDUCAÇÃO:

“A biblioteca municipal precisa de mais livros. Há muito tempo não chegam livros novos. O acervo precisa ser atualizado”.
“Necessidade de mais creches no município, tanto no centro como nos povoados”.
“Pagamento dos professores em dia, para que as aulas não parem, nem os educadores se

sintam desmotivados para o trabalho”.
---------------------------------------

#### F. ESPORTE:

“Criação de escolinhas de futebol, futsal, vôlei e tantos outros esportes”.
---

“Ativar o complexo, área de esportes, para dar espaços esportivos aos jovens e crianças, tirando-os da rua, da vadiagem”.
---

“Mais quadras de esporte”.
----------------------------

#### G. SANEAMENTO BÁSICO:

“Colocar rede de esgotos em toda a cidade”.
---

“Água de melhor qualidade, a fim de melhorar a qualidade de vida de todos”.
---

#### H. LIXO:

“Coleta seletiva de lixo”.
----------------------------

“Programa de reciclagem do lixo”.
-----------------------------------

“Coleta diária do lixo”.
--------------------------

“Lugares de difícil acesso também precisa coletar o lixo”.
--

“Roupas e materiais de proteção para os garis. Esses servidores não usam nenhum equipamento especializado para coleta de lixo”.
---

“Espalhar lixeiras pela cidade e realizar um projeto de conscientização para que todos contribuam com a limpeza da cidade”.
---

#### I. EMPREGO:

“Geração de novos empregos. Muitos jovens formados e desempregados.”
--

“Salários pagos em dia”.
--------------------------

“Criação de firmas para dar emprego a tantos jovens, que passam todo o dia sem ter o que fazer.”
--

Todas essas falas dos alunos, com sugestões e reivindicações acerca de melhorias para a cidade de Campo do Brito, representam o resultado do trabalho realizado durante as etapas de aplicação deste projeto. É uma das alternativas de a língua ser trabalhada em suas diversas possibilidades, numa produção de valor interacional e autoral.

Nota-se a presença de argumentos em muitas das declarações, reforçando o caráter principal da pesquisa, que é o desenvolvimento da competência argumentativa, como por exemplo em relação ao quesito *Saneamento Básico* - “Água de melhor qualidade, a fim de melhorar a qualidade de vida de todos”. E sobre o *Lixo*: “Espalhar lixeiras pela cidade e realizar um projeto de conscientização para que todos contribuam com a limpeza da cidade”, em que os alunos fazem uso de argumentos de causa e consequência.

Muitos pontos interessantes foram colocados pelos estudantes, que mostram o avanço deles referente à elaboração de ideias, bem como a preocupação com a realidade dos britenses, como em: “Ativar o complexo, área de esportes, para dar espaços esportivos aos jovens e crianças, tirando-os da rua, da vadiagem”, e “Pessoas presas em suas casas, enquanto ladrões soltos, colocando em perigo a vida de pessoas trabalhadoras, pais e mães de família”.

Além da atenção deles em relação a tantos outros itens fundamentais para o bom funcionamento da cidade e sobrevivência da população, como pagamento de salários aos professores e demais funcionários; geração de empregos, entrega gratuita e obrigatória de determinados medicamentos, entre outros.

Alguns temas como lazer, entretenimento, festas noturnas, diversão em geral, foram bastante destacados por eles, pelo fato de ser a proposta de mudança do atual gestor em suas campanhas. Os discentes, apesar de serem bastante novos, sempre estiveram atentos aos discursos, e após lerem o discurso de posse do prefeito da cidade (Anexo A), relembrou tais compromissos, e deixaram claro suas decepções em relação ao descumprimento das promessas feitas e não cumpridas.

Discutiu-se que o que é colocado nos discursos é do mundo da opinião, onde acontecem as relações sociais, e os políticos usam a palavra para persuadir, com fins específicos. Entenderam então que estudar sobre políticas públicas, analisar discursos políticos, fazer parte de discussões acerca de problemas locais contribui para o favorecimento de um aluno mais ativo na área sócio-política, de um engajamento com a democracia e a cidadania.

Compreenderam que o êxito de um discurso está associado à autoridade conferida ao orador, conforme suas atitudes, costumes, traços que lhe imprimam uma boa impressão. E

ainda à forma como usam a linguagem, com objetivo de seduzir, manipular. A argumentação trabalha com o que é possível, provável, plausível. Segundo Fiorin (2015, p. 77), argumentar é, em sentido lato, “fornecer razões em favor de determinada tese”.

Isso significa que a adesão não ocorre unicamente a proposições verdadeiras, mas enunciados que parecem oportunos, úteis ou justos. Por isso a argumentação tem esse valor de oferecer ao público o direito de escolha, porque o que é explicitado é verossímil, ou seja, “parece verdadeiro, em virtude de um acordo numa dada formação social numa determinada época” (ibidem). No processo político também é assim, vota-se, em geral, pela credibilidade que se tem em um candidato.

Também puderam perceber o papel do auditório, que enquanto público do discurso político, atua como assembleia, que diante de uma causa futura, reflete sobre o útil, o conveniente, como também sobre o prejudicial, o nocivo e, a partir daí toma-se uma decisão. É parte integrante e ativa do processo e não apenas ouvinte. E por isso é importante que seja capaz de analisar a força e a fraqueza dos argumentos explicitados nos discursos, procurando descobrir as intenções e as razões de cada texto.

No final, todos estavam ansiosos para a etapa final, que seria a leitura e entrega da carta na Câmara Legislativa local. Após a produção da carta, foi feita a leitura em voz alta, na sala, a fim de corrigir eventuais problemas e depois de tudo acertado, o texto foi digitado pela docente e, no dia seguinte, levado para a sala para começar as assinaturas.

A pesquisadora assinou e todos os alunos, logo em seguida, quiseram participar dessa atividade de autenticar o texto. Outros professores e demais funcionários da escola, que também haviam participado, mesmo que de forma indireta do projeto, também foram convidados a subscreverem o documento.

Alguns estudantes pediram para levar para casa para mostrar o resultado do trabalho e aproveitar e colher também a assinatura dos familiares. Durante uma semana a carta foi passando de mão em mão. E assim várias pessoas iam tendo acesso ao conteúdo da mesma.

Nesse mesmo tempo, a pesquisadora cuidava, junto ao Presidente da Câmara Legislativa, da entrada dos discentes para assistir a uma sessão e obtenção de permissão para fazer uso da tribuna, de forma que a carta fosse lida perante todos os presentes. Também fez convite ao Prefeito da cidade via ofício, visto que o conteúdo da carta era de interesse para tal função.

No dia marcado, 17 de maio de 2016, alunos devidamente uniformizados encontraram-se com a pesquisadora às dezenove horas em frente à Câmara Legislativa. Às

dezenove e trinta deu-se início à sessão. O Presidente da Câmara fez a abertura e logo em seguida convidou a professora Josefa Almeida da Silveira para usar a Tribuna e explicar aos presentes o projeto “Argumentação e Discurso Político”.

Em seguida, convidou as duas alunas que se prontificaram para fazer a leitura da “Carta Aberta ao Prefeito da Cidade de Campo do Brito”. O chefe do Poder Executivo municipal não compareceu, mas enviou um representante, o Secretário de Administração. Após todos ouvirem, as alunas entregaram uma cópia do texto ao Presidente da Câmara e ao representante do Prefeito.

Logo após, o Presidente elogiou o trabalho e, durante algum tempo, discursou sobre as funções do Legislativo. Depois, passou a palavra ao Secretário de Administração, representante do Prefeito, que também elogiou o trabalho e disse que entregaria pessoalmente ao Sr. Léo Rocha (Prefeito de Campo do Brito) e que faria questão de ler, junto a ele, a fim de verificar todos os pontos destacados. Segue a Carta, na íntegra:

#### CARTA ABERTA AO PREFEITO E VEREADORES DA CIDADE DE CAMPO DO BRITO

Nós, alunos do 9º ano, turma A, ano letivo 2016, do Colégio Estadual Guilherme Campos, orientados pela professora Josefa Almeida da Silveira, adiante assinados, apoiados também por outras pessoas da citada escola, nossos pais e demais familiares, também subscritos, vimos, respeitosamente, dirigir a Vossas Excelências a sugestão de melhorias para nossa cidade a fim de que todos ganhem com isso e sejamos uma comunidade com oferta de serviços de qualidade para todos.

Após entrevistas realizadas por nós, na comunidade escolar, nas ruas, em nossas casas, a pessoas da cidade e dos povoados, a respeito de problemas ainda existentes e possíveis de serem resolvidos, observamos que muito do que se prometeu na campanha eleitoral ainda não foi cumprido. E que muito ainda precisa ser feito pelo nosso município.



O objetivo da realização dessa pesquisa é promover uma educação voltada para a cidadania, com vistas a despertar a nossa consciência sócio-política, a fim de que manifestações de interesse pelos problemas locais que interferem no dia a dia da população façam parte do cotidiano. Sabemos que a democracia se concretiza de diversas formas, e quanto mais for exercitada, melhor para todos.

O que pretendemos é que demandas como segurança, saúde, educação, saneamento básico, pavimentação, emprego, habitação sejam de fato relevantes e tomadas como prioridades pelos gestores públicos. Além do esporte, lazer e entretenimento, que após criação de tantas expectativas a partir de promessas feitas, sejam dispostos para a população.

Apontamos como sugestão em relação à segurança um policiamento ostensivo e constante, com atendimento policial 24h, a fim de combater a violência, com assalto à mão armada a qualquer hora do dia, e em diversos lugares, seja centro da cidade, zonas periféricas ou povoados. Temos de admitir que a ronda policial já está acontecendo, mas ainda assim precisamos de mais ações, porque a onda de assaltos ainda ocorre, em índice menores, no entanto o medo de sair às ruas ainda persiste.

No tocante à saúde, sugerimos que o atendimento também aconteça à noite, para que não tenhamos que nos deslocar para cidades vizinhas (Itabaiana ou Lagarto), que sejamos atendidos em nossa própria cidade. Sugerimos ainda o comprometimento maior com a aquisição/distribuição de alguns medicamentos, principalmente os direcionados aos idosos, visto que muitos dos usuários desses remédios são muito pobres, possuem apenas a aposentadoria como fonte de renda, a qual em muitos casos é o único salário fixo da casa.

Em relação à educação, apelamos para a sensibilidade de Vossas Excelências para o pagamento em dia dos professores. Entendemos que um profissional satisfeito com seu salário, com as contas pagas em dia, trabalhará sim com mais afinco e vontade, sem contar que é um direito assegurado em Lei. Também há a carência de mais espaços de creche, muitas mães precisam trabalhar e para isso precisam de um espaço seguro para deixar seus bebês. E ainda há a falta de investimentos em nossa biblioteca municipal, o acervo carece de renovação. O incentivo à leitura precisa acontecer, e a diversidade de livros é um dos pontos necessários para tal evento.

Quanto ao saneamento básico, percebemos, durante as saídas pelas ruas em busca de respostas para as nossas entrevistas, que em algumas de nossas ruas ainda não há rede de esgoto, ocasionando água suja e parada na frente das casas, favorecendo a criação do mosquito *Aedes Aegypt*. De nada adianta fazer campanhas e pedir à população que cuide da limpeza dentro de sua casa, se na rua não é oferecida a limpeza necessária, com esgoto a céu aberto.

Também observamos que algumas ruas estão sendo calçadas, mas há ainda muitas precisando de pavimentação. Difícil de entender, que em pleno século XXI, alguém ainda more na cidade e conviva com a poeira ou a lama, sendo que essas mesmas pessoas pagam seus impostos em dia, da mesma forma que as demais que residem em ruas devidamente pavimentadas.

Apesar de muitos moradores do município terem emprego ou serem autônomos, há bastantes famílias carentes, necessitadas de um atendimento no tocante à ocupação/ trabalho e habitação. A oferta de empregos é algo que precisa acontecer. São muitos jovens e adultos sem trabalho/salário, favorecendo a busca pelo sustento, em alguns casos, por meios ilícitos. Não se pode deixar de falar no pagamento em dia, para os que já são funcionários, sem parcelamento. E um projeto que viabilize moradia para as pessoas mais carentes.

O esporte é outro ponto que pode ajudar muito aos jovens de nossa cidade. Mais eventos devem ser programados, além da criação de escolinhas de futebol/futsal, entre outros esportes, além de artes marciais, a fim de que mais crianças e jovens sejam beneficiados e tenham uma ‘ocupação’/lazer/entretenimento, retirando-os das ruas e da ociosidade.

Como toda e qualquer cidade pequena, a parte “lazer/entretenimento” precisa ter um destaque especial. Aproveitamos para parabenizar a colocação de aparelhos de ginástica e brinquedos na praça matriz da cidade. E sugerimos que isso se repita nas outras praças da cidade, bem como nas pracinhas dos povoados. É bonito e saudável ver famílias reunidas, todos juntos divertindo-se, com lazer para todas as idades. Também sugerimos a criação de eventos sociais/festivos que envolvam as famílias.

Aproveitando o ensejo para manifestar a nossa mais alta estima e consideração por Vossas Excelências, pelo compromisso com os valores democráticos, por nos representarem e confiando ainda na sensibilidade de cada um, subscrevemo-nos.

Respeitosamente,

Josefa Almeida da Silveira - Professora  
 Vanessa Souza Almeida - aluna  
 Mônica Santos Ribeiro - aluna  
 Paulo Henrique da Cunha Leal - aluno  
 Kellyne Mendonça Santos - Aluna  
 Luis Santos da Silva - Aluna  
 Ramon Santana Santos - Aluno  
 Karen Regina Santana Reis - aluna  
 Chica Santana Barbosa - Aluna  
 Camilly Sousa Bispo Aluna  
 Camila do Es. Santo - Aluna  
 Dayana Conceição Souza Torres - Aluna  
 Alexelly Torres de Jesus - Aluna  
 Verônica Gomes Cruz - Aluna  
 Lays Vinicius de Nascimento - Aluna  
 Marcos Wesley Corrêa de Deus - Aluno  
 Wellington Santos Mendonça - Aluno  
 Márcio Tadeu Santos Almeida FILHO - Aluno  
 Admilton Santos da Cruz - Aluno  
 Kerliene Almeida Santos - Aluna  
 Camila dos Santos Ferreira - Aluna  
 Diego Barreto Francisco - Aluno  
 Karoliny Nascimento Andrade - Aluna  
 Igor de Jesus Souza - aluno  
 Gustavo Santos Passos - aluno  
 Italo Felipe Sousa Almeida - aluno  
 Márcio Roberto Z. dos Santos - aluno  
 Sancha Lina Pereira Ribeiro - professora  
 Josi Carlos Santos  
 Burguine meihelfs Santos Santos - Professora  
 Dr. Gervânio da Conceição Passos - Professor  
 (Adriana Bispo Calderaro - professora

Glensia Vieira Barros Nascimento - Mãe

Helides Barbosa de Sousa - Mãe

Rosimeire de Jesus Borges - Mãe

Josef Almeida - Coordenadora

Marcos Vinícius Vieira Almeida - ex-aluno

Caline Mirelli Praijo Valadao Almeida - membro da comunidade

Jose Valdo Nascimento Santos - pai

Tatiana Eliana Silva Menezes Santos - Mãe

Glusana Correia dos Santos - Mãe

Gemivaldo Bomfim Júnior - Primo

Reila Karoline Oliveira Santos - Vizinha

Jose Valdo Ribeiro da Cunha - Tio

Andreia Souza Santos - Vizinha

Dos onze vereadores que compõem a Câmara, apenas cinco compareceram, mais o que preside a Assembleia. Três vereadores fizeram uso da palavra, elogiaram muito o projeto e mostraram-se interessados em adquirir uma cópia da Carta. Falaram da importância de um trabalho desse porte para a sociedade em geral, e, principalmente, para os alunos.

Terminada a sessão, todos se despediram, estudantes e professora, e foram para as suas casas, alegres por terem concluído a etapa final do projeto, realizada com sucesso, cientes de que haviam cumprido um papel social bastante importante na vida de cada britense, afinal de contas as sugestões/solicitações descritas no documento, se colocadas em prática, só trariam melhorias de vida para todos da cidade de Campo do Brito.

Esse é o resultado da oferta de uma ação significativa de ensino, em que o aluno sabe o objetivo do estudo, se identifica, se percebe dentro do contexto e se sente comprometido com o exercício da cidadania. Além de fazer parte de uma ação interativa e comunicativa, no momento em que ouve os moradores da cidade (entrevistados), coloca suas opiniões em sala (momento dos debates), tem seu discurso (a carta aberta) lido para todos presentes na Câmara e há os comentários dos legisladores presentes.

Essa é a ação argumentativa, segundo Grácio (2013, p. 36), para quem a argumentação significa interação e se caracteriza pela alternância de discursos. É a conscientização e efetivação da democracia. Isso tudo somado a uma experiência de ensino da língua, nas modalidades oral e escrita.

No dia seguinte a pesquisadora encontrou-se com esses discentes na escola, conversou com os mesmos a respeito de todo o trabalho e agradeceu-os, de forma enfática, pelo empenho em realizar todas as tarefas com tanto afinho, dedicação e zelo. Em seguida, fez uma espécie de avaliação do projeto aplicado. Propôs um questionário composto de cinco questões (Apêndice B) e deixou livre para quem quisesse responder.

Dos vinte e oito alunos participantes do projeto, vinte e quatro responderam, três não estavam presentes e apenas um disse que não tinha o que responder. Em seguida alguns resultados:

#### I. AVALIAÇÃO DO PROJETO:

“Eu gostei muito do projeto, porque ele nos ensinou a argumentar e também nos ajudará a escolher melhor nossos representantes”.
---

“Foi ótimo ter participado, aprendi muito sobre minha cidade e que sempre devo lutar pelos
--

meus direitos”.

“É um projeto importante, mas não acredito que nada vá mudar. Os políticos não estão preocupados com o bem do povo. No entanto é interessante que cada um faça a sua parte, nós fizemos a nossa, com esse projeto”.

“Foi muito legal participar, porque me fez pensar nos poderes públicos, no que eles podem fazer pela cidade e o que eles de fato fazem, que é nada, os vereadores apenas aprovam o que o prefeito diz, e as promessas feitas em campanha nunca, ou quase nunca são cumpridas”.

“O projeto é muito importante. Percebemos o que precisa mudar em nossa cidade e levamos aos vereadores e prefeito nossas opiniões”.

“Eu gostei muito, me ajudou a saber sobre como está minha cidade e se os políticos estão cumprindo suas promessas”.

## II. MELHOR ETAPA DO PROJETO:

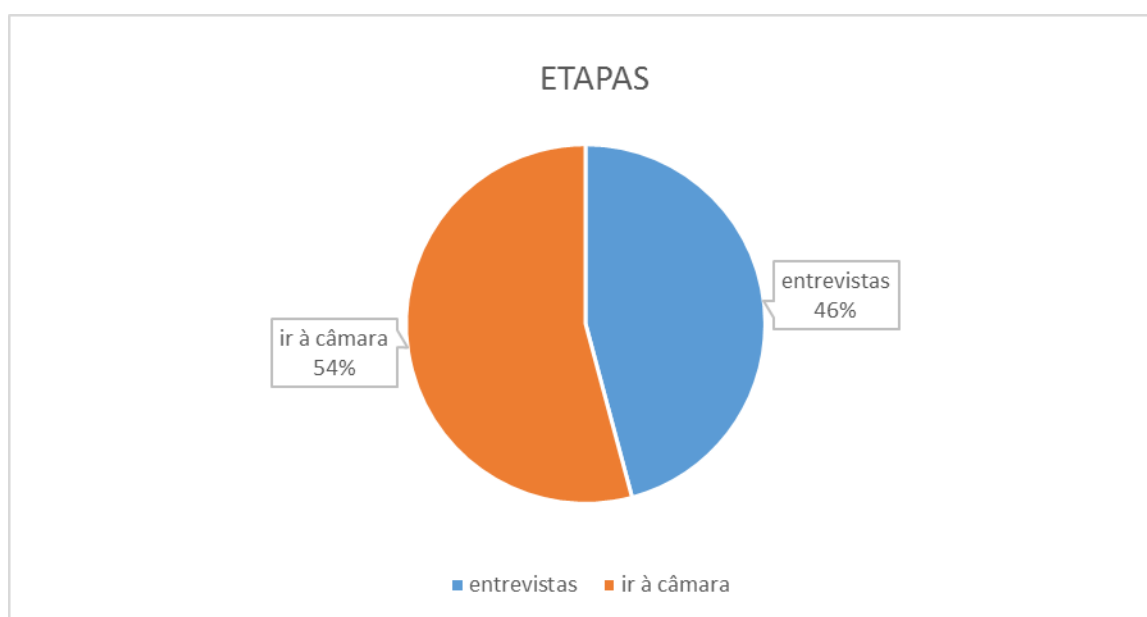


GRÁFICO 03 – Etapas do Projeto

Dentre todas as etapas aplicadas, os alunos escolheram apenas entre a primeira, as entrevistas, e a última, a ida à Câmara Legislativa, conforme Gráfico 03, as duas atividades realizadas extraclasse. Em relação às entrevistas, os onze estudantes que consideraram essa etapa a que mais lhe chamou a atenção, justificaram com respostas do tipo:

“A cada resposta, um novo aprendizado”;

“Interessante ver opiniões e sugestões de pessoas variadas sobre um assunto que é de suma importância, que não se pode deixar de lado”;
“Ouvir as pessoas e as opiniões sobre Campo do Brito e sua política;
“Ter a real noção da situação de nossa cidade”.

Quanto à visita à Câmara, dos treze alunos que declararam tal atividade que mais chamou a atenção, explicaram que foi importante:

“Ver de perto nossos políticos em plena atuação”;
“Saber sobre o que é discutido na Assembleia”;
Conhecer nossos representantes e saber sobre o que estão discutindo”;
“Entender como é o dia a dia das sessões da câmara”;
“Ver a participação deles na plenária, os argumentos que eles usavam em suas falas, se eram de fato coerentes”.

### III. APRENDIZADO:

“Aprendi a argumentar”;
“Aprendi que não devemos apenas votar, mas também acompanhar o trabalho de nossos representantes”;
“Aprendi sobre a atual situação política da cidade”;
“Aprendi a argumentar e a pesquisar antes de votar, para saber se aquela pessoa que quero eleger como meu representante é honesto e tem ficha limpa”;
“Aprendi que todos devem acompanhar o trabalho na Câmara Legislativa”;
“Aprendi que temos políticos sérios (muito poucos) e que a grande maioria não faz nada pelo bem do povo, tem daqueles que nem sabem falar direito, argumentar”;
“Aprendi que está difícil cada vez mais de acreditar nos políticos brasileiros”.

### IV. IMPORTÂNCIA DO TRABALHO PARA O ALUNO:

“Importante, para ficar a par do que está acontecendo na cidade e saber o tipo de pessoa que deve ser colocada no poder”;
“É muito bom, para que no futuro saiba votar e em casa, desde já, ensinar os pais a



votarem”;
“Entender sobre argumentação e política”;
“Aprender a ouvir a opinião dos outros”;
“Aprender a argumentar, saber explicar uma resposta, desenvolver a fala e a escrita”;
“Entender um pouco sobre discurso político”;
“Estimular os alunos a falar em público e a escrever”.

## V. PONTOS POSITIVOS E PONTOS NEGATIVOS DO PROJETO:

### Pontos Positivos:

“Conhecer a realidade do município”;
“Saber a opinião das pessoas”;
“Compartilhar o projeto com a comunidade”;
“Conhecer a situação política da cidade”;
“Ter contato com pessoas diferentes durante as entrevistas, perder o medo de falar em público”;
“Ir até à Câmara, com o direito de falar e de ser ouvida”;
“O saber, o conhecimento mais aprofundado do assunto ‘argumentação e política’”;
“Ajudar às gerações futuras, com sugestões de ações que beneficiam a todos”;
“Aprender sobre o assunto e levar reflexão aos políticos, expondo sugestões e argumentos em relação ao que eles já deveriam ter feito por nossa cidade”.

### Pontos Negativos:

“Fizemos tudo que foi proposto pela professora, mas sabermos que nada vai mudar, que os políticos não vão mexer um dedinho para modificar a atual situação”.
--

O ponto negativo apontado pelos alunos não diz respeito diretamente ao projeto, mas aos representantes legais do povo, enfatizando o descrédito pela classe dos políticos.

Com essa avaliação, os discentes demonstraram que são capazes de expor suas ideias e justificá-las, por exemplo, quando afirmam que gostaram do projeto, “porque ele nos ensinou

a argumentar e também nos ajudará a escolher melhor nossos representantes”; quando entendem que uma mudança no campo político é difícil de acontecer, mas percebem que “é interessante que cada um faça a sua parte, nós fizemos a nossa, com esse projeto”.

E sobre o aprendizado deles com a aplicação do projeto, expõem que aprenderam a argumentar e a votar, além de “aprender a ouvir a opinião dos outros, saber explicar uma resposta, desenvolver a fala e a escrita”. Os alunos ainda destacaram pontos positivos e pontos negativos do projeto.

Os resultados dessa avaliação não foram divulgados em sala. Serviu apenas para medir o alcance do projeto e a importância da realização do trabalho na vida de cada discente. Ao receber os questionários respondidos, a professora agradeceu mais uma vez o empenho de todos, a paciência em participar de todas as etapas e deu por encerrada a aplicação da pesquisa em sala. Enquanto isso, os demais estudantes das outras salas, reivindicavam que tal projeto também fosse aplicado com eles, o que denota um resultado positivo importante.

O vídeo da leitura da Carta Aberta na Câmara Legislativa foi postado no Facebook, no dia seguinte, 18 de maio, na página da escola (<https://www.facebook.com/ceguilhermecamposoficial/videos/921418071300875/>) e compartilhado na página da professora (<https://www.facebook.com/josefa.silveira>). Várias pessoas tiveram acesso, com 303 visualizações na página do colégio, e 619 visualizações na página da docente.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Oferecer um ensino com práticas significativas de leitura e escrita, que desenvolva a competência argumentativa dos alunos, e ainda estabeleça uma relação com o exercício da cidadania é o propósito desta pesquisa. Uma prática interacionista, funcional e discursiva da língua a partir de atividades verbais conscientes e interacionais que favoreçam condições de participação social com o domínio da linguagem, enquanto atividade discursiva e cognitiva.

E, conseqüentemente, estudantes participativos, leitores e produtores de textos orais e escritos, com representações de autoria e recepção argumentativas. A argumentação do ponto de vista interacional, caracterizada pela oposição entre discursos.

As duas questões que nortearam o trabalho: 1. Como tornar atividades da língua em práticas interativas, dialógicas e dinâmicas? e, 2. Como trabalhar a argumentação em sala de aula? conduziram a direção da pesquisa para uma procura de soluções e uma possível alteração de ações nas aulas de Língua Portuguesa acerca da produção oral/escrita; bem como promoveu o estímulo de mudanças, por parte dos discentes, de entendimento da realidade, baseando-se nos principais problemas que afetam a comunidade local, a partir de uma tomada de consciência sócio-política, com atividades ligadas ao meio político e da atual conjuntura social da cidade.

Pode-se perceber que o objetivo geral, que consiste em desenvolver a capacidade de análise e de construção de argumentação, com a proposta de uma prática de ensino a partir da análise de discursos políticos, com ênfase para as (nas) estratégias argumentativas, a fim de contribuir para a formação do estudante com perfil reflexivo, crítico, autônomo e produtor de textos orais/escritos significativos, foi atingido de forma satisfatória.

Os alunos participantes do projeto, em sua maioria, dedicaram-se em todas as etapas do trabalho, em umas com mais atenção que em outras, a depender da identificação e do objetivo de cada. Por exemplo, a primeira e a última etapas foram unanimidades na turma em questão de aceitação. Já a etapa de explicação dos argumentos, ou seja, a parte teórica, teve menor apreço por parte da maioria da turma. Nos momentos de debates e discussões, no início sempre havia a dificuldade para o primeiro expor suas ideias, mas logo em seguida, outros entravam na conversa e muitos participavam.

O importante é que o estímulo e a orientação para o trabalho no campo da argumentação aconteceram. E os discentes corresponderam às expectativas. Analisaram discursos políticos, do ponto de vista da argumentação, à luz de Perelman e Olbrechts-Tyteca,

(2005) e refletiram acerca da realidade registrada por eles próprios e pelos colegas, a partir dos registros das entrevistas e fotografias.

Também ampliaram a capacidade de poder crítico, reforçado pelas discussões em sala após cada apresentação de resultados e desenvolveram o lado produtor de textos, tanto na forma oral quanto na forma escrita, com os debates e a criação da carta aberta, ou seja, fizeram uso da língua de forma significativa, com atividades da língua que partiram de situações reais de comunicação oral/escrita.

De forma específica, desenvolveu-se a capacidade do senso crítico, da leitura reflexiva, da organização das ideias e da coerência textual a partir dos debates e textos propostos em todas as etapas do trabalho, como o registro dos principais problemas locais; a seleção e apresentação dos registros; os debates sobre políticas públicas e problemas locais registrados; a análise de discursos políticos, do ponto de vista da argumentação; as reflexões e discussões acerca dos problemas da comunidade e os argumentos utilizados nos discursos; bem como a produção textual argumentativa e leitura do texto em sessão da Assembleia Legislativa.

A aplicação do projeto também favoreceu o desenvolvimento da competência da comunicação a partir da análise e uso dos mecanismos de argumentação dos discursos políticos. Sua principal finalidade foi oferecer embasamento teórico argumentativo, com Aristóteles (2013), Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) e Fiorin (2013, 2015) a cada aluno, e despertar sua consciência sócio-política.

Foram estudados alguns tipos de argumentos, relacionados à área da política, e os primeiros passos para a análise retórica, com questões como: ‘quem fala?’, ‘a quem fala?’, ‘quando fala?’, ‘contra o quê?’, ‘como fala?’, ‘do que trata?’, ‘o que afirma?’, ‘contra quem?’, ‘como diz?’.

Pelo fato de se ter acesso aos problemas da comunidade e às promessas feitas pelos dirigentes públicos, inclusive locais, houve vontade por parte do aluno de participar do trabalho e repercutiu tanto na aprendizagem quanto repercutirá em sua formação e prática diária enquanto cidadão.

A intenção foi criar possibilidades para aprimorar a criticidade; permitir a reflexão e a autonomia em relação à produção de textos; favorecer a otimização da competência comunicativa, a partir de atos interativos, dialógicos, em situações reais, com a promoção de espaços de produção textual de forma significativa e fazê-los perceber que os problemas da comunidade são problemas deles também, e assim torná-los ativos na área sócio-política.

Pretendeu-se, assim, auxiliar o estudante na produção, entendendo a oralidade/escrita como um ato de linguagem, uma atividade interativa de expressão e um exercício de cidadania. Um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural com a função e a responsabilidade de contribuir para garantir aos alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o ingresso na esfera do ser cidadão, que junto a outros saberes lhes proporcionarão essa ação.

Todas as atividades foram realizadas em dinâmicas de grupos, objetivando uma dimensão coletiva e interativa na produção dos saberes, constituindo-se, dessa forma, uma ação de democratização dos conhecimentos adquiridos.

No projeto inicial mais ações tinham sido pensadas e elaboradas, mas com o decorrer do tempo, e após a qualificação, algumas ideias foram suprimidas, a fim de que o trabalho lograsse êxito, e todas as etapas pudessem ser colocadas em prática. No total, vinte e oito alunos participaram, mas nem sempre todos estiveram presentes, em todas as aulas.

Houve quem faltasse por motivo de doença, uma vez ou outra por motivo desconhecido, e nas reuniões em grupos, na sala, sempre se percebia um ou outro discente conversando a respeito de outro assunto, ou ainda mexendo no celular. Prender a atenção deles durante os cinquenta minutos de aula não é uma atividade fácil.

No entanto, não se pode deixar ser conduzido por eles, atividades diferentes da rotina chamam a atenção deles e despertam um maior interesse em participação. Por isso, a aplicação desse trabalho aconteceu e obteve resultados tão significativos.

Este é um projeto aplicado de intervenção na perspectiva de construção da argumentação, com estratégias de ensino com produções orais e escritas, desenvolvido no 9º ano, mas as atividades podem se estender a todas as séries do Ensino Fundamental maior, bem como ao Ensino Médio e EJA. É interessante que todos os estudantes tenham a oportunidade de desenvolver seu lado argumentativo desde cedo.

Este trabalho tem a pretensão de servir como instrumento de apoio a professores de Língua Portuguesa, disponibilizando um material de sugestão e apoio aos mesmos na área da argumentação nas séries finais do Ensino Fundamental. Essa é apenas uma das múltiplas possibilidades de ensino com a argumentação.

Sabe-se que mesmo a oralidade estando presente no cotidiano de todos, ainda assim é perceptível a dificuldade que muitos dos alunos têm na hora de pronunciar um pensamento, elaborar uma ideia, organizar uma fala. Sem falar na produção textual escrita que, mesmo sendo uma ação coletiva, como foi a carta aberta, todos participaram, deram sugestões, foram

autores. Isso quer dizer ajudar ao estudante no desenvolvimento da capacidade comunicativa e argumentativa, de forma oral e escrita.

E viver esse momento de aprendizagem com os alunos, perceber o progresso de cada um, seus interesses e falas modificadas por conta de um trabalho desenvolvido em sala de aula é muito gratificante. Favorece o crescimento profissional do professor e estimula para a continuação de trabalhos que envolvam a pesquisa, pois é a partir do estudo, da análise, que todos, docentes e discentes, aprendem mais.

Aplicar este trabalho em sala de aula foi uma experiência relevante. Mostrou caminhos possíveis de se trabalhar a argumentação, o discurso político, o contexto retórico. Tudo isso atrelado a situações reais, dando significação ao ensino da língua. A participação dos alunos em cada etapa, suas sugestões e a vontade de que tudo acontecesse conforme planejado foi importante para o sucesso alcançado.

Conclui-se este trabalho com a opinião de que favorecer o desenvolvimento do senso crítico, da reflexão, da tomada de posições, da autoria na fala e na escrita pode-se realizar através de um trabalho contextualizado e significativo, em que a democratização social e cultural também se insere. Finaliza-se com a certeza de que um passo foi dado, e que muito precisa ser feito a fim de que o trabalho com a argumentação se faça cada vez mais presente no dia a dia escolar, se se pretende formar pessoas para o exercício da cidadania.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Maria Teresa Tedesco Vilaro. Desafios para a área da linguagem. **Gragoatá**: revista dos programas de pós-graduação do Instituto de Letras da UFF, Niterói, n. 36, 2014, p. 63-79. Disponível em: <<http://www.uff.br/revistagragoata/ojs/index.php/gragoata/issue/archive>>. Acesso em: 27 dez. 2014.
- ALVES, Rosemeire; BRUGNEROTTO, Tatiane. **Vontade de Saber Português**. São Paulo: FTD, 2012.
- ANTUNES, Irandé. **Aula de português**: encontro e interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução, textos adicionais e notas: Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2013.
- BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. Angela Paiva Dionísio; Judith Chambliss Hoffnagel (organizadoras). Tradução e adaptação: Judith Chambliss Hoffnagel. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução do francês: Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- BORTONE, Márcia Elizabeth; BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Modos de falar, modos de escrever. Fascículo 7. In: **Pró Letramento: Alfabetização e Linguagem**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.
- BRANDÃO, Helena H. Negamine. Escrita, Leitura, Dialogicidade. In: BAKHTIN, Mikhail; BRAIT, Beth (Org.). **Dialogismo e construção do sentido** Campinas, SP: Unicamp, 2001, p. 281-289.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CAETANO, Kati. Por que os políticos continuam a fazer promessas? In: FULANETI, Oriana N.; BUENO, Alexandre Marcelo (Orgs.). **Linguagem e política**: princípios teórico-discursivos. São Paulo: Contexto, 2013, p.131 – 142.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – [Programa de Mestrado Profissional em Letras \(Profletras\)](http://capes.gov.br/educacao-a-distancia/profletras). Disponível em: <<http://capes.gov.br/educacao-a-distancia/profletras>>. Acesso em: 06 jan. 2015.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2014.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. 16 ed. São Paulo: Ática, 2006.

COSTA, Cibele Lopresti; MARCHETTI, Greta; SOARES, Jairo J. Batista. **Para Viver Juntos – Português**. São Paulo: Edições SM, 2012.

DOLZ, Joaquim; *et al.* Relato de uma elaboração de sequência: o debate público. In: DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard; e colaboradores. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização: Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2011, p.213-239.

DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard. Gêneros e progressão em expressão oral e escrita. In: DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard; e colaboradores. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização: Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2011, p.35-60.

FERREIRA, Luiz Antônio. **Leitura e persuasão: princípios de análise retórica**. - São Paulo: Contexto, 2010.

FIORIN, Jose Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.

\_\_\_\_\_. A sacralização da política. In: FULANETI, Oriana N.; BUENO, Alexandre Marcelo (orgs.). **Linguagem e política: princípios teórico-discursivos**. São Paulo: Contexto, 2013, p.21 – 38.

FULANETI, Oriana N.; BUENO, Alexandre Marcelo (Orgs.). **Linguagem e política: princípios teórico-discursivos**. São Paulo: Contexto, 2013.

FURST, Mariana Samos Bicalho Costa. Multimodalidade: As novas mídias nas aulas de Língua Portuguesa. 2010. Disponível em: <[http://www.uces.br/ucs/tplSiget/extensao/agenda/eventos/vsiget/portugues/anais/textos\\_autor/arquivos/as\\_novas\\_midias\\_nas\\_aulas\\_de\\_lingua\\_portuguesa.pdf](http://www.uces.br/ucs/tplSiget/extensao/agenda/eventos/vsiget/portugues/anais/textos_autor/arquivos/as_novas_midias_nas_aulas_de_lingua_portuguesa.pdf)>. Acesso em: 08 jan. 2015.

GERALDI, João Wanderley. Concepções de linguagem e ensino de português. In: GERALDI, João Wanderley (Org.). **O texto na sala de Aula**. São Paulo: Anglo, 2014, p. 39 - 56.

GRÁCIO, Rui Alexandre. **A interação argumentativa**. Coimbra, Grácio Editor, 2010.

\_\_\_\_\_. **Vocabulário crítico de argumentação**. Coimbra, Grácio Editor, 2013.

KOCH, Ingedore Villaça. **Argumentação e linguagem**. 13. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2015.



\_\_\_\_\_; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. 2 ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

LARA, Glaucia Proença; MENDES, Conrado Moreira. Formas de vida e política. In: FULANETI, Oriana N.; BUENO, Alexandre Marcelo (orgs.). **Linguagem e política: princípios teórico-discursivos**. São Paulo: Contexto, 2013, p.143 – 162.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARTINS, Joel; BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. **A pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos** – 2. ed. – São Paulo: Moraes, 1994.

MENNA, Lígia; FIGUEIREDO, Regina; VIEIRA, Maria das Graças. **Português – uma língua brasileira**. São Paulo: Editora Leya, 2012.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador. Retóricas de ontem e de hoje. In: Lineide do Lago Salvador Mosca (Org.) **Velhas e Novas Retóricas: convergências e desdobramentos**. 2ª edição. Humanitas: FFLCH/USP, 2001, p. 17 -54. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?isbn=8598292273>> . Acesso em: 19 set. 2016.

NASCIMENTO, Simone Maria Barbosa Nery. O recurso extraverbal da língua e o ensino da produção escrita. **Interdisciplinar: revista de estudos em língua e literatura**, Itabaiana, Ano VIII, v.19, nº 02, 2013, p. 261-276. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/interdisciplinar/issue/archive>>. Acesso em: 24 dez. 2014.

OLIVEIRA, Tania Amaral; SILVA, Elizabeth Gavioli de Oliveira; SILVA, Cícero de Oliveira; ARAÚJO, Lucy Aparecida Melo. **Tecendo Linguagens**. São Paulo: IBEP, 2012.

OSAKABE, Haquira. **Argumentação e discurso político**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Tradução: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PLANTIN, Christian. **A argumentação: história, teorias, perspectivas**. Tradução: Marcos Marcionilo. - São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

SCHNEUWLY, Bernard. Palavra e ficcionalização: um caminho para o ensino da linguagem oral. In: DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard; e colaboradores. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização: Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2011, p.109-124.

TAVARES, Daniela Macedo. O discurso político. In: BRANDÃO, Helena Nagamine (Org). **Gêneros do discurso na escola: mito, conto, cordel, discurso político, divulgação científica**. São Paulo: Cortez, 2001, p.187 – 229.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1985.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A - Entrevista

PROJETO “ARGUMENTAÇÃO E DISCURSO POLÍTICO”

PROF<sup>a</sup> JOSEFA ALMEIDA DA SILVEIRA

TURMA: 9º ANO “A”

01. Promessas foram feitas durante a campanha eleitoral e no ato de posse pelo atual prefeito. Essas promessas estão sendo cumpridas?
02. O que precisa melhorar em nossa cidade? Do que você sente falta em sua comunidade?
03. Quais os benefícios que poderia haver em nossa cidade, por parte das políticas públicas, em prol das crianças, jovens, adultos e idosos?
04. O nosso regime de governo é a democracia. Mas observando como de fato acontece em Campo do Brito, entendendo que nessa forma de governo, o líder político deve ser tão acessível e receptivo às pessoas quanto possível, isso de fato ocorre?
05. Sobre corrupção, qual a sua opinião? Como modificar essa situação?

## APÊNDICE B – Avaliação

## PROJETO “ARGUMENTAÇÃO E DISCURSO POLÍTICO”

PROF<sup>a</sup> JOSEFA ALMEIDA DA SILVEIRA

TURMA: 9º ANO “A”

01. Qual sua avaliação em relação ao projeto: argumentação e discurso político? Justifique.
02. Qual etapa mais lhe chamou a atenção (entrevistas, análise dos discursos, ir até à câmara, etc.)? Por quê?
03. O que você aprendeu com este projeto?
04. Qual a importância de um trabalho desse tipo na escola para o aluno?
05. Aponte os pontos positivos e os negativos do projeto.

## ANEXOS

### ANEXO A - Discurso de posse do prefeito eleito de Campo do Brito, Alexsandro Menezes da Rocha (Léo) em 01/01/2013

1. Meus amigos e minhas amigas!
2. Primeiramente gostaria de saudar a todos os vereadores aqui empossados e que dividirão comigo e com o meu vice-prefeito Paulo César Lima, a tarefa árdua de governar o nosso município.
3. Inicio minhas palavras com o sentimento de gratidão, como dizia um profeta antes de Cristo, que a gratidão é não só a maior das virtudes, mas a origem de todas as outras. Quero agradecer a Deus por ter me confiado esta missão.
4. Segundo agradecer a todos os membros da minha família, em especial ao meu pai, à minha mãe e às minhas filhas pelo apoio de todas as horas.
5. Agradeço às lideranças políticas que integraram a nossa campanha “de mãos dadas para a mudança”; ao meu partido PSB, e aos demais partidos políticos, o nosso reconhecimento pela solidariedade incansável.
6. A todos os cidadãos e cidadãs britenses que deram seu tempo e sua energia para alcançarmos este momento, o nosso muito obrigado.
7. O sentimento que me conduz hoje, neste ato, é o mesmo que me conduziu durante a campanha, e, porque não dizer, durante toda a minha história até aqui: o sentimento da esperança.
8. Neste momento de emoção, quero agradecer a demonstração de confiança com a qual o valoroso povo desta terra querida me elegeu para conduzir os destinos do município pelos próximos quatro anos.
9. Quero reforçar os compromissos, acompanhados de valores éticos, humanos e sociais que orientarão todos os passos, todas as decisões, todas as realizações a serem feitas exclusivamente no interesse dos cidadãos de Campo do Brito.
10. Eu tenho um sonho. Desejo que percebi ao longo de 18 anos de atuação política, iniciada nesta casa legislativa e sob a influência do meu pai José Carlos da Rocha, conduzir nossa cidade ao caminho do desenvolvimento, do resgate da autoestima e da promoção social.
11. Estarei aberto para ouvir as pessoas. Darei vez e voz ao cidadão de nosso município. Essa forma de governar permite que descubramos erros e falhas e que nos aponte os

caminhos para corrigi-los. Permite-nos ver o todo, nos impõe a humildade de não nos considerarmos donos da verdade, nem mágicos portadores de soluções instantâneas para os problemas.

12. A busca permanente de consensos e de parcerias é a marca registrada deste caminho, que permite o município encontrar, passo a passo, pouco a pouco, soluções para os problemas até então tidos como incontornáveis.
13. É preciso acreditar, que o verdadeiro desenvolvimento, é medido pelo grau de satisfação das pessoas e a qualidade da oferta dos serviços. A todo cidadão deve ser dado o mesmo direito de sonhar e ser feliz. Lutaremos para a construção de um governo cujas prioridades sejam as prioridades do povo britense.
14. Em todos os setores da gestão que ora se inicia, as energias estarão voltadas para a promoção da dignidade humana, através da redução das desigualdades e da garantia de oportunidades iguais.
15. Meus amigos e minhas amigas!
16. É preciso recuperar a trajetória de campo do brito, uma terra com potencial econômico e cultural. Uma terra com natureza exuberante e com um povo honesto, trabalhador e perseverante. Tenho a convicção de que o sonho pode ser realizado se o caminho escolhido atender às expectativas dos cidadãos desta cidade.
17. Para isso, tratarei de forma harmônica e democrática, o poder legislativo. Sei bem o papel relevante do vereador. Aqui iniciei a minha vida política e nestes últimos quatro anos, conquistei a admiração de um grupo, que de maneira decisiva contribuiu para o sucesso do nosso projeto nas eleições de 2012.
18. Os vereadores de nossa terra com certeza estarão imbuídos comigo do mesmo objetivo, que é desenvolver o nosso município. Acatarei as críticas que forem fundamentadas na verdade, portanto construtivas e com propósitos.
19. Convido todos os meus auxiliares diretos: secretários e cargos de confiança, e todos os servidores municipais que abracem o trabalho com dedicação e força de vontade, para que os indicadores nos apontem melhorias na qualidade de vida do nosso povo.
20. No meu coração não existe lugar para o ódio, mágoa ou qualquer sentimento menor. o sentimento que me rege é um sentimento de querer trabalhar cada vez mais, pela minha terra e servir a minha gente.

21. Antes de finalizar agradeço a todos que aqui vieram prestigiar este momento solene, dizendo que sou daqueles que acredita, que na vida ou mesmo na política, o homem sempre vale pelo que faz, ou passa o resto da vida pagando pelo que não fez.
22. Portanto, vamos ao trabalho, pois ele é a matéria prima mais importante na construção deste sonho chamado esperança.
23. Que deus ilumine a todos, e que tenhamos um ano novo repleto de realizações e um mandato coberto de êxitos.
24. Muito obrigado.

Disponível em: <http://www.i9sergipe.com.br/13810/prefeito-de-campo-do-brito-leo-e-vereadores-sao-empossados/> Acesso em: 23 mar. 2016.

ANEXO B - Discurso de posse do governador em Sergipe Jackson Barreto de Lima em 10/12/2013, após o falecimento de Marcelo Déda.

1. Cumprindo um dever Constitucional, compareço hoje ao Poder Legislativo do meu Estado para a investidura no cargo de Governador de Sergipe, ainda com o coração consternado pelo prematuro desaparecimento de um amigo leal e, acima de tudo, um homem público que no dizer da Presidenta Dilma Roussef exerceu a política com P maiúsculo. Doravante assumo a tarefa de sucedê-lo na gestão do Poder Executivo sergipano e manter a unidade da nossa aliança, consciente da minha responsabilidade e dos meus compromissos para com todos os cidadãos que desde 2007 apostaram no projeto que coletivamente construímos. É a este povo que dedico momento tão solene.  
(...)
2. Abraço a todos os parlamentares, todos os prefeitos, todos os vereadores, todas as lideranças, enfim, companheiros e companheiras que cotidianamente dão o melhor das suas energias pela manutenção de um Estado livre do controle oligárquico, no qual impere a ética, a dignidade, a honradez, o livre acesso a informação e a prestação de serviços a todos os cidadãos.
3. É de honra o meu compromisso com a manutenção de Sergipe como Estado republicano e transparente. Tanto o Governador do Estado quanto a sua equipe de auxiliares, secretários de Estado, dirigentes de empresas, autarquias e fundações, assessores e todo e qualquer servidor público de carreira ou ocupante de cargo em comissão tem a responsabilidade de pautar o seu comportamento pessoal e funcional com base em padrões éticos e morais que são exigíveis de todos. Como chefe do Poder Executivo, não transigirei em nenhuma oportunidade. Do ponto de vista da dignidade e da honradez nos negócios públicos, o Governador não permite que amizades pessoais nem qualquer outro interesse se ponha acima do interesse público. É dever de todos que atuam no serviço público trabalhar considerando os cinco princípios previstos pela Constituição do Brasil: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência. Estes princípios continuarão pautando a ação do Governo do Estado de Sergipe.
4. A minha responsabilidade com a mudança impõe recuperar prioridades que tenho estabelecidas desde que, pela primeira vez, em 1986, assumi o Poder Executivo da cidade de Aracaju, inaugurando um Novo Tempo que proporcionou aos que vivem na capital do Estado a oportunidade de exercer a cidadania, recebendo serviços públicos,

independentemente de ter moradia situada nos bairros de maior poder aquisitivo ou nos quais vivem os trabalhadores e as pessoas mais pobres da população.

5. Mesmo com os avanços que Sergipe experimentou a partir de 2007, ainda há muito por fazer. O primeiro foco do meu olhar recai sobre a política educacional, como poderosa ferramenta de inclusão social. Invoco aos homens e mulheres de Sergipe a somação em uma luta que o Governo pretende priorizar para aperfeiçoar, em todos os aspectos, a oferta dos serviços de Educação Básica. Desde o ingresso de crianças a partir dos seis anos de idade na escola até o momento de transição para o ensino superior, incluindo-se aí a oferta de ensino técnico profissionalizante. Universalizar a oferta de escola pública não apenas em Aracaju, mas em todos os rincões dos 75 municípios é tarefa que ocupará prioritariamente o tempo do novo Governador dos sergipanos. Estabelecer novos padrões de diálogo com o magistério público estadual é um dos fundamentos desta ação. Buscar a qualificação do desempenho dos **aluno** e dos docentes da escola pública sergipana nos vários indicadores que o Brasil adota, orgulhará a todos nós. Há uma preocupação: preparar a infância e a juventude para o futuro que Sergipe e o Brasil merecem.
6. Sergipe, como afirmei, possui bons indicadores de renda familiar e per capita. Mas, muitas vezes, a estatística dissimula os seus limites situados abaixo da linha média. Aproximar o povo sergipano, que se encontra nas posições menos privilegiadas, de tais indicadores e buscar permanentemente, também a elevação do Índice de Desenvolvimento Humano deste Estado é o outro foco da gestão. A política de atenção aos mais pobres inclui ações e metas que mobilizam todas as áreas de Governo. Os serviços infraestruturais, os organismos responsáveis pela condução da área econômica e aqueles que se preocupam com as políticas sociais como atividade fim serão envolvidos pelo Governador no cumprimento de tais objetivos. Em um ano, a pretensão é fazer de Sergipe o Estado que mais avançou na região Nordeste naquilo que diz respeito a redução das chagas sociais produzidas pela pobreza excessiva. O governo é de todos os sergipanos, todavia, os mais pobres, os que mais necessitam, os que demandam inclusão social, constituem a sua prioridade.
7. Nesta casa em que assumo agora tais compromissos exerci o mandato de deputado estadual, a partir de 1974. Vinha dos embates democráticos que aprendi na praça pública e aperfeiçoei na Câmara de Vereadores da capital, exercendo o mandato de vereador. Entendi a importância de respeitar o Parlamento como o espaço que dá voz a



todas as representações da sociedade. Como Governador de todos espero manter acesa sempre a chama de tal interlocução, governando em colaboração com os Poderes Legislativo e Judiciário e atento sempre às responsabilidades constitucionais que competem a instituições como o Ministério Público e o Tribunal de Contas. Diálogo que não dispensará, sob nenhuma hipótese, a interlocução com a sociedade civil através de todas as agências que esta organiza.

8. Relembro as tradições do Nordeste, a música de Luiz Gonzaga, para dizer que a tarefa de manter viva a chama que Marcelo Déda acendeu é de todos nós. O saudoso cantador, falando da colheita do milho que nos alimenta, convocou todos os brasileiros a pisar no pilão. À memória dele peço uma licença poética e diante do compromisso de mudar Sergipe, convoco a todas as mulheres e aos homens de bem, principalmente a nós que exercemos o múnus da política, para esta tarefa que é coletiva, dizendo:

Pisa no Pilão,  
Pisa no Pilão,  
Da tua consciência,  
Do teu coração.

Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/notes/governo-de-sergipe/discurso-de-posse-do-governador-jackson-barreto-de-lima/686503284713401/> Acesso em 25 mar. 2016.

## ANEXO C - Discurso de posse do 2º mandato de Dilma em 01/01/2015

1. "Senhoras e Senhores,  
Senhor presidente do Senado Federal, Renan Calheiros,  
Senhor vice-presidente da República, Michel Temer,  
Senhor presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves,  
Senhoras e senhores Chefes de Estado, Chefes de Governo, Vice-chefes de Estado e Vice-chefes de governo que me honram com suas presenças aqui hoje.  
Senhor presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski,  
Senhoras e senhores chefes das missões estrangeiras e embaixadores acreditados junto ao meu governo,  
Senhoras e senhores ministros de Estado,  
Senhoras e senhores governadores,  
Senhoras e senhores senadores,  
Senhoras e senhores deputados federais,  
Senhoras e senhores representantes da imprensa,  
Meus queridos brasileiros e brasileiras.
2. Volto a esta Casa com a alma cheia de alegria, de responsabilidade, de esperança. Sinto alegria por ter vencido os desafios e honrado o nome da mulher brasileira. O nome de milhões de mulheres guerreiras, mulheres anônimas que voltam a ocupar, encarnadas na minha figura, o mais alto posto dessa nossa grande nação.
3. Encarno, também, outra alma coletiva que amplia ainda mais a minha responsabilidade e a minha esperança. O projeto de nação que é detentor do mais profundo e duradouro apoio popular da nossa história democrática. Esse projeto de nação triunfou e permanece devido aos grandes resultados que conseguiu até agora, e que porque também o povo entendeu que este é um projeto coletivo e de longo prazo. Este projeto pertence ao povo brasileiro e, mais do que nunca, é para o povo brasileiro e com o povo brasileiro que vamos governar.
4. A partir do extraordinário trabalho iniciado pelo governo do presidente Lula, continuado por nós, temos hoje a primeira geração de brasileiros que não vivenciou a tragédia da fome. Resgatamos 36 milhões da extrema pobreza e 22 milhões apenas em meu primeiro governo.

5. Nunca tantos brasileiros ascenderam às classes médias. Nunca tantos brasileiros conquistaram tantos empregos com carteira assinada. Nunca o salário mínimo e os demais salários se valorizaram por tanto tempo e com tanto vigor. Nunca tantos brasileiros se tornaram donos de suas próprias casas. Nunca tantos brasileiros tiveram acesso ao ensino técnico e à universidade. Nunca o Brasil viveu um período tão longo sem crises institucionais. Nunca as instituições foram tão fortalecidas e respeitadas e nunca se apurou e puniu com tanta transparência a corrupção.
6. Em nossos governos, cumprimos o compromisso fundamental de oferecer a uma população enorme de excluídos, de pessoas excluídas, os direitos básicos que devem ser assegurados a qualquer cidadão: o direito de trabalhar, de alimentar a sua família, de educar e acreditar em um futuro melhor para seus filhos. Isso que era tanto para uma população que tinha tão pouco, tornou-se pouco para uma população que conheceu, enfim, governos que respeitam e que a respeitam, e que realmente se esforçam para protegê-la.
7. A população quis que ficássemos porque viu o resultado do nosso trabalho, compreendeu as limitações que o tempo nos impôs e concluiu que podemos fazer muito mais. O recado que o povo brasileiro nos mandou não foi só de reconhecimento e de confiança, foi também um recado de quem quer mais e melhor.
8. Por isso, a palavra mais repetida na campanha foi mudança e o tema mais invocado foi reforma. Por isso, eu repito hoje, nesta solenidade de posse, perante as senhoras e os senhores: fui reconduzida à Presidência para continuar as grandes mudanças do país e não trairei este chamado.  
(...)
9. Queridas brasileiras e queridos brasileiros, neste momento solene de posse é importante que eu detalhe algumas ações e atitudes concretas que vão nortear nosso segundo mandato. As mudanças que o país espera para os próximos quatro anos dependem muito da estabilidade e da credibilidade da economia. Isso, para nós todos, não é novidade. Sempre orientei minhas ações pela convicção sobre o valor da estabilidade econômica, da centralidade do controle da inflação e do imperativo da disciplina fiscal, e a necessidade de conquistar e merecer a confiança dos trabalhadores e dos empresários.  
(...)

10. Por isso, no novo mandato vamos criar, por meio de ação firme e sóbria, firme e sóbria na economia, um ambiente ainda mais favorável aos negócios, à atividade produtiva, ao investimento, à inovação, à competitividade e ao crescimento sustentável. Combateremos sem trégua a burocracia. Tudo isso voltado para o que é mais importante e mais prioritário: a manutenção do emprego e a valorização, muito especialmente a valorização do salário mínimo, que continuaremos assegurando.
11. Mais que ninguém sei que o Brasil precisa voltar a crescer. Os primeiros passos desta caminhada passam por um ajuste nas contas públicas, um aumento na poupança interna, a ampliação do investimento e a elevação da produtividade da economia. Faremos isso com o menor sacrifício possível para a população, em especial para os mais necessitados. Reafirmo meu profundo compromisso com a manutenção de todos os direitos trabalhistas e previdenciários.  
(...)
12. Assinalo que, neste novo mandato, daremos especial atenção à infraestrutura que vai nos conduzir ao Brasil do futuro: a rede de internet em banda larga. Em 2014, em um esforço conjunto com este Congresso Nacional, demos ao Brasil uma das legislações mais modernas do mundo na área da internet, o Marco Civil da Internet. Reitero aqui meu compromisso de, nos próximos quatro anos, promover a universalização do acesso a um serviço de internet em banda larga barato, rápido e seguro.
13. Quero reafirmar ainda o compromisso de continuar reduzindo os desequilíbrios regionais, impulsionando políticas transversais e projetos estruturantes, especialmente no Nordeste e na região da Amazônia. Foi decisivo mitigar o impacto desta prolongada seca no semiárido nordestino, mas mais importante será a conclusão da nova e transformadora infraestrutura de recursos hídricos perenizando mais de 1.000 km de rios, combinada com o importante investimento social em mais de um milhão de cisternas.
14. Senhoras e Senhores,  
Gostaria de anunciar agora o novo lema do meu governo. Ele é simples, é direto e é mobilizador. Reflete com clareza qual será a nossa grande prioridade e sinaliza para qual setor deve convergir o esforço de todas as áreas do governo. Nosso lema será: **BRASIL, PÁTRIA EDUCADORA!**
15. Trata-se de lema com duplo significado. Ao bradarmos "BRASIL, PÁTRIA EDUCADORA" estamos dizendo que a educação será a prioridade das prioridades,

mas também que devemos buscar, em todas as ações do governo, um sentido formador, uma prática cidadã, um compromisso de ética e um sentimento republicano. (...)

16. Na saúde, reafirmo nosso compromisso de fortalecer o SUS. Sem dúvida, a marca mais forte do meu governo, no primeiro mandato, foi a implantação do Mais Médicos, que levou o atendimento básico de saúde a mais de 50 milhões de brasileiros, nas áreas mais vulneráveis do nosso país. Persistiremos, ampliando as vagas em graduação e em residência médica, para que cada vez mais jovens brasileiros possam se tornar médicos e assegurar atendimento ao povo brasileiro. Neste segundo mandato, vou implantar o Mais Especialidades para garantir o acesso resolutivo e em tempo oportuno aos pacientes que necessitem de consulta com especialista, exames e os respectivos procedimentos.
17. Assumo, com todas as brasileiras e brasileiros, o compromisso de dobrar nossos esforços para mudar o quadro da segurança pública em nosso país. Instalaremos Centros de Comando e Controle em todas as capitais, ampliando a capacidade de ação de nossas polícias e a integração dos órgãos de inteligência e das forças de segurança pública. Reforçaremos as ações e a nossa presença nas fronteiras para o combate ao tráfico de drogas e de armas com o Programa Estratégico de Fronteiras, realizado em parceria entre as Forças Armadas e as polícias federais, entre o Ministério de Defesa e o Ministério da Justiça. Vou, sobretudo, propor ao Congresso Nacional alterar a Constituição Federal, para tratar a segurança pública como atividade comum de todos os entes federados, permitindo à União estabelecer diretrizes e normas gerais válidas para todo o território nacional, para induzir políticas uniformes no país e disseminar a adoção de boas práticas na área policial. (...)
18. Em 2016, os olhos do mundo estarão mais uma vez voltados para o Brasil, com a realização das Olimpíadas. Temos certeza que mais uma vez, como aconteceu na Copa, vamos mostrar a capacidade de organização do Brasil e, agora, numa das mais belas cidades do mundo, o nosso Rio de Janeiro.
19. Amigos e amigas, tudo que estamos dizendo, tudo que estamos propondo converge para um grande objetivo: ampliar e fortalecer a democracia, democratizando verdadeiramente o poder. Democratizar o poder significa lutar pela reforma política, ouvir com atenção a sociedade e os movimentos sociais e buscar a opinião do povo

para reforçar a legitimidade das ações do Executivo. Democratizar o poder significa combater energicamente a corrupção. A corrupção rouba o poder legítimo do povo. A corrupção ofende e humilha os trabalhadores, os empresários e os brasileiros honestos e de bem. A corrupção deve ser extirpada.

20. O Brasil sabe que jamais compactuei com qualquer ilícito ou malfeito. Meu governo foi o que mais apoiou o combate à corrupção, por meio da criação de leis mais severas, pela ação incisiva e livre de amarras dos órgãos de controle interno, pela absoluta autonomia da Polícia Federal como instituição de Estado, e pela independência sempre respeitada diante do Ministério Público. Os governos e a Justiça estarão cumprindo os papéis que se espera deles: se punirem exemplarmente os corruptos e os corruptores.

(...)

Estou propondo um grande pacto nacional contra a corrupção, que envolve todas as esferas de governo e todos os núcleos de poder, tanto no ambiente público como no ambiente privado.

21. Senhoras e Senhores, como fiz na minha diplomação, quero agora me referir a nossa Petrobras, uma empresa com 86 mil empregados dedicados, honestos e sérios, que teve, lamentavelmente, alguns servidores que não souberam honrá-la, sendo atingidos pelo combate à corrupção.

(...)

22. Eu não tenho medo de proclamar para vocês que nós vamos vencer todas as dificuldades, porque temos a chave para vencê-las, vencer todas as dificuldades.

23. Esta chave pode ser resumida num verso, e esse verso tem, de uma certa forma, sabor de oração, que diz o seguinte: "O impossível se faz já; só os milagres ficam para depois".

24. Muito obrigada.

Viva o Brasil e viva o povo brasileiro!"

Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/480013-INTEGRA-DO-DISCURSO-DE-POSSE-DA-PRESIDENTE-DILMA-ROUSSEFF-NO-CONGRESSO.html>

Acesso em 20 mar. 2016.

ANEXO D - Discurso do Presidente da República José Sarney (tentativa de denúncia de "golpe institucional").

GAZETA MERCANTIL — Sábado, 27, e segunda-feira, 29 de fevereiro de 1988

1. "Brasileiras e brasileiros. Bom-dia.
2. Aqui vos fala o presidente José Sarney, em mais uma Conversa ao Pé do Rádio, nesta sexta-feira, dia 28 de fevereiro de 1988. Infelizmente, eu sou obrigado a fazer ao País mais uma grave advertência em favor da transição democrática. Sinceramente, desejava que estivéssemos em paz, sem necessidade de alertas. Mas continua uma minoria agressiva, não representativa da Nação, a tentar criar no País um clima de inquietação, aumentando as dificuldades nacionais e tentando inviabilizar o governo.
3. Esta é uma ação contra a democracia, com vistas a comprometer o processo democrático. O alvo, sem dúvida, não é o político José Sarney, é o poder, é a Presidência, é o regime, é o nosso sistema de vida, é a transição, é a democracia e, finalmente, é o caminho da ilegalidade. Como tenho dito, está dentro do Congresso Nacional um pequeno grupo de radicais oportunistas, com o objetivo de solapar a ordem. Graças a Deus, e para sorte do nosso país, é uma minoria.
4. O Congresso, ao qual pertenci durante mais de vinte anos, tem homens de espírito público que resistem ao sacrifício, ao ataque sistemático que é feito para amedrontá-los, colocando seus nomes submetidos à execração pública, numa ação nefasta e impatriótica. Semeiam cartazes com ofensas e os apontam como traidores. Como se cada constituinte não pudesse agir de acordo com a sua consciência, com as suas responsabilidades. Tudo isso para quê? Para coagir. Para cercear a liberdade.
5. Essa minoria radical coage o Congresso, o plenário da Casa, insulta o presidente da Constituinte, numa obra deletéria, contrária às instituições. E a democracia não é isso. E, muito menos, o respeitável Congresso Nacional. Essa conduta é a negação da lei, do Estado de Direito. Eles tentam assenhorar-se da Constituinte, fazendo-se passar como se fossem a própria Constituinte e criar uma Constituição que torne o Brasil ingovernável. E, ao mesmo tempo, tornam a Constituinte impopular perante o povo brasileiro.
6. Para criar o caos, julgam tomar o poder pela força com o enfraquecimento das instituições. Os poderes da República são harmônicos. A democracia vive dessa harmonia dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Quem deseja quebrar esta

harmonia quer quebrar a Constituição, quer implantar a confrontação e abalar os princípios da ordem jurídica. E fazem isso acobertados na imunidade parlamentar. Usam a lei para negar a lei. Esse fato é inédito na História do Brasil.

7. A tribuna parlamentar não foi feita para denegrir, injuriar ou caluniar. Nem conspirar. E sim, para defender o povo. Os trabalhos da Constituinte são substituídos por ataques pessoais e políticos, com a única finalidade de imobilizar o governo e levá-lo a situações que, no passado, atingiram outros presidentes.
8. Eu tenho o dever de alertar a Nação e não permitir esse retrocesso. Tenho dado mostras e exemplos de tolerância. Ciente, absolutamente convicto, de que não se pode administrar uma transição com murros na mesa, mas com paciência, numa obra de engenharia política que tenho feito, com sacrifício. E muito sacrifício.
9. Sempre pensei que o reingresso do Brasil no convívio das grandes democracias deveria operar-se num clima de concentração, abalizado por um pacto social e político que tanto me esforcei em concretizar. Quantas vezes, as brasileiras e brasileiros me ouviram falar do diálogo, da união, da necessidade de juntos lutarmos para atravessar dificuldades, meu objetivo único, portanto, era e é o de consolidar as instituições democráticas, o de presidir a transição e chegar ao seu final.
10. Tenho compromissos. Eu não procurei a Presidência. O destino me trouxe. Tenho dado contribuição substancial ao processo político brasileiro. Não vou recuar e nem truncá-lo. Mas não admitirei que ninguém o faça. Tenho feito algumas ressalvas à Constituição. É meu dever alertar, como cidadão, e, mais ainda, como presidente, erros para que sejam corrigidos.
11. Não se deve confundir Constituinte, processo de elaboração de uma Constituição, com a própria Constituição. Esta será sempre criticada. Para isso existem os tratadistas, os políticos, os homens públicos, os juristas, os professores. Impedir críticas, resistir às críticas, como se fossem contra o processo institucional, é uma maneira de trair a democracia, a liberdade de pensamento e a melhoria das instituições. Mas uma Constituição desordenada, caótica, ninguém no Brasil deseja. Todos estamos obrigados e desejosos de que ela seja uma boa Constituição e todos estamos com vontade de ajudar a que seja melhorada.
12. Eu, pessoalmente, convoquei a Constituinte. Ninguém pode me acusar de retardá-la. Pois sou o único que não pode sofrer esta acusação, porque o projeto que eu enviei ao Congresso Nacional, que eu assinei, tinha no seu artigo um prazo para que a



Constituinte fosse terminada. Esse prazo era 4 de dezembro do ano passado. Eu dizia no projeto que mandei ao Congresso, o projeto da Constituição, no artigo terceiro, seria promulgado no curso da primeira sessão legislativa, da 48ª Legislatura. Portanto, 4 de dezembro do ano passado.

13. Se tivessem aprovado o meu projeto, a Constituição já estaria pronta e em vigor há muito tempo. Mas não fizeram. E acredito que por pressão de um grupo que desejava que ela demorasse o mais possível, para, acima de todos os poderes, por mais tempo, desestabilizar o País na técnica de um assalto ao Parlamento e para solapar a ordem jurídica do Brasil. Por mim, portanto, há muito tempo a Constituição já estaria concluída. Não tenho responsabilidade de quase um ano sem projeto e um regimento que teve de ser modificado para que a Constituinte pudesse andar.
14. Quero denunciar portanto, mais uma vez, este clima, a pressão que fazem sobre o governo federal, sobre o presidente da República. E uma inversão da ordem constitucional. É uma violência fora da lei. Acobertada na imunidade parlamentar. Instituto de que estão se valendo para ferir a ordem da harmonia entre os poderes da República.
15. Conto, como sempre contei, com a maioria da Constituinte, do Parlamento, para salvar a democracia daqueles que querem que a transição não se complete. E o povo, as brasileiras e brasileiros, tenho certeza de que estarão comigo nessa tarefa que é uma grande tarefa patriótica. O Brasil não pode pagar as dificuldades atuais, a alegação de dificuldades atuais, com o preço da democracia vendida por minorias irresponsáveis que desejam inviabilizar o nosso país.
16. Muito obrigado.  
Bom-dia e até a próxima sexta-feira."

Disponível em:

[http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/124528/1988\\_26%20a%2029%20de%20Fevereiro%20-%200091.pdf?sequence=1](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/124528/1988_26%20a%2029%20de%20Fevereiro%20-%200091.pdf?sequence=1) Acesso em 13 abr. 2016.

ANEXO E - Discurso: Direito de resposta constitucional à TV Globo, no Jornal Nacional, de Leonel Brizola. (15/03/1994) (voz de Cid Moreira)

1. Em cumprimento à sentença do Juiz de Direito da 18ª Vara Criminal da cidade do Rio de Janeiro, em ação de direito de resposta movida contra a TV Globo, passamos a transmitir a nota de resposta do senhor Leonel de Moura Brizola.
2. “Todos sabem que eu, Leonel Brizola, só posso ocupar espaço na Globo, quando amparado pela justiça. Aqui cita o meu nome para ser intrigado, desmerecido e achincalhado perante o povo brasileiro. Quinta feira, nesse mesmo Jornal Nacional, a pretexto de citarem editorial de “O Globo”, fui acusado na minha honra, e pior, apontado como alguém de mente senil. Ora, tenho 70 anos, 16 a menos que meu difamador Roberto Marinho, que tem 86 anos. Se é esse o conceito que tem sobre os homens de cabelos brancos, que os use para si.
3. Não reconheço a Globo autoridade em matéria de liberdade de imprensa, e basta para isso olhar a sua longa e cordial convivência com os regimes autoritários e com a ditadura de 20 anos que dominou nosso país.
4. Todos sabem que critico há muito tempo a TV Globo, seu poder imperial e suas manipulações. Mas a ira da Globo que se manifestou na quinta-feira, não tem nenhuma relação com posições éticas ou de princípio, é apenas o temor de perder o negócio bilionário que para ela representa a transmissão do carnaval, dinheiro acima de tudo.
5. Em 83, quando construí a passarela, a Globo sabotou, boicotou, não quis transmitir, e tentou inviabilizar de todas as formas o ponto alto do carnaval carioca. Também aí não tem autoridade moral para questionar-me. E mais, reagi contra a Globo em defesa do Estado do Rio de Janeiro, que por duas vezes, contra a vontade da Globo, elegeu-me como seu representante maior, e isto é que não perdoarão nunca. Até mesmo a pesquisa mostrada na quinta-feira revela como tudo na Globo é tendencioso e manipulado.
6. Ninguém questiona o direito da Globo mostrar os problemas da cidade, seria antes um dever para qualquer órgão de imprensa, dever que a Globo jamais cumpriu, quando se encontravam no Palácio Guanabara governantes de sua predileção. Quando ela diz que denuncia os maus administradores, deveria dizer sim, que ataca e tenta desmoralizar os homens públicos que não se vergam diante do seu poder.

7. Se eu tivesse as pretensões eleitoreiras de que tentam me acusar, não estaria aqui lutando contra um gigante como a Rede Globo. Faço-o porque não cheguei aos 70 anos de idade para ser um acomodado. Quando me insulta por nossas relações de cooperação administrativa com o Governo Federal, a Globo remove-se de inveja e rancor, e só vê nisso bajulação e servilismo.
8. É compreensível. Quem sempre viveu de concessões e favores do poder público, não é capaz de ver nos outros senão os vícios que carrega em si mesmo. Que o povo brasileiro faça seu julgamento, e na sua consciência lúcida e honrada, separe os que são dignos e coerentes daqueles que sempre foram servís, gananciosos e interesseiros.
9. Assina: Leonel Brizola”.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DA3ZVeWwiwk> Acesso em 18 mar. 2016.

(Transcrição: Josefa Almeida da Silveira)

ANEXO F - Discurso de cerimônia de sorteio do país sede da Copa de 2014 por Luís Inácio Lula da Silva.

1. Bem... eu queria dizer ao presidente da fifa... presidente Blater... da::: alegria... de::: de ver o nome do Brasil... aparecer... naquela papeleta... quero agradecer aos governadores do Brasil e às governadoras que estão aqui... são 13... mas certamente têm 27 querendo levar a copa do mundo para os seus estados... quero agradecer... a todo comitê executivo da fifa... aos presidentes de federações... e ... agradecer... ao Ricardo Teixeira... pelo empenho... não agradecer mas dar os parabéns pelo empenho (aplausos)... eu... eu dizia... eu dizia ao presidente Blater antes de começar essa reunião... que o fato... do Brasil ter sido escolhido para sediar a copa do mundo de 2014... era motivo de muita alegria e de muita festa... mas sobretudo... era motivo... para que nós regressássemos ao Brasil sabendo que está pesando nas nossas costas... muito mais responsabilidade... do que quando nós chegamos aqui...
2. realizar uma copa do mundo... é uma tarefa iMENsa ... é uma tarefa eu diria INcomensurável ... mas se o Brasil já foi capaz de realizar uma em 1950... quando eu tinha apenas 4 anos e 6 meses de idade (risos)... imagina o que o Brasil não pode fazer... quando eu já terei 69 anos de idade... portanto poderemos fazer essa copa do mundo... e eu quero tranquilizar... aos dirigentes da fifa... isso não é uma responsabilidade... do atual presidente que já não serei mais em 2014... não é apenas a responsabilidade do presidente da confederação... não é apenas a responsabilidade dos governadores que estão aqui... no fundo no fundo... nós estamos aqui assuMINdo... enquanto nação... uma responsabilidade... enquanto esTAdo brasileiro... para provar ao mundo... que nós temos uma economia crescente estável... que nós somos um dos países... que está com sua estabilidade conQUIstada...
3. somos um país que temos muitos problemas sim... mas somos um país com homens determinados a resolvermos esses problemas... vocês verão no Brasil... jogadores espetaculares como Dunga e Romário (aponta para eles)... e tantos outros que apareceram na televisão... vocês verão no Brasil... coisas maravilhosas... produzidas pela natureza... vocês verão no Brasil a capacidade que teremos de construir bons estádios... mas eu tenho certeza... SEte anos antes... de dizer pra vocês... a coisa... que mais irá empolgar ... os jogadores... os dirigentes de futebol do mundo mais os torcedores... não será Ricardo Teixeira... não será o presidente da república... não será os estádios... mas será... o comportamento... EXtraordinário... do povo brasileiro... o

tratamento que esse povo dará... estejam certos... que marcará... a história ... das copas do mundo...

4. eu estou aqui meio dividido... um pouco presiDENTE... um pouco aMANte do futebol... e o povo brasileiro... é mais ou menos igual eu... ou seja... o futebol.... não é pra nós apenas um esporte... é mais... o futebol... é uma paixão nacional... choramos Platini... quando você marcou um pênalti no Brasil (risos e aplausos)... choramos (aplausos)... mas também rimos quando o Romário marcou o gol (risos e aplausos)... rimos quando o Dunga levantou a taça... eu que sou amante do futebol... quando vejo o Beckenbauer aqui e saber que eu... e certamente os brasileiros que gostam de futebol... têm no Beckenbauer um dos maiores jogadores que o mundo produziu (aplausos)... só não é maior... porque Deus quis que o Brasil produzisse o Pelé (risos e aplausos)...
5. então eu quero... quero dizer a vocês... estejam certos... que o Brasil saberá... ORgulhosamente... fazer a sua lição de casa... e realizar uma copa do mundo... pra argentino nenhum colocar defeito (risos e aplausos)... pra argentino nenhum (sorri)... bom... nós não vamos escolher... quem vai ser o finalista com o Brasil... mas certamente... iremos trabalhar né Dunga (interrogação)... pra que o Brasil esteja na final.... e se tudo der certo... ganharemos... outra vez... uma copa do mundo (aplausos)... muito obrigado a todos vocês e o Brasil agradece (aplausos).

(Transcrição: Profª Drª. Márcia Regina Curado Pereira Mariano)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CAMPUS PROF. ALBERTO CARVALHO  
Programa de Pós-Graduação em Letras Profissional em Rede (PPLP)  
Unidade Itabaiana



ANEXO G - Termo de confidencialidade

**Título do projeto:** Argumentação e discurso político: uma proposta para o ensino de Língua Portuguesa nas séries finais do Ensino Fundamental

**Pesquisador responsável:** Josefa Almeida da Silveira

**Orientador:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Regina Curado Pereira Mariano

**Instituição/Departamento:** Universidade Federal de Sergipe/ Unidade Itabaiana

**Local da coleta de dados:** Colégio Estadual Guilherme Campos

A pesquisadora do projeto “Argumentação e discurso político: Uma proposta para o ensino de Língua Portuguesa nas séries finais do ensino fundamental” se compromete a preservar a privacidade dos sujeitos da pesquisa, cujos dados serão coletados através de questionários, gravações ou filmagens. A pesquisadora também concorda com a utilização dos dados única e exclusivamente para a execução do presente projeto. A divulgação das informações só será realizada de forma anônima e os dados coletados, bem como os Termos de Consentimento Livre Esclarecido e o Termo de Compromisso de Coleta, serão mantidos sob a guarda do Programa de Pós-Graduação em Letras Profissional em Rede, da Unidade de Itabaiana da Universidade Federal de Sergipe, por um período de (cinco anos), sob a responsabilidade da professora Márcia Regina Curado Pereira Mariano. Após este período, os dados serão destruídos.

Itabaiana, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

NOME DA EQUIPE EXECUTORA	ASSINATURAS
Josefa Almeida da Silveira	
Márcia Regina Curado Pereira Mariano (orientadora)	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CAMPUS PROF. ALBERTO CARVALHO  
Programa de Pós-Graduação em Letras Profissional em Rede (PPLP)  
Unidade Itabaiana

ANEXO H - Termo de compromisso para coleta de dados em arquivos

**Título do projeto:** Argumentação e discurso político: uma proposta para o ensino de Língua Portuguesa nas séries finais do Ensino Fundamental

**Pesquisador responsável:** Josefa Almeida da Silveira

**Orientador:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Regina Curado Pereira Mariano

**Instituição/Departamento:** Universidade Federal de Sergipe/ Unidade Itabaiana

**Telefones para contato:** (79) 99959-9601

A pesquisadora do projeto acima declara estar ciente das normas, resoluções e leis brasileiras que normatizam a utilização de documentos para coleta de dados identificados e, na impossibilidade de obtenção do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), devido a óbitos de informantes, assume o compromisso de:

- I. Preservar a privacidade dos sujeitos, cujos dados serão coletados;
- II. Assegurar que as informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do projeto em questão;
- III. Assegurar que as informações obtidas serão divulgadas de forma anônima, não sendo usadas iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificar os sujeitos da pesquisa.

Itabaiana, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

NOME DA EQUIPE EXECUTORA	ASSINATURAS
Josefa Almeida da Silveira	
Márcia Regina Curado Pereira Mariano (orientadora)	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CAMPUS PROF. ALBERTO CARVALHO  
Programa de Pós-Graduação em Letras Profissional em Rede (PPLP)  
Unidade Itabaiana

ANEXO I - Termo de consentimento livre esclarecido

Eu, \_\_\_\_\_, aluno(a) do nono ano do ensino fundamental, da Colégio Estadual Guilherme Campos, localizada no município de Campo do Brito/SE, autorizo a professora Josefa Almeida da Silveira a utilizar minha imagem e minhas produções referentes às atividades relacionadas ao projeto “Argumentação e discurso político: uma proposta para o ensino de Língua Portuguesa nas séries finais do Ensino Fundamental”, desenvolvido pela mesma, em uma pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, junto à Universidade Federal de Sergipe.

Estou ciente de que as produções serão despersonalizadas e de que minha identidade será mantida em sigilo.

Campo do Brito/SE, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

\_\_\_\_\_  
Assinatura por extenso

Como tenho menos de 18 anos, meu responsável legal também assina o documento.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CAMPUS PROF. ALBERTO CARVALHO  
Programa de Pós-Graduação em Letras Profissional em Rede (PPLP)  
Unidade Itabaiana

Eu, \_\_\_\_\_, residente na cidade de \_\_\_\_\_, no Estado de Sergipe, assino a cessão de direitos da produção do aluno acima identificado, desde que seja preservado o sigilo como manda o Conselho Nacional de Ética em Pesquisa, resolução 196/96 versão 2012.

Campo do Brito/SE, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

\_\_\_\_\_

Assinatura por extenso